PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO BÍBLICA

Para orientação no estudo das Escrituras
e para uso em seminários e institutos bíblicos



COM EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

3ª EDIÇÃO

LOUIS BERKHOF

PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO BÍBLICA

Para orientação no estudo das Escrituras
e para uso em seminários e institutos bíblicos

LOUIS BERKHOF

Princípios de Interpretação Bíblica © by Louis Berkhof. Originalmente publicado em inglês com o título *Principles of Biblical* Interpretation. Baker Book House, Grand Rapids, Michigan 49506. © 2000 Editora Cultura Cristã. Todos os direitos são reservados.

1ª edição – 2000 – 3.000 exemplares

2ª edição – 2004 – 3.000 exemplares

Tradução
Denise Meister

Revisão
Ageu Cirilo de Magalhães Jr.
Claudete Água de Melo

Editoração
Lela Design

Capa
Magno Paganelli

Berkhof, Louis 1932 -

B512p Princípios de interpretação bíblica / Louis Berkhof; [tradução Denise Meister]. – 2.ed. Revisada – São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

144p. ; 16x23x0,75cm.

Tradução de Principles of biblical interpretation
ISBN 85-7622-054-7

1.Bíblia. 2.Hermenêutica. I.Berkhof, L. II.Título.

CDD 21ed. – 220.6

Publicação autorizada pelo Conselho Editorial:
Cláudio Marra (Presidente), Alex Barbosa Vieira, André Luís Ramos, Mauro Fernando Meister, Otávio Henrique de Souza, Ricardo Agreste, Sebastião Bueno Olinto, Valdeci da Silva Santos.

EDITORA CULTURA CRISTÃ
Rua Miguel Teles Júnior, 394 – Cambuci
01540-040 – São Paulo – SP – Brasil
C.Postal 15.136 – São Paulo – SP – 01599-970
Fone (0**11) 3207-7099 – Fax (0**11) 3209-1255
www.cep.org.br – cep@cep.org.br

Superintendente: Haveraldo Ferreira Vargas
Editor: Cláudio Antônio Batista Marra

Sumário

Prefácio 7
I. Introdução 9
II. História dos Princípios Hermenêuticos Entre os Judeus 13
A. Definição de História da Hermenêutica 13
B. Princípios de Interpretação entre os Judeus 13
III. História dos Princípios Hermenêuticos na Igreja Cristã 17
A. O Período Patrístico 17
B. O Período da Idade Média 20
C. O Período da Reforma 22
D. O Período do Confessionalismo 24
E. O Período Crítico-Histórico 37
IV. A Concepção Correta da Bíblia, o Objeto da Hermenêutica Sagrada 33
A. A Inspiração da Bíblia 33
B. Unidade e Diversidade na Bíblia 42
C. A Unidade do Sentido da Escritura 45
D. O Estilo da Escritura: Características Gerais 47
E. O Ponto de Vista Exegético do Intérprete 51
V. Interpretação Gramatical 53
A. O Significado das Palavras Isoladas 53
B. O Significado das Palavras no Seu Contexto 58
C. Auxílios Internos para a Explicação de Palavras 61
D. O Uso Figurado das Palavras 64
E. A Interpretação do Pensamento 68

F. Auxílios Internos para a Interpretação do Pensamento....78
G. Auxílios Externos para a Interpretação Gramatical....83
VI. Interpretação Histórica....87
A. Definição e Explicação....87
B. Características Pessoais do Autor ou do Orador....89
C. Circunstâncias Sociais do Autor....92
D. Circunstâncias Peculiares aos Escritos....95
E. Auxílios para a Interpretação Histórica....98
VII. Interpretação Teológica....101
A. Nome....101
B. A Bíblia como uma Unidade....102
C. O Sentido Místico da Escritura....106
D. Interpretação Simbólica e Tipológica da Escritura....107
E. A Interpretação da Profecia....112
F. A Interpretação dos Salmos....116
G. Sentido Implícito da Escritura....118
H. Elementos para a Interpretação Teológica....120
Índice Geral....127
Índice de Passagens Bíblicas....131

Prefácio

Muito da confusão atual na área da religião e na aplicação dos princípios bíblicos vem da interpretação distorcida e da má compreensão da Palavra de Deus. Isso acontece até mesmo em círculos que defendem a infalibilidade das Escrituras.

Estamos convencidos de que a adoção e o uso dos princípios sadios de interpretação no estudo da Bíblia darão frutos surpreendentes. Cremos que esse é um meio que o "Espírito da verdade" se agrada em usar ao conduzir seu povo "em toda a verdade". É com isso em mente que oferecemos este livro para orientação individual no estudo das Escrituras e, particularmente, para o uso em seminários e institutos bíblicos. A adoção inicial de procedimento válido na interpretação bíblica irá conduzir o devotado obreiro a uma vida de serviço útil no progresso do reino de Deus.

Os Editores

I. Introdução

A palavra *Hermenêutica* é derivada da palavra grega HERMENEUTIKE que, por sua vez, é derivada do verbo HERMENEUO. Platão foi o primeiro a usar HERMENEUTIKE (subentendendo-se a palavra TECHNE) como um termo técnico. Hermenêutica é, propriamente, a arte de HERMENEUEIN, mas, agora, designa a teoria dessa arte. Podemos defini-la como *a ciência que nos ensina os princípios, as leis e os métodos de interpretação.*

Devemos fazer uma distinção entre Hermenêutica *geral* e *especial*. A primeira se aplica à interpretação de todos os tipos de escritos; a última, a certos tipos definidos de produções literárias tais como leis, história, profecia, poesia. A *Hermenêutica Sacra* tem um caráter muito especial porque *trata com* um livro único no domínio da literatura, isto é, *a Bíblia como a Palavra inspirada de Deus*. Só podemos manter o caráter teológico da Hermenêutica Sacra quando reconhecemos o princípio da inspiração divina.

A Hermenêutica é geralmente estudada com o objetivo de interpretar as produções literárias do passado. Sua tarefa especial é mostrar o caminho pelo qual as diferenças ou a distância entre o autor e seus leitores podem ser removidas. Ela nos ensina que isso só é realizado adequadamente quando o leitor se transporta para o tempo e o espírito do autor. No estudo da Bíblia, não é suficiente entendermos o significado dos autores secundários (Moisés, Isaías, Paulo, João, etc.); devemos aprender a conhecer a mente do Espírito.

A *necessidade* do estudo da hermenêutica resulta de várias considerações:

1. *O pecado obscureceu o entendimento do homem e ainda exerce influência perniciosa sobre sua vida mental consciente*. Conseqüentemente, esforços especiais são necessários para que possamos nos proteger contra o erro.

2. *Os homens diferem uns dos outros de tantas maneiras que isso, naturalmente, faz com que sejam mentalmente impelidos para direções diferentes*. Eles diferem, por exemplo,

a. na capacidade intelectual, no gosto estético e na qualidade moral, o que resulta numa carência de afinidade espiritual;

b. no talento intelectual, sendo que alguns são instruídos e outros não;

c. na nacionalidade, com uma diferença correspondente em línguas, formas de pensamento, costumes e moral.

O estudo da Hermenêutica é *muito importante* para futuros ministros do Evangelho porque:

1. Só o estudo inteligente da Bíblia vai lhes fornecer o material necessário para a elaboração da sua teologia.

2. Cada sermão que eles pregam tem a obrigação de ter uma base exegética sólida. Esse é um dos maiores anseios de nossos dias.

3. Na instrução dos jovens da igreja e na visitação familiar, eles são, muitas vezes, chamados inesperadamente para interpretarem passagens da Escritura. Nessas ocasiões, um entendimento satisfatório das leis de interpretação irá ajudá-los substancialmente.

4. Será parte de suas tarefas defender a verdade contra os ataques da alta crítica. Mas, para que possam fazer isso de maneira eficaz, devem saber como lidar com ela.

Na Enciclopédia de Teologia, a Hermenêutica pertence ao grupo de estudos bibliológicos, isto é, aos estudos centrados na Bíblia. Ela segue naturalmente a *Filologia Sacra* e precede imediatamente a *Exegese*. A Hermenêutica e a Exegese se relacionam como a teoria se relaciona com a prática. Uma é ciência, a outra, arte.

Neste estudo sobre Hermenêutica, cremos ser necessário incluir o seguinte e nesta ordem:

1. Um breve sumário da história dos princípios hermenêuticos. O passado pode nos ensinar muitas coisas, tanto negativa como positivamente.

2. Uma descrição das características da Bíblia que determinam, em parte, os princípios que serão aplicados na sua interpretação.

3. Uma indicação das qualidades que deveriam caracterizar o intérprete da Bíblia, bem como dos requerimentos essenciais que ele necessita possuir.

4. Uma discussão da interpretação tríplice da Bíblia, a saber,
   a. *Gramatical*, incluindo a interpretação lógica;
   b. *Histórica*, incluindo também a interpretação psicológica;
   c. *A interpretação Teológica*.

Perguntas para Fixação:

Qual é a diferença entre hermenêutica e exegese? A hermenêutica geral e a especial são mutuamente exclusivas ou uma, em algum sentido, inclui a outra? Em que aspecto o pecado transtornou a vida mental do homem? Por que deveríamos aplicar uma interpretação tríplice à Bíblia?

Bibliografia:

Immer. *Hermeneutics*, pp. 1-14; Elliott, *Biblical Hermeneutics*, pp. 1-7; Terry, *Biblical Hermeneutics*, pp. 17-22; Lutz, *Biblische Hermeneutik*, pp. 1-14.

II. História dos Princípios Hermenêuticos Entre os Judeus

A. Definição de História da Hermenêutica

Devemos fazer uma distinção entre a história da Hermenêutica como uma ciência e a história dos princípios hermenêuticos. A primeira teria começado no ano 1567 da nossa era, quando Flacius Illyricus fez a primeira tentativa de um tratamento científico da hermenêutica; a última teve seu início no próprio começo da era cristã.

Uma história de princípios hermenêuticos tenta responder a três perguntas:

1. *Qual era a visão predominante com respeito às Escrituras?*
2. *Qual foi o conceito de método de interpretação prevalecente?*
3. *Quais foram as qualidades consideradas essenciais ao intérprete da Bíblia?*

As duas primeiras perguntas têm caráter mais permanente do que a última e, naturalmente, requerem maior atenção.

B. Princípios de Interpretação Entre os Judeus

Para que este trabalho fique completo, será feito um breve comentário sobre os princípios que os judeus aplicavam na interpretação da Bíblia. As seguintes classes de judeus devem ser distinguidas:

1. Os Judeus Palestinos. Estes tinham um profundo respeito pela Bíblia como a Palavra infalível de Deus. Consideravam até mesmo as letras

como sagradas e seus copistas tinham o hábito de contá-las com receio de que alguma delas se perdesse na transcrição. Ao mesmo tempo, estimavam muito mais a Lei do que os *Profetas* e os *Escritos Sagrados*. Conseqüentemente, a interpretação da Lei era o grande objetivo deles. Faziam uma distinção cuidadosa entre o mero sentido literal da Bíblia (tecnicamente chamado *peshat*) e sua exposição exegética (*midrash*). "Ao se investigar o motivo e o caráter do midrash deve-se examinar e elucidar, por intermédio de todos os meios exegéticos disponíveis, todos os possíveis significados e aplicações escondidos da Escritura" (Oesterley e Box, *The Religion and Worship of the Synagogue*, p. 75ss.). Num sentido amplo, a literatura *midrash* pode ser dividida em duas categorias:

a. interpretações de caráter legal, que lidam com questões da lei que impõe obrigações num sentido rigidamente legalista (*Halakhah*), e

b. interpretações de uma tendência mais edificante e livre, que cobrem todas as partes não-legalistas da Escritura (*Haggadah*). Esta última é mais homilética e ilustrativa do que exegética.

Uma das grandes fraquezas da interpretação dos escribas se deve ao fato de ela exaltar a *Lei Oral*, a qual, em última análise, é idêntica às inferências dos rabinos, como um suporte necessário da *Lei Escrita* e que, no final, era usada como meio para pôr a Lei Escrita de lado. Isso deu origem a todos os tipos de interpretação arbitrária. Observe o veredicto de Cristo em Marcos 7.13.

Hillel foi um dos maiores intérpretes dos judeus. Ele nos deixou sete regras de interpretação pelas quais, pelo menos aparentemente, a tradição oral poderia ser deduzida a partir dos dados da Lei Escrita. Essas regras, na sua forma mais abreviada, são as seguintes: (a) *leve e pesado* (isto é, *a minore ad majus*, e vice-versa); (b) "*equivalência*"; (c) *dedução do especial para o geral*; (d) *inferência a partir de várias passagens*; (e) *inferência do geral para o especial*; (f) *analogia a partir de outra passagem*; e (g) *inferência a partir do contexto*.

2. Os Judeus Alexandrinos. Sua interpretação era determinada mais ou menos pela filosofia de Alexandria. *Adotavam o princípio fundamental de Platão de que não se deveria acreditar em nada que fosse indigno de Deus*. E sempre que encontravam coisas no Antigo Testamento que não estavam de acordo com a sua filosofia e que ofendiam o seu senso de adequação, se valiam das interpretações alegóricas. Filo foi o grande mestre, entre os judeus, desse método de interpretação. Ele não rejeitou completamente o sentido literal da Escritura, mas o considerou como uma concessão aos fracos. Para ele, o sentido literal era meramente um símbolo de coisas muito mais profundas. O significado escondido das Escrituras era o que tinha grande importân-

cia. Ele, também, nos deixou alguns princípios de interpretação. "*Negativamente*, ele diz que o sentido literal deve ser excluído quando qualquer coisa dita for indigna de Deus – quando então uma contradição estaria envolvida – e quando a própria Escritura alegoriza. *Positivamente*, o texto deve ser alegorizado quando as expressões forem dúbias; quando palavras supérfluas forem usadas; quando houver uma repetição de fatos já conhecidos; quando uma expressão for variada; quando houver o emprego de sinônimos; quando um jogo de palavras for possível em qualquer uma de suas variedades; quando as palavras admitirem uma pequena alteração; quando a expressão for rara; quando houver qualquer coisa anormal no número ou tempo do verbo" (Farrar, *History of Interpretation*, p. 22). Essas regras, naturalmente, abrem caminho para todo tipo de más interpretações. Veja alguns exemplos em Farrar, *History*, p. 139ss.; Gilbert, *Interpretation of the Bible*, pp. 44-54.

3. Os Caraítas. Esta seita, denominada por Farrar como "os protestantes do judaísmo", foi fundada por Anan ben David por volta do ano 800 d.C. Tendo em vista suas características fundamentais, podem ser considerados como descendentes espirituais dos saduceus. Representam um protesto contra o rabinismo que foi parcialmente influenciado pelo maometismo. A forma hebraica da palavra "Caraítas" é Benê Mikra – "Filhos da leitura". Eram assim chamados porque *seu princípio fundamental era considerar a Escritura como uma autoridade única em matéria de fé*. Isso significava, de um lado, uma desconsideração da tradição oral e da interpretação rabínica e, de outro, um estudo novo e cuidadoso do texto da Escritura. A fim de refutá-los, os rabinos empreenderam um estudo semelhante e o resultado desse conflito literário foi o texto Massorético. A exegese deles era, de modo geral, muito mais minuciosa do que a dos judeus palestinos ou alexandrinos.

4. Os Cabalistas. O movimento cabalista do século 12 era de uma natureza bem diferente. Ele realmente representa uma *reductio ad absurdum* do método de interpretação usado pelos judeus da Palestina, embora também usasse o método alegórico dos judeus alexandrinos. Eles procediam na suposição de que todo o Massorah, até mesmo os versos, palavras, letras, sinais de vogais e acentos, tinham sido dados a Moisés no Monte Sinai; e que os "números das letras, cada uma delas, a transposição, a substituição, tinham um poder especial e até mesmo sobrenatural". Na sua tentativa de desvendar os mistérios divinos, valiam-se dos seguintes métodos:

a. *Gematria*, de acordo com a qual podiam substituir uma dada palavra bíblica por outra que tivesse o mesmo valor numérico;

b. *Notarikon,* que consistia em formar palavras pela combinação das letras iniciais e finais ou considerando cada letra de uma palavra como a letra inicial de outras palavras; e

c. *Temoorah,* que denotava um método de criar novos significados pela permuta de letras. Para exemplos, cf. Farrar, p. 98ss.; Gilbert, p. 18ss.

5. Os Judeus Espanhóis. Do século 12 ao século 15, um método mais sadio de interpretação foi desenvolvido entre os judeus da Espanha. Quando a exegese da igreja cristã estava na maré baixa e o conhecimento do hebraico quase perdido, alguns judeus instruídos da Península dos Pireneus reacenderam as luzes dos candelabros. Algumas de suas interpretações são citadas até hoje. Os principais exegetas entre eles foram Abraão Aben-Ezra, Salomão Izaak Jarchi, David Kimchi, Izaak Aberbanel e Elias Levita. Nicolau de Lyra e Reuchlin receberam grande ajuda desses estudiosos judeus.

Perguntas para Fixação:

Como o Judaísmo rabínico concebia a inspiração da Bíblia? Por que os judeus atribuem um significado ímpar à Lei? O que eles ensinam a respeito da origem da Lei Oral? Como ela realmente se originou e do que ela consiste? O que é Mishnah? Gemara? Talmude? Como o uso da tradição pelos judeus pode ser comparado ao dos católicos romanos? Qual é a diferença entre uma alegoria e uma interpretação alegórica? O que é Massorah? Até que ponto podemos levar em consideração o movimento cabalista? Os intérpretes judeus do século 15 tiveram, de algum modo, influência sobre a Reforma?

Bibliografia:

Diestal, *Geschichte des Alten Testaments*, pp. 6-14, 197-208; Ladd, *The Doctrine of Sacred Scriptures*, p. 691ss.; Farrar, *History of Interpretation*, pp. 17-158; Gilbert, *Interpretation of the Bible*, pp. 1-57; Terry, *Biblical Hermeneutics*, pp. 31-35.

III. História dos Princípios Hermenêuticos na Igreja Cristã

A. O Período Patrístico

No período patrístico, o desenvolvimento dos princípios hermenêuticos está associado a três diferentes centros da vida da igreja.

1. A Escola de Alexandria. No início do século 3° d.C., a interpretação bíblica foi influenciada especialmente pela escola catequética de Alexandria. Essa cidade foi um importante local de aprendizado, onde a religião judaica e a filosofia grega se encontraram e exerceram influência uma sobre a outra. A filosofia platônica ainda estava em curso nas formas do Neoplatonismo e do Gnosticismo. E não é de admirar que a famosa escola catequética dessa cidade caísse sob o encanto da filosofia popular e se acomodasse à sua interpretação da Bíblia. O método natural que ela encontrou para harmonizar religião e filosofia foi a interpretação alegórica, visto que:

a. Os filósofos pagãos (estóicos) já haviam, por um longo tempo, aplicado o método na interpretação de Homero e, assim, mostrado o caminho; e

b. Filo, que também era um alexandrino, emprestou ao método o peso da sua autoridade, reduziu-o a um sistema e aplicou-o até mesmo às mais simples narrativas.

Os principais representantes dessa escola foram Clemente de Alexandria e seu discípulo, Orígenes. Ambos consideravam a Bíblia como Palavra inspirada de Deus, no sentido mais estrito, e compartilhavam da opinião corrente de que regras especiais tinham de ser aplicadas na interpretação das mensagens

divinas. E, embora reconhecessem o sentido literal da Bíblia, eram da opinião de que só a interpretação alegórica contribuía para o conhecimento real.

Clemente de Alexandria foi o primeiro a aplicar o método alegórico à interpretação do Novo Testamento assim como à do Antigo. Ele *propôs o princípio de que toda Escritura deve ser entendida de maneira alegórica.* Isso foi um passo à frente em relação a outros intérpretes cristãos e constitui a principal característica da posição de Clemente. De acordo com ele, o sentido literal só poderia fornecer uma fé elementar, enquanto o sentido alegórico conduziria a um conhecimento real.

Seu discípulo, *Orígenes*, superou-o em erudição e influência. Foi, sem dúvida, o maior teólogo de seu tempo. Mas seu mérito permanente está mais na sua obra de crítica textual do que de interpretação bíblica. "Como intérprete, ele ilustrou o tipo alexandrino de exegese de forma mais sistemática e extensiva" (Gilbert). Em uma de suas obras, forneceu uma teoria detalhada de interpretação. O *princípio fundamental* dessa obra *é que o significado do Espírito Santo é sempre simples e claro e digno de Deus. Tudo que parece obscuro e imoral e inconveniente na Bíblia serve simplesmente como um incentivo para transcender ou passar além do sentido literal.* Orígenes considerava a Bíblia como um meio para a salvação do homem; e porque, de acordo com Platão, o homem consiste de três partes – corpo, alma e espírito – ele aceitava um sentido tríplice, a saber, *o literal, o moral* e *o místico ou alegórico*. Na sua práxis exegética, preferia desconsiderar o sentido literal da Escritura, referia-se raramente ao sentido moral e usava constantemente a alegoria – uma vez que só ela produziria o conhecimento real.

2. A Escola de Antioquia. A escola de Antioquia foi provavelmente fundada por Doroteu e Lúcio próximo do fim do século 3°, embora Farrar considere Diodoro, o primeiro presbítero de Antioquia e depois do ano 378, bispo de Tarso, como o real fundador da escola. O último escreveu um tratado sobre os princípios da interpretação. Mas seu maior feito consiste de dois ilustres discípulos, Teodoro de Mopsuéstia e João Crisóstomo.

Esses dois homens diferiam grandemente em todos os aspectos. Teodoro mantinha concepções um tanto liberais a respeito da Bíblia, enquanto João a considerava como sendo, em cada parte, a infalível Palavra de Deus. A exegese do primeiro era intelectual e dogmática; a do último, mais espiritual e prática. Um era famoso como crítico e intérprete; o outro, embora fosse hábil exegeta, ofuscou todos os seus contemporâneos como um orador de púlpito. Por essa razão, *Teodoro* foi intitulado *o Exegeta*, enquanto *João* foi chamado de *Crisóstomo* (boca de ouro) por causa do esplendor da sua eloqüência. Eles

chegaram perto de desenvolver a exegese verdadeiramente científica, ao reconhecerem, como o fizeram, a necessidade de determinar o sentido original da Bíblia, a fim de usá-la proveitosamente. Não somente davam grande valor ao sentido literal da Bíblia, mas, conscientemente, rejeitavam o método alegórico de interpretação.

No trabalho de exegese, Teodoro superou Crisóstomo. Ele tinha um interesse pelo fator humano na Bíblia, mas, infelizmente, negava a inspiração divina de alguns dos livros escriturísticos. Em vez do método alegórico, ele defendia a *interpretação histórico-gramatical*, na qual estava muito à frente do seu tempo. Embora reconhecesse o elemento tipológico na Bíblia e tenha encontrado passagens messiânicas em alguns dos Salmos, explicou a maioria deles *zeitgeschichtlich* (do ponto de vista histórico). Os três capadócios pertenceram a esta escola.

3. O Tipo de Exegese Ocidental. Um tipo intermediário de exegese surgiu no Ocidente. Ele abrigava alguns elementos da escola alegórica de Alexandria, mas também reconhecia alguns dos princípios da escola Siríaca. Seu aspecto mais característico, no entanto, se encontra no fato de ter *promovido outro elemento, o qual não tinha se feito valer até aquele tempo, a saber, a autoridade da tradição e da Igreja na interpretação da Bíblia.* Era atribuído ao ensino da Igreja no campo da exegese um valor normativo. Esse tipo de exegese foi representado por *Hilário* e *Ambrósio,* mas especialmente por *Jerônimo* e *Agostinho*.

A fama de Jerônimo é baseada mais na sua tradução da Vulgata do que nas suas interpretações da Bíblia. Ele tinha familiaridade com o hebraico e com o grego, mas sua obra no campo exegético consiste, primariamente, de um grande número de notas lingüísticas, históricas e arqueológicas. Agostinho se diferenciava de Jerônimo no fato de seu conhecimento das línguas originais ser bem deficiente. Isso equivale a dizer que ele não foi, primariamente, um exegeta. Ele foi grande em sistematizar as verdades da Bíblia, mas não na interpretação da Escritura. Seus princípios hermenêuticos, os quais trabalhou em seu *De Doctrina Christiana*, eram melhores do que sua exegese. Ele advogava que um intérprete deveria ser filológica, crítica e historicamente equipado para sua tarefa e, acima de tudo, que tivesse amor pelo seu autor. Enfatizou a necessidade de se ter consideração pelo sentido literal e de basear o alegórico sobre ele; mas, ao mesmo tempo, entregou-se livremente à interpretação alegórica. Além disso, nos casos em que o sentido da Escritura era duvidoso, opinava decididamente pela *regula fidei,* a qual ele considerava uma declaração de fé sucinta da Igreja. Infelizmente, Agostinho também adotou um sentido quádruplo da

Escritura: *histórico, etiológico, analógico* e *alegórico*. E foi particularmente nesse aspecto que ele influenciou a interpretação da Idade Média.

Perguntas para Fixação:

Qual era o caráter das primeiras escolas catequéticas? O que deu origem ao método alegórico de interpretação? Como você pode provar que esse método é defeituoso? Como a escola Alexandrina fazia a distinção entre *pistis* e *gnosis*? Os alexandrinos reconheciam o elemento humano na Escritura? Qual era a diferença fundamental entre a escola de Alexandria e a de Antioquia? O que se pretendia com a *regula fidei* na igreja primitiva? Por que é um erro fazer com que o ensino da Igreja seja padrão de exegese?

Bibliografia:

Diestel, *Geschichte des Alten Testaments*, pp. 16-148; Farrar, *History of Interpretation*, pp. 142-161; Gilbert, *Interpretation of the Bible*, pp. 108-145; Terry, *Biblical Hermeneutics*, pp. 35-44; Immer, *Hermeneutics*, pp. 31-36.

B. O Período da Idade Média

Durante a Idade Média, muitos, até mesmo do clero, viviam em profunda ignorância quanto à Bíblia. E o que conheciam era devido apenas à tradução da Vulgata e aos escritos dos Pais. A Bíblia era, geralmente, considerada como um livro cheio de mistérios, os quais só poderiam ser entendidos de uma maneira mística. *Nesse período*, o sentido quádruplo da Escritura (literal, tropológico, alegórico e analógico) era geralmente aceito, e o princípio de que *a interpretação da Bíblia tinha de se adaptar à tradição e à doutrina da Igreja* tornou-se estabelecido. Reproduzir os ensinos dos Pais e descobrir os ensinos da Igreja na Bíblia eram considerados o ápice da sabedoria. A regra de São Benedito foi sabiamente aplicada nos monastérios, e decretado que as Escrituras deveriam ser lidas e, com elas, como explicação final, a exposição dos Pais. Hugo de São Vítor chegou a dizer: "Aprenda primeiro as coisas em que você deve crer e, então, vá à Bíblia para encontrá-las lá". Nos casos em que as interpretações dos Pais diferiam, como freqüentemente acontecia, o intérprete tinha o dever de escolher, *quod ubique, quod semper, quod ab omnibus creditum est*. Nem um único princípio hermenêutico foi desenvolvido nessa época, e a exegese estava de mãos e pés atados pela tradição oral e pela autoridade da Igreja.

Essa situação é claramente refletida nas obras escritas durante esse período. A seguir, alguns dos exemplos mais típicos:

1. Glossa Ordinaria de *Walafrid Strabo*, e a Glossa Interlinearis de *Anselmo de Laon*. *Essas obras foram compilações dos fragmentos literais, morais e místicos, entremeados com observações gramaticais de um caráter muito elementar* As interpretações dadas são, muitas vezes, de natureza contraditória e, por essa razão, mutuamente exclusivas; e, em muitos casos, se deixa que o leitor, com um *aliter*, ou *potest etiam intelligi*, escolha entre elas. As *Glosses* de Walafrid Strabo eram investidas de alta autoridade.

2. As Catenae, das quais as mais famosas eram as de *Procópio de Gaza no Oriente, e as de Tomás de Aquino no Ocidente*. Nestas, encontramos uma *coleção de interpretações patrísticas encadeadas à semelhança de uma corrente*. Seu valor dependia, naturalmente, das fontes das quais foram derivadas.

3. Liber Sententiarum (*Livro das Sentenças*) de *Pedro Lombardo*. Esta obra é essencialmente uma *compilação de exposições selecionadas a partir dos escritos de Hilário, Ambrósio e Agostinho*. Difere das obras citadas acima *por ser mais do que uma compilação*. Embora Pedro Lombardo tenha sido cuidadoso em não transgredir a autoridade estabelecida, do ponto de vista da independência, porém dentro dos limites prescritos, *levantou questões, fez distinções e até mesmo acrescentou seus próprios comentários.* Nos séculos imediatamente seguintes, sua obra foi estudada mais diligentemente até do que a própria Bíblia.

Conquanto o sentido quádruplo da Escritura fosse geralmente aceito nessa época (literal, tropológico, alegórico e analógico), pelo menos alguns começaram a ver a incongruência de tal visão. Até mesmo Tomás de Aquino parece têla sentido vagamente. É verdade que ele constantemente alegorizava, mas, também, *pelo menos em teoria, considerava o sentido literal como uma base necessária para toda exposição da Escritura*. Foi, porém, *Nicolau de Lyra* quem quebrou os grilhões dessa era. Ele não abandonou de modo ostensivo a opinião vigente, mesmo na aceitação do sentido quádruplo, mas, *na realidade, admitia só dois sentidos, o literal e o místico, e mesmo assim, apoiava o místico exclusivamente no literal*. Argumentou quanto à necessidade de se referir ao original, lamentou o fato de se permitir que "o sentido místico sufocasse o literal", e exigia que o último só fosse usado na doutrina experimental. Sua obra influenciou profundamente Lutero e, conseqüentemente, a Reforma.

Perguntas para Fixação:

O que a Igreja da Idade Média queria dizer quando falava da tradição? Que autoridade era atribuída a essa tradição? Qual era a relação entre o dogmatismo e a exegese nesse período? Quais são as objeções à essa posição? Em que a Igreja baseou sua prerrogativa de determinar o sentido da Escritura? Como se originou a teoria do sentido quádruplo?

Bibliografia:

Diestel, *Geschichte*, pp. 149-229; Farrar, *History*, pp. 245-303; Gilbert, *Interpretation*, pp. 146-180; Immer, *Hermeneutics*, pp. 36, 37; Davidson, *Sacred Hermeneutics*, pp. 155-192.

C. O Período da Reforma

A Renascença foi de grande importância para o desenvolvimento dos princípios sadios da hermenêutica. Nos séculos 14 e 15, a ignorância densa prevaleceu quanto ao conteúdo da Bíblia. Havia doutores de teologia que nunca a tinham lido inteira. E a tradução de Jerônimo era a única maneira pela qual a Bíblia era conhecida. *A Renascença chamou a atenção para a necessidade de se voltar ao original*. Reuchlin e Erasmo – chamados "os dois olhos da Europa" – seduzidos pela idéia, insistiram em que os intérpretes da Bíblia tinham o dever de estudar as Escrituras nas línguas em que haviam sido escritas. Além disso, facilitaram grandemente esse estudo: o primeiro pela publicação de uma *Gramática Hebraica* e um *Lexicon Hebraico;* e o último, publicando a *primeira edição crítica do Novo Testamento em grego*. O sentido quádruplo da Escritura foi sendo gradualmente abandonado e foi estabelecido o princípio de que a Bíblia tinha apenas um sentido.

Os Reformadores criam na Bíblia como sendo a Palavra inspirada de Deus. Mas, por mais estrita que fosse sua concepção de inspiração, concebiam-na como *orgânica* ao invés de *mecânica*. Em certos particulares, revelaram até mesmo uma liberdade notável ao lidar com as Escrituras. Ao mesmo tempo, consideravam a Bíblia como a autoridade suprema e como corte final de apelo em disputas teológicas. Em oposição à infalibilidade da Igreja, colocaram a infalibilidade da Palavra. Sua posição é perfeitamente evidenciada na declaração de que *a Igreja não determina o que as Escrituras ensinam, mas as Escrituras determinam o que a Igreja deve ensinar*. O caráter essencial da sua exegese era o resultado de dois princípios fundamentais: (1) *Scriptura Scripturae interpres*, isto é, a Escritura é a intérprete da Escritura; e (2) *omnis intellectus ac expositio Scripturae sit analogia fidei*, isto é, todo o enten-

dimento e exposição da Escritura deve estar em conformidade com a analogia da fé. E, para eles, a *analogia fidei* é igual à *analogia Scripturae*, isto é, o ensino uniforme da Escritura.

1. Lutero. Ele prestou à nação alemã um grande serviço ao traduzir a Bíblia para o alemão vernáculo. Também se empenhou no trabalho de exposição, embora somente numa extensão limitada. Suas regras hermenêuticas eram muito melhores do que a sua exegese. Embora não desejasse reconhecer nada além do sentido literal e falasse desdenhosamente da interpretação alegórica, não se afastou inteiramente do método desprezado. *Defendeu o direito do julgamento particular; enfatizou a necessidade de se levar em consideração o contexto e as circunstâncias históricas; exigia fé e discernimento espiritual do intérprete; e desejava encontrar Cristo em todas as partes da Escritura.*

2. Melanchthon. Foi a mão direita de Lutero e seu superior em erudição. Seu grande talento e conhecimento extensivo, também de grego e hebraico, estavam bem adaptados para transformá-lo num intérprete admirável. Em sua obra exegética, procedia segundo os princípios sadios de que (a) *as Escrituras devem ser entendidas gramaticalmente antes de serem entendidas teologicamente*; e (b) *as Escrituras têm apenas um sentido claro e simples*.

3. Calvino foi, por consenso, o maior exegeta da Reforma. Suas exposições cobrem quase todos os livros da Bíblia, e o valor delas ainda é reconhecido. Os princípios fundamentais de Lutero e Melanchthon também foram os seus, *e ele os superou ao conciliar sua prática com sua teoria*. Viu, no método alegórico, um artifício de Satanás para obscurecer o sentido da Escritura. *Acreditava firmemente no significado simbólico de muito do que se encontra no Antigo Testamento*, mas não compartilhava da mesma opinião de Lutero de que Cristo deveria ser encontrado em todas as partes da Escritura. Além disso, *reduziu o número de Salmos que poderiam ser reconhecidos como messiânicos. Insistiu no fato de que os profetas deveriam ser interpretados à luz das circunstâncias históricas*. Como ele via, a excelência primeira de um expositor consistia de uma *brevidade lúcida*. Além disso, considerava que "*a primeira função de um intérprete é deixar o autor dizer o que ele diz, ao invés de atribuir a ele o que pensamos que ele deveria dizer*".

4. Os Católicos romanos. *Estes não fizeram nenhum progresso exegético durante o período da Reforma*. Não admitiam o direito do julgamento particular e defendiam, em oposição aos protestantes, a posição de que

a Bíblia deve ser interpretada em harmonia com a tradição. O Concílio de Trento enfatizou (a) *que a autoridade da tradição eclesiástica devia ser mantida*, (b) *que a autoridade suprema tinha de ser atribuída à Vulgata*, e (c) *que era preciso harmonizar a própria interpretação com a autoridade da Igreja e do consenso unânime dos Pais*. Onde esses princípios prevalecem, o desenvolvimento exegético sofre uma parada repentina.

Perguntas para Fixação:

O que foi a Renascença? Foi um movimento teísta ou humanista? Como ela influenciou a Reforma? Que evidência temos de que os Reformadores tinham uma concepção orgânica de inspiração? Como ela pode ser responsabilizada pelo fato de pelo menos os primeiros reformadores não terem escapado totalmente do perigo da alegorização? O que é o "direito do julgamento particular"? Como Melanchthon e Calvino propuseram alcançar a unanimidade no caso das interpretações controvertidas? Qual é a única contribuição contínua e completa de Lutero à exegese do Novo Testamento? Qual é o caráter das exposições de Calvino? Em que aspecto sua obra exegética marca um avanço? Os intérpretes católico-romanos aderem estritamente aos cânones de Trento?

Bibliografia:

Diestel, *Geschichte*, pp. 231-317; Farrar, *History*, pp. 307-354; Gilbert, *Interpretation*, pp. 181-223; Immer, *Hermeneutics*, pp. 37-42; Terry, *Biblical Hermeneutics*, pp. 46-50.

D. O Período do Confessionalismo

Após a Reforma, tornou-se evidente que os Protestantes não tinham removido completamente o velho fermento. Teoricamente, retiveram o princípio sadio: *Scriptura Scripturae interpres*. Mas, embora recusassem sujeitar sua exegese ao domínio da tradição e da doutrina da Igreja como formulada pelos concílios e papas, *corriam o perigo de escravizá-la aos Padrões Confessionais da Igreja*. Essa foi, preeminentemente, a era das Confissões. "Em certa época, quase toda cidade importante ou principado tinha seu próprio credo preferido" (Farrar). Além disso, esse foi um período controverso. O protestantismo estava lamentavelmente dividido em várias facções. O espírito militante da era encontrou expressão em centenas de escritos polêmicos. Cada um buscava defender sua própria opinião com um apelo à Escritura. *A exegese se tornou a serva do dogmatismo e degenerou em mera pesquisa de textos-prova*. As Escrituras eram estudadas para que se pudesse encontrar nelas as

verdades incluídas nas Confissões. Isso se aplica particularmente aos luteranos, mas, em certa medida, também aos teólogos reformados. Foi durante esse período também que alguns se inclinaram em direção à concepção mecânica da inspiração da Bíblia. Cf. a *Formula Consensus Helvetica*. Os Buxtorfs sustentavam que até mesmo as vogais dos textos hebraicos eram inspiradas.

A tendência prevalecente desse período não é tão significativa para a história dos princípios hermenêuticos como são algumas das reações contra ela. Há, especialmente, três que merecem menção:

1. Os Socinianos. Não promoveram nenhum princípio hermenêutico, mas toda sua exposição partia do pressuposto de que *a Bíblia devia ser interpretada de um modo racional ou – melhor ainda – em harmonia com a razão*. Como Palavra de Deus, a Bíblia não podia conter nada que estivesse em contraposição à razão, isto é, de acordo com eles, *nada que não pudesse ser compreendido racionalmente*. Conseqüentemente, rejeitavam as doutrinas da Trindade, da Providência e das duas naturezas de Cristo. Eles elaboraram um sistema teológico que compreendia uma mistura de racionalismo e sobrenaturalismo. E, embora se gloriassem da liberdade do jugo confessional, sua exegese era, no final, dominada pelo seu sistema dogmático.

2. Coccejus. Esse teólogo holandês estava muito insatisfeito com o método vigente de interpretação. Sentia que os que consideravam a Bíblia como uma coleção de textos-prova *falhavam em fazer justiça à Escritura como um organismo, do qual diferentes partes eram tipicamente relacionadas entre si*. Ele requeria que o intérprete estudasse cada passagem à luz do seu contexto, do pensamento prevalecente e do propósito do autor. Seu princípio fundamental era que *as palavras da Escritura expressavam tudo o que podiam expressar em todo o discurso*; ou, como ele diz em uma de suas obras: "o sentido das palavras na Bíblia é tão amplo que contém mais do que um pensamento e, além disso, algumas vezes até mesmo uma multiplicidade de pensamentos, passíveis de dedução por um intérprete experiente da Escritura". Assim, como Farrar diz, "ele introduziu uma falsa pluralidade de significados, por meio de uma confusão fatal entre o sentido real e todas as aplicações possíveis". E isso foi agravado pela sua *tipologia excessiva, que o induziu não somente a buscar Cristo em todas as partes da Escritura, mas também a encontrar as vicissitudes da Igreja do Novo Testamento no curso da sua história, tipificadas no Antigo testamento, e até mesmo nas palavras e obras do próprio Cristo*. No entanto, por mais falha que tenha sido sua exegese, prestou um bom serviço ao chamar a atenção para o caráter orgânico da revelação de Deus.

J. A. Turretin se opôs ao procedimento arbitrário de Coccejus e de seus seguidores. Avesso aos sentidos imaginários descobertos por essa escola, *insistiu no fato de que a Bíblia deveria ser interpretada sem qualquer pressuposto dogmático, e com a ajuda da lógica e da análise*. Ele exerceu uma influência profunda e benéfica.

3. Os Pietistas. Cansados da rivalidade entre os protestantes, estes empenharam-se em promover uma vida verdadeiramente piedosa. No todo, representavam uma reação saudável contra as interpretações dogmáticas do seu tempo. *Insistiam no estudo da Bíblia em suas línguas originais e sob a influência esclarecedora do Espírito Santo*. Mas o fato de, na sua exposição, almejarem primariamente a edificação, conduziu-os gradualmente a um desprezo pela ciência. Na visão deles, *o estudo gramatical, histórico e analítico da Palavra de Deus simplesmente favorecia o conhecimento do invólucro externo dos pensamentos divinos, enquanto o estudo porismático* (aquele que tira conclusões para repreensão) *e prático* (que consiste em orar e lamentar) *penetrava no cerne da verdade*. Rambach e Francke foram dois dos mais eminentes representantes dessa escola. Eles foram os primeiros a insistir na necessidade da *interpretação psicológica*, no sentido de que os sentimentos do intérprete deveriam estar em harmonia com os do escritor que ele queria entender. As tendências místicas desses intérpretes os levavam a descobrir uma ênfase especial onde nada existia. Bengel foi o melhor intérprete que esta escola produziu.

Perguntas para Fixação:

Que Confissões importantes se originaram nesse período? No campo da exegese, qual é a objeção vital ao domínio de qualquer Confissão? Qual é a atitude adequada de um intérprete para com a Confissão de sua Igreja? Como a exegese está relacionada ao dogmatismo? Em quais aspectos Coccejus estava equivocado, e por quê? O que significa interpretação psicológica? A piedade é necessária ao intérprete da Bíblia?

Bibliografia:

Diestel, *Geschichte*, pp. 317-554; Farrar, *History*, pp. 357-394; Gilbert, *Interpretation*, pp. 224-248; Reuss, *History of the New Testament*, pp. 572-586; Immer, *Hermeneutics*, pp. 42-54; Elliott, *Hermeneutics*, pp. 18-24.

E. O Período Crítico-Histórico

Se o período precedente já tinha testemunhado alguma oposição à interpretação dogmática da Bíblia, no período agora considerado, *o espírito de reação ganhou lugar de proeminência no campo da Hermenêutica e da Exegese*. Freqüentemente encontrou expressão em posições muito extremas e, então, deparou com resistência determinada. Esse período também foi caracterizado pela ação e reação. Visões amplamente divergentes foram expressas a respeito da inspiração da Bíblia, mas *todas elas negavam a inspiração verbal e a infalibilidade da Escritura*. O elemento humano na Bíblia foi enfatizado muito mais do que havia sido anteriormente e encontrou reconhecimento geral; e aqueles que também acreditavam no fator divino refletiram sobre a relação mútua do humano e divino.

Tentou-se, então, sistematizar a doutrina da inspiração. Alguns seguiram Le Clerk *na adesão a uma teoria de inspiração em vários graus em diferentes partes da Bíblia*, e em seus graus mais baixos dava margem a erros e imperfeições. Outros aceitaram a teoria de uma *inspiração parcial*, limitando-a às porções concernentes à fé e à moral e, conseqüentemente, admitindo erros nos assuntos históricos e geográficos. Schleiermacher e seus seguidores negaram o *caráter sobrenatural da inspiração* e identificaram-na com a iluminação espiritual dos cristãos, enquanto Wegscheider e Parker *reduziram-na ao poder que todos os homens possuem simplesmente em virtude da luz da natureza*. Atualmente, é bastante comum falar de inspiração como algo *dinâmico* e imputá-la aos autores ao invés de aos seus escritos. De acordo com Ladd, "ela deve ser concebida como uma entrada da energia sobrenatural e espiritual que se manifesta num grau elevado e numa nova ordem da energia espiritual do homem" (*The Doctrine of Sacred Scripture*, II, p. 471). O produto disso é chamado "revelação".

Foi exposta como uma *conditio sine qua non* o fato de que o exegeta deveria ser *voraussetzungslos*, isto é, sem pressupostos e, por essa razão, inteiramente livre do domínio do dogmatismo e dos padrões confessionais da Igreja. Além disso, tornou-se princípio estabelecido o fato de que *a Bíblia deveria ser interpretada como qualquer outro livro. O elemento especial divino da Bíblia foi desacreditado de forma geral e o intérprete, usualmente, se limitava à discussão das questões históricas e críticas*. O fruto permanente desse período foi a percepção clara da necessidade da interpretação *gramático-histórica* da Bíblia. Há também evidências de uma convicção crescente de que esse princípio duplo de interpretação deveria ser suplementado por alguns outros princípios para que fosse feita total justiça à Bíblia como revelação divina.

O início desse período foi marcado pelo aparecimento de duas escolas opostas, a Gramatical e a Histórica.

1. A Escola Gramatical. Esta escola foi fundada por *Ernesti*, que escreveu uma obra importante sobre a interpretação do Novo Testamento, na qual ele *formulou quatro princípios*. (a) *O sentido múltiplo da Escritura deve ser rejeitado e mantido só o sentido literal.* (b) *As interpretações alegóricas e tipológicas devem ser desaprovadas, exceto em casos onde o autor indica que ele pretendia associar outro sentido ao literal.* (c) *Desde que a Bíblia tem o sentido gramatical em comum com outros livros, este deveria ser apurado de modo semelhante em ambos os casos.* (d) *O sentido literal não deve ser determinado por um suposto sentido dogmático.*

A Escola Gramatical foi essencialmente sobrenaturalista e vinculava-se às "próprias palavras do texto como a fonte legítima de interpretação autêntica e da verdade religiosa" (Elliott). Mas seu método era unilateral no sentido de que atendia só à interpretação pura e simples do texto, a qual não é sempre suficiente na interpretação da Bíblia.

2. A Escola Histórica. A escola histórica originou-se com *Semler*. Filho de pais pietistas, tornou-se, mais ou menos a despeito de si mesmo, o pai do racionalismo. Na sua obra sobre o Cânon, ele *dirigiu a atenção à verdade negligenciada da origem histórica humana e à composição da Bíblia.* Na sua segunda obra, sobre a interpretação do Novo Testamento, formulou certos princípios de interpretação. Semler salientou o fato de que vários livros da Bíblia e do Cânon, como um todo, se originaram de uma forma histórica *e, conseqüentemente, eram historicamente condicionados*. A partir do fato de que os livros separados foram escritos para diferentes classes de indivíduos, *ele concluiu que eles continham muita coisa que era meramente local e efêmera, e que não pretendia ter valor normativo para todos os homens e em todos os tempos*. Além disso, *viu neles uma mistura de erros, uma vez que Jesus e os apóstolos se adaptavam, em alguns assuntos, às pessoas a quem se dirigiam*. Conseqüentemente, argumentou quanto à necessidade de manter essas coisas em mente na interpretação do Novo Testamento. E, em resposta à questão de qual seria o elemento de verdade permanente na Bíblia, ele indicou "*o que serve para aperfeiçoar o caráter moral do homem*". Seu ensino promovia a idéia de que as Escrituras são produções humanas falíveis e, basicamente, fez com que a razão humana se tornasse o árbitro da fé. Semler não criou essas idéias, mas simplesmente vocalizou os pensamentos amplamente em voga no seu tempo.

3. Tendências Resultantes. Embora esse período tenha se iniciado com duas escolas opostas, logo revelou *três tendências distintas* no campo da Hermenêutica e da Exegese. Um grande número de intérpretes desenvolveu os princípios racionalistas de Semler de uma forma tal que o fizeram ficar pasmado. Outros retrocederam a partir das posições extremas do racionalismo e valeram-se de uma visão mediadora ou voltaram aos princípios da Reforma. Outros, ainda, enfatizaram que o método gramático-histórico de interpretação deveria ser suplementado por algum princípio que capacitasse o expositor a penetrar no espírito da Escritura.

a. *Ala Racionalista*. A semeadura de Semler produziu a ala racionalista no campo da exposição histórica. Isso pode ser visto a partir dos seguintes exemplos:

1. *Paulus, de Heidelberg, assumiu uma posição puramente naturalista.* Ele considerava "a fidelidade prática à razão" como a fonte da religião cristã. O mais notório de sua obra era sua interpretação dos milagres. Salientou duas questões, a saber, (a) se eles ocorreram, e (b) como tudo o que ocorreu pode ter acontecido. Enquanto respondia a primeira na afirmativa, descartava todos os elementos sobrenaturais da última.

2. A teoria de Paulus foi escarnecida por *Strauss*, que *propôs a interpretação mítica do Novo Testamento*. Sob a influência de Hegel, ponderou que a idéia messiânica, com todos os seus acréscimos do miraculoso, foi desenvolvida gradualmente na história da humanidade. No tempo de Jesus, as expectativas messiânicas estavam no ar. E sua obra e seu ensino deixaram uma impressão tão profunda em seus discípulos que, depois da sua morte, atribuíram a ele todas as obras e palavras maravilhosas, incluindo a ressurreição, esperadas de um Messias.

3. Mas essa visão, por sua vez, foi ridicularizada por *F. C. Baur*, o fundador da escola de Tübingen, que *ensinava que o Novo Testamento se originou de acordo com o princípio Hegeliano de tese, antítese e síntese*. Ele defendia que a hostilidade entre os partidos Petrino e Paulino levou à produção de literatura rival e, finalmente, também à composição de livros que almejavam a reconciliação dos partidos opostos. Como resultado, três tendências se tornaram aparentes na literatura do Novo Testamento. Essa teoria também teve o seu período de influência.

4. Atualmente, o objeto dos ataques críticos é o Antigo Testamento ao invés do Novo. *A escola Graf-Kuenen-Wellhausen tem por objetivo a explicação do Antigo Testamento no que é chamado modo "objetivo histórico"*, isto é, em harmonia com uma filosofia evolucionista. Sua obra é caracterizada

por uma minuciosidade que provoca admiração, bem como por uma grande engenhosidade; mas há, até mesmo agora, sinais que apontam para seu caráter passageiro.

b. *Reação dupla ao racionalismo*. O racionalismo não percorreu seu caminho sem oposição. No curso do tempo, uma reação dupla se tornou aparente.

1. *A Escola Mediadora*. Embora dificilmente possa ser dito que *Schleiermacher* tenha fundado essa escola, ele certamente deu origem a ela. Sua obra póstuma sobre Hermenêutica não respondeu à expectativa geral. *Ele ignorou a doutrina da inspiração, negou a validade permanente do Antigo Testamento e tratou a Bíblia como qualquer outro livro*. Embora não duvidasse da autenticidade substancial da Escritura, fazia uma distinção entre o *essencial* e o *não-essencial*, e se sentia seguro de que *a ciência crítica podia estabelecer um limite entre os dois*. Com toda a sua insistência na piedade verdadeira do coração, ele seguiu, na sua obra exegética, principalmente os caminhos do racionalismo.

Alguns de seus seguidores, como De Wette, Bleek, Gesenius e Ewald, *inclinaram-se ao racionalismo*. *Outros*, porém, eram mais evangélicos e seguiram um curso mediador. Entre estes estavam Tholuck, Riehm, Weiss, Luecke, Neander e outros. *Eles rejeitavam completamente a teoria da inspiração verbal, mas, ao mesmo tempo, confessaram a mais profunda reverência à autoridade divina das Sagradas Escrituras*. Assim diz Lichtenberg: "Sem admitir a infalibilidade do cânon ou a inspiração plena do texto, e embora reservando-se o direito de submetê-las ao teste da crítica histórica, a Escola da Conciliação, não obstante, proclama a autoridade da Bíblia em assuntos de religião" (*History of German Theology in the Nineteenth Century*, p. 470).

2. *A Escola de Hengstenberg*. Naturalmente, o caráter mediador da escola precedente era também sua fraqueza. Não serviu para controlar o progresso do racionalismo. Uma reação muito mais efetiva surgiu na escola de *Hengstenberg*, que retornou aos princípios da Reforma. *Ele cria na inspiração plena da Bíblia e, conseqüentemente, defendia sua infalibilidade absoluta*. Declarou-se totalmente a favor dos Padrões Confessionais da Igreja Luterana. É verdade que ele foi um tanto violento em sua polêmica, algo dogmático em suas afirmações e que, ocasionalmente, revelou uma tendência a alegorizar com bastante liberdade. Mas, no total, sua obra exegética dá evidência de profunda erudição histórica e filológica e de um discernimento crédulo na verdade da revelação divina. Entre seus discípulos e seguidores encontramos K. F. Keil, Hävernick e Kurtz.

c. *Tentativas de ir além do sentido gramático-histórico*. O resultado permanente desse período é o estabelecimento do método gramático-histórico de interpretação. Encontramos esse método representado em manuais hermenêuticos como os de C. A. G. Keil, Davidson, P. Fairbairn, A. Immer e M. S. Terry. Mas, gradualmente, surge uma tendência não muito satisfeita com a intepretação gramático-histórica e que, por isso, procura suplementá-la.

1. *Kant sustentava que só a interpretação moral da Bíblia tinha significado religioso*. De acordo com o seu pensamento, o progresso ético do homem deve ser o princípio controlador na exposição da Palavra de Deus. Tudo o que não atender a esse propósito deve ser rejeitado.

2. *Olshausen introduziu um argumento pelo "sentido mais profundo da Escritura"*. Para ele, isso não era algo à parte do sentido literal, mas, sim, intimamente relacionado a ele e até mesmo baseado nele. *O caminho para se encontrar o sentido mais profundo é reconhecer "a revelação divina na Escritura e seu ponto central, Cristo, na sua unidade viva com Deus, assim como com a humanidade"* (Immer). Esse sentido mais profundo é o ceme da revelação de Deus. Embora defenda isso, Olshausen adverte contra a antiga interpretação alegórica. R. Stier, em certo grau, seguiu seus passos.

3. *Germar defendeu o que chamava de interpretação pan-harmônica da Escritura. "Ele exige a harmonia completa do significado encontrado na Escritura, desde que seja considerado como revelação de Deus, com os ditos de Cristo e com tudo o mais que é verdadeiro e certo"* (Reuss). Esse princípio, embora verdadeiro, mas deixa espaço para a especulação subjetiva quanto à extensão em que a Bíblia deve ser reconhecida como revelação de Deus e quanto às coisas que são verdadeiras e certas.

4. *T. Beck promoveu a chamada interpretação pneumática ou espiritual*. Ele requeria o espírito de fé no intérprete. Esse espírito, de acordo com ele, daria origem à convicção de que várias partes da Escritura formam um todo orgânico. E *as diversas partes da Bíblia deveriam ser interpretadas à luz desse aspecto externo geral*, porquanto ela se revela nas partes da Escritura cujo significado é claro. Isso praticamente equivale a dizer que a Escritura deve ser interpretada de acordo com a analogia da fé.

A busca por alguns princípios de interpretação que servirão para complementar o sentido gramático-histórico é também característica das obras de Lutz, Hofmann, Klausen, Landerer e outros. Esperamos confiantemente que o futuro traga uma unanimidade maior, nesse particular, entre aqueles que aceitam a Bíblia como a Palavra inspirada de Deus.

Perguntas para Fixação:

Qual é a diferença entre inspiração verbal e plena? Em que diferentes formas a teoria da inspiração parcial é apresentada? É possível que um intérprete não tenha pressupostos? O princípio da acomodação é reconhecido na Bíblia? Se é, de que modo? Qual é a objeção séria à teoria da acomodação de Semler? Qual é a característica principal do racionalismo? Por que razão alguns estudiosos alemães são chamados de "teólogos mediadores"? Por que razão a interpretação gramático-histórico é insuficiente?

Bibliografia:

Diestel, *Geschichte*, pp. 556-781; Farrar, *History*, pp. 397-437; *Reuss, History, II*, pp. 587-625; Gilbert, *Interpretation*, pp. 249-292; Immer, *Hermeneutics*, pp. 55-83; Elliott, *Hermeneutics*, pp. 29-34.

IV. A Concepção Correta da Bíblia, o Objeto da Hermenêutica Sagrada

Um estudo lógico da *Hermenêutica Sagrada* requer, primeiramente, uma descrição do seu objeto, *a Bíblia*, uma vez que a Hermenêutica especial deve sempre se adaptar à classe de literatura à qual é aplicada. O caráter ímpar da Bíblia irá também, num certo grau, determinar os princípios que devem governar a sua interpretação. Isso, no entanto, não significa que todas as qualidades da Bíblia devem ser descritas, mas que apenas devem ser elucidadas as características que, de um modo ou de outro, se relacionam com sua interpretação.

A. A Inspiração da Bíblia

Ao discutir o caráter da Bíblia, é natural designar o primeiro lugar ao grande princípio dominante, do qual nossa Confissão diz: "Confessamos que esta Palavra de Deus não foi enviada nem entregue pela vontade do homem, mas que *homens santos de Deus falaram movidos pelo Espírito Santo*, como diz o apóstolo Pedro. E que, mais tarde, Deus, com o cuidado especial que ele tem por nós e por nossa salvação, mandou que seus servos, os profetas e apóstolos, colocassem sua Palavra revelada por escrito; e ele mesmo escreveu com seu próprio dedo nas duas tábuas da lei. Por essa razão, chamamos tais escritos de Escrituras divinas e sagradas" (Art. III, Confissão Belga).

A Bíblia é divinamente inspirada – esse é o grande princípio que controla a Hermenêutica Sagrada. Ele não pode ser ignorado impunemente. Qualquer teoria de interpretação que o desconsidere é fundamentalmente deficiente e não pode ser útil para o nosso entendimento da *Bíblia como a Palavra de Deus*.

Mas a afirmação de que a Bíblia é inspirada não é suficientemente clara. O significado do termo "inspiração" é um tanto indefinido e requer uma precisão maior. *Entendemos por inspiração a influência sobrenatural exercida pelo Espírito Santo sobre os escritores sagrados, em virtude da qual seus escritos receberam autenticidade divina e constituem uma regra infalível e suficiente de fé e prática*. Isso significa, como o Dr. Warfield expressa, que os escritores não escreveram por iniciativa própria, mas "movidos pela iniciativa divina e conduzidos pelo poder irresistível do Espírito de Deus pelos meios por ele escolhidos para os propósitos por ele estabelecidos". Quando é dito que os escritores foram guiados pelo Espírito Santo na escrita dos livros da Bíblia, o termo "escrita" deve ser tomado num sentido amplo. Ele inclui a investigação de documentos, a compilação de fatos, o arranjo do material, a própria escolha das palavras e, na verdade, todo o processo que entra na composição de um livro. A inspiração deve ser distinguida da revelação no sentido restrito da comunicação imediata de Deus em palavras. A primeira assegura a infalibilidade no ensino, enquanto a última aumenta o estoque de conhecimento. Mas ambas devem ser consideradas modos da revelação de Deus no sentido mais amplo; isto é, modos nos quais Deus faz conhecido ao homem a sua vontade, suas ações e seus propósitos.

1. Prova Escriturística da Inspiração Divina. Muitos intérpretes são decididamente avessos a qualquer concepção de inspiração divina. Freqüentemente, eles a representam como uma teoria imaginada pelos teólogos conservadores para fazer com que a Bíblia se ajuste às suas noções preconcebidas do que deveria ser o caráter da Palavra de Deus. Mas é um grande erro considerar a idéia da inspiração divina como definida acima, como uma teoria filosófica imposta sobre a Bíblia. O fato marcante é que ela é uma doutrina escriturística, da mesma maneira que as doutrinas de Deus e da Providência, de Cristo e da Expiação e outras. A Bíblia nos oferece um grande número de dados para uma doutrina da (isto é, com respeito à) Escritura. Nos parágrafos seguintes, as provas bíblicas mais importantes para a inspiração divina serão brevemente indicadas.

a. *A Bíblia ensina claramente que os órgãos da revelação foram inspirados* quando comunicaram oralmente ao povo as revelações que tinham recebido.

1. *As expressões que a Bíblia usa para descrever o ofício e a função proféticos são tais que implicam inspiração direta*. Nada pode ser inferido do nome *nabhi*, por causa da sua origem incerta. Mas a passagem clássica, Êx 7.1, nos ensina claramente que um profeta é aquele que fala ao homem da

parte de Deus ou, mais especificamente, aquele que traz as palavras de Deus ao homem. Cf. também Dt 18.18; Jr 1.9; 2Pe 1.21. Além disso, é dito que o Espírito de Deus veio ou caiu sobre os profetas; que a mão de Jeová era forte sobre eles; que eles receberam a palavra de Deus e foram constrangidos a anunciá-la (Is 8.11; Jr 15.17; Ez 1.3; 3.22; 37.1).

2. *As fórmulas proféticas mostram claramente que os profetas eram conscientes de ir ao povo com a palavra de Deus.* Ao abrirem a alma, eles estavam cientes do fato de que Deus enchia a mente deles com um conteúdo que não era originado em sua própria consciência. Por essa razão, as seguintes fórmulas: "Assim diz o Senhor"; "Ouvi, pois, a palavra do Senhor"; "Assim o Senhor Deus me mostrou"; "A palavra do Senhor veio a...".

3. Há, ainda, outro aspecto notável nos escritos proféticos que aponta na mesma direção. Em muitos dos seus discursos, nos quais o Senhor é apresentado como aquele que fala, *os profetas mudam, subitamente, do uso da terceira para o da primeira pessoa*, sem qualquer "disse o Senhor" de transição. Em outras palavras, eles surpreendem o leitor começando a falar *como se eles fossem Deus*. Cf. Is 3.4; 5.3 ss.; 10.5 ss.; 27.3; Jr 5.7; 16.21; Os 6.4; Jl 2.25; Am 5.21ss.; Zc 9.7; etc. Isso seria uma ousadia sem precedentes por parte dos profetas se eles não estivessem absolutamente seguros de que Deus estava colocando as palavras que eles estavam falando, na boca deles, como se fosse a sua própria.

4. Voltando ao Novo Testamento, vemos que Cristo prometeu o *Espírito Santo* a seus discípulos, *para lhes ensinar todas as coisas e para relembrar tudo o que ele havia lhes ensinado* (Jo 14.26). Essa promessa foi cumprida no dia de Pentecostes e, a partir de então, os discípulos falaram como mestres infalíveis do povo. Eles sabiam que suas palavras eram palavras de Deus (1Ts 2.13), e se sentiam confiantes de que seu testemunho era o testemunho de Deus (1Jo 5.9-12).

b. *A Bíblia ensina a inspiração da palavra escrita.*

A certeza precedente cria uma *presunção* a favor da inspiração dos órgãos da revelação na escrita dos livros da Bíblia. Se Deus considerou necessário que eles levassem sua mensagem oral ao povo sob a direção do Espírito Santo, dificilmente consideraria menos essencial que seus escritos fossem salvaguardados da mesma maneira. Mas não precisamos nos satisfazer com evidências presumíveis. A Bíblia realmente ensina a inspiração da Palavra escrita. É verdade que nenhuma passagem pode ser citada com afirmações explícitas da inspiração de toda a Bíblia, mas a evidência é cumulativa e não deixa dúvidas quanto a isso.

1. Na época do Novo Testamento, os judeus possuíam uma coleção de escritos, tecnicamente designados *he graphe* (a Escritura), ou *hai graphai*

(as Escrituras) (Rm 9.17; Lc 24.27). *A* he graphe *é repetidamente citada no Novo Testamento como tendo autoridade divina*. Para Cristo e seus discípulos, um apelo à *he graphe* era o fim de toda controvérsia. Seu "está escrito" era equivalente ao "Deus diz". Além do mais, esses escritos são, algumas vezes, designados de uma maneira que aponta para seu caráter sagrado, por exemplo, são chamados de *graphai hagiai* (Rm 1.2) e *ta hiera grammata* (2Tm 3.15). Além desses, há até mesmo uma descrição que aponta diretamente para seu caráter divino. Eles são chamados de "oráculos de Deus" (Rm 3.2). Na passagem clássica, 2Tm 3.16, é perfeitamente claro o fato de que se pretendia dizer que as Escrituras, em sua inteireza, foram concebidas como uma revelação divina direta.

2. *Há várias citações do Antigo Testamento no Novo Testamento que identificam Deus e a Escritura como os que falam*. Um exemplo impressionante é encontrado em Hb 1.5-13, em que sete palavras do Antigo Testamento são citadas e ditas terem sido proferidas por Deus, a saber, Sl 2.7; 2Sm 7.14; Dt 32.43 (LXX), ou Sl 97.7; Sl 104.4; Sl 45.6,7; Sl 102.24-27; Sl 110.1. Ao consultar essas passagens, percebemos que em algumas delas Deus é o que fala e que, em outras, ele não é o que fala. O que a Escritura diz é simplesmente atribuído a Deus. Além disso, em Rm 9.17 e Gl 3.8, as palavras do Antigo Testamento são citadas com a fórmula "a Escritura diz" ("prega"), enquanto nas passagens citadas, Êx 9.16; Gn 22.18, Deus é o que fala. *Essa identificação só foi possível com base numa visão estrita de inspiração.*

3. *O* locus classicus *para a inspiração da Bíblia é 2Tm 3.16.* Para uma interpretação detalhada desse versículo, indicamos os Comentários. Algumas observações devem ser suficientes aqui. No contexto imediatamente precedente, o apóstolo fala das vantagens de Timóteo ter recebido uma educação estritamente religiosa, tendo conhecido desde a infância as Sagradas Escrituras, isto é, o Antigo Testamento. E agora, no versículo16, o apóstolo enfatiza a grande importância dessas Escrituras. Disso, segue-se que *he graphe* também se refere ao Antigo Testamento como um todo. A palavra *theo-pneustos* significa *soprado por Deus*, isto é, o produto do sopro criador de Deus. A palavra grega *pasa* é interpretada por alguns como "toda" e por outros como "cada", o que faz muito pouca diferença, uma vez que uma enfatiza a totalidade e a outra, cada parte dela. Portanto, alguns interpretam: "Toda (cada) Escritura é dada por inspiração de Deus, e é útil" etc.; e outros: "Toda (cada) Escritura dada por inspiração de Deus é também útil", etc. Mas isso não faz grande diferença, *uma vez que a inspiração do Antigo Testamento está dita ou implícita.*

4. *Outra passagem importante é 2Pe 1.19-21*, na qual o apóstolo assegura a seus leitores que o que tinha se tornado conhecido a eles sobre o poder e

a volta do Senhor Jesus Cristo não se baseava em fábulas engenhosamente inventadas, mas na palavra de testemunhas oculares. E, então, ele acrescenta que eles tinham um testemunho ainda melhor na palavra profética (a qual o Dr. Warfield entende como todo o Antigo Testamento). Isso é tido como certeza maior, *porque não é derivada de interpretação particular, isto é, não é resultado de investigação humana, nem o produto do próprio pensamento do escritor*. Veio não pela vontade do homem, mas como um dom de Deus.

5. *Ainda outra passagem de importância considerável é 1Co 2.7-13.* Paulo chama a atenção para o fato de que a sabedoria de Deus, que estava oculta desde a eternidade, e que só o Espírito de Deus poderia conhecer, tinha sido revelada a ele. E, então, continua: "Disto também falamos, não em palavras ensinadas pela sabedoria humana, mas ensinadas pelo Espírito". Desde que ele usa o tempo presente, isso implica também as coisas que estava escrevendo aos coríntios.

c. *A Bíblia ensina que a inspiração também se estendia às palavras que foram usadas pelos escritores*. É fato bem conhecido que muitos que professam crer na inspiração da Bíblia são enfáticos em negar a inspiração verbal. Eles se satisfazem com a aceitação de alguma forma de inspiração parcial como, por exemplo, só os pensamentos e não as palavras, ou só os assuntos pertinentes à fé e à vida, ou, ainda mais limitado, só as palavras de Jesus foram inspiradas. Alguns fazem objeção ao termo "inspiração verbal" porque ele é adequado para sugerir uma teoria mecânica de inspiração, e preferem usar o termo "inspiração plena". Não há objeção ao termo se ele for entendido como tendo o significado, entre outras coisas, da direção sobrenatural do Espírito Santo estendida à própria escolha das palavras, uma vez que isso é certamente ensinado na Bíblia, tanto por declaração expressa como por implicação. Note especialmente o seguinte:

1. Na passagem já citada em b. 5, Paulo alega ensinar as coisas que foram revelados pelo Espírito de Deus, "não em *palavras* ensinadas pela sabedoria humana, mas em *palavras* ensinadas pelo Espírito". Aqui, o apóstolo se refere claramente às palavras ensinados pelo Espírito Santo e a expressão dupla confere força à sua declaração.

2. Quando o Senhor chama Jeremias para sua difícil tarefa, ele diz: "Eis que ponho na tua boca as minhas *palavras*". Desde que ele exerceu cuidado tão especial quanto às palavras por meio das quais Jeremias levou sua revelação a Israel, o pressuposto é que ele exerceria igual cuidado com respeito às palavras as quais o profeta usaria para essas revelações, uma forma permanente para todas as gerações futuras.

3. De acordo com Jo 10.33, os judeus estavam ofendidos porque, como diziam, Jesus estava se fazendo Deus. Ao responder a essa acusação, Jesus apela para uma palavra da Escritura, isto é, Sl 82.6, onde juízes são chamados de *deuses* e, ao mesmo tempo, chama a atenção para o fato de que a Escritura não pode ser anulada, mas tem autoridade incontestável. Desde que ele baseia seu argumento no uso de uma única palavra, está implícito que cada palavra tem autoridade divina.

4. Em Gl 3.16, Paulo elabora todo o seu argumento no uso de um singular ao invés de um plural. Esse argumento do apóstolo tem sido atacado com base no fato de que a palavra hebraica a que ele se refere não pode ser usada no plural para denotar posteridade. Cf. Gn 13.15. Mas isso não destrói a validade do seu argumento, uma vez que o escritor de Gênesis poderia ter usado outra palavra ou expressão no plural. E, mesmo se o tivesse feito, a passagem ainda provaria que Paulo acreditava na inspiração das palavras individuais.

2. Relação Entre o Divino e o Humano na Autoria Escriturística. A partir do que foi dito, é bem claro que um fator duplo, o divino e o humano, operou na produção da Bíblia; e, agora, é feita uma pergunta com relação ao modo como os dois estavam relacionados um ao outro na composição dos livros da Bíblia. Colocando a pergunta de uma maneira mais concreta: Os escritores humanos agiram meramente como penas na mão de Deus? Ou foram simplesmente escreventes que anotaram o que Deus ditava? Suas próprias personalidades foram suprimidas quando o Espírito de Deus veio sobre eles e os dirigiu a escrever o que ele desejava? A memória e a imaginação, o entendimento e o julgamento, os desejos e as vontades deles ficaram inativos quando foram movidos pelo Espírito Santo? A todas essas perguntas só pode haver uma resposta à luz dos dados da Escritura:

a. *Os autores humanos da Bíblia não foram meras máquinas, nem mesmo amanuenses. O Espírito Santo não os privou de sua liberdade, nem destruiu sua individualidade.* As seguintes provas parecem ser decisivas nessa questão:

1. *Em muitos casos, os autores investigaram de antemão o assunto sobre o qual pretendiam escrever.* Lucas nos diz no prefácio de seu Evangelho que havia feito isso; e os autores dos livros de Reis e Crônicas repetidamente se referem às suas fontes.

2. *Os escritores, muitas vezes, expressaram suas próprias experiências,* como Moisés ao iniciar e concluir os capítulos de Deuteronômio, e Lucas na última metade do livro de Atos dos Apóstolos. Os salmistas cantaram sobre seus pecados pessoais e sobre a graça perdoadora recebida; sobre perigos que os cercavam e sobre livramentos maravilhosos.

3. *Muitos dos livros bíblicos têm um caráter ocasional.* Sua composição foi impelida por circunstâncias externas e seu caráter determinado pela condição moral e pelo *status* religioso dos leitores originais. No Novo Testamento, isso se aplica particularmente às epístolas de Paulo, Pedro e Judas, mas também, em grau menor, a outros escritos.

4. *Os muitos livros são caracterizados por uma diferença de estilo impressionante.* Ao lado da poesia exaltada dos Salmos e dos profetas, temos a prosa comum dos historiadores. Lado a lado com o hebraico puro de Isaías, temos a linguagem aramaica de Daniel, o estilo dialético de Paulo e também o estilo simples de João.

b. É perfeitamente evidente, portanto, que o Espírito Santo usou os escritores da Bíblia assim como eram e como ele mesmo os havia preparado para essa tarefa, com suas peculiaridades pessoais, caráter e temperamento, talentos e educação, preferências e aversões, sem suprimir suas personalidades. *Há, no entanto, uma limitação importante. O Espírito Santo não podia permitir que a natureza pecaminosa deles se expressasse.*

De tudo o que foi dito, segue-se que a Bíblia tem um aspecto divino e outro humano. Isso não é equivalente a dizer que ela tem um elemento humano ao lado do divino. Não somos autorizados a parcelar a Bíblia e designar partes dela a Deus e ao homem respectivamente. A Bíblia é, em todas as suas partes, em substância e forma, até nos mínimos detalhes, um livro que vem de Deus. Ao mesmo tempo, foi composta, do começo ao fim, por meio da instrumentalidade do homem e carrega todas as marcas de autoria humana que são consistentes com a infalibilidade. Não podemos entender completamente o processo de inspiração, embora certas analogias nos ajudem a perceber sua possibilidade. É um mistério que desafia a explicação e deve ser aceito pela fé.

3. Objeções à Doutrina da Inspiração Verbal. Muitas objeções têm sido levantadas contra a doutrina da inspiração verbal ou plena, e nós nunca deveríamos fazer pouco caso delas, mas dar-lhes a consideração devida. Algumas têm grande semelhança de plausibilidade, como as que são baseadas no chamado fenômeno da Escritura, como os erros textuais, as discrepâncias aparentes, as citações supostamente incorretas e mal aplicadas, as representações duplas e as alotropias. Estas obtêm sua força no suposto fato de que uma teoria verdadeiramente científica de inspiração deve ser baseada num estudo indutivo de todos esses fenômenos. Mas isso significa que o homem, em vez de aceitar os ensinamentos claros da Bíblia a respeito da sua inspiração, quer entender por si mesmo até que ponto as Escrituras são inspiradas, e isso é, essencialmente, racionalismo. Deveríamos aceitar o ensinamento da Bíblia como

final quanto a esse ponto, assim como com relação a qualquer outro, e, então, buscar ajustar os fenômenos da Escritura à doutrina bíblica da inspiração. E se isso parece ser impossível para o presente, deveríamos demonstrar nossa fé em esperar pacientemente por uma luz ulterior. Lembremos sempre das palavras do Dr. Warfield, "é um princípio lógico estabelecido que enquanto a evidência adequada pela qual uma proposição é estabelecida permaneça não contestada, todas as chamadas objeções levantadas contra ela passam da categoria de objeções à sua verdade para a categoria de dificuldades a serem ajustadas a ela".

a. Há um ponto, no entanto, que pede uma breve consideração. *A afirmação de que as Escrituras são, em cada particular, infalivelmente inspiradas, refere-se somente aos autógrafos e não, no mesmo sentido, aos manuscritos agora em nossa posse, às edições presentes da Bíblia e às traduções*. Os autógrafos originais foram escritos sob direção divina e eram, por essa razão, absolutamente infalíveis. Mas não se alega que um milagre perpétuo tenha preservado o texto sagrado dos erros dos copistas. Uma comparação entre os manuscritos claramente revela a presença de tais erros. Alguns concluem, a partir disso, que a inspiração da Bíblia tem, portanto, muito pouco significado, e não assegura a infalibilidade das Escrituras como as possuímos. Mas lembremo-nos que a única conclusão que se segue desses fatos mencionados é que, onde há erros de transcrição na Bíblia atual, ali não está a Palavra de Deus.

O fato, no entanto, permanece – e isto é muito importante – que, à parte dos erros comparativamente poucos e relativamente insignificantes, estamos de posse da Palavra de Deus verbalmente inspirada. O que isso realmente significa pode ser mais bem inferido a partir das palavras de Moses Stuart e Garbett (citados por Patton), ambos autores de um estudo especial sobre o texto da Escritura. Diz o primeiro: "De mais ou menos oitocentas mil leituras variantes da Bíblia que foram coletadas, por volta de setecentos e noventa e cinco mil têm tanta importância para o sentido das Escrituras Gregas e Hebraicas quanto a questão na ortografia inglesa sobre se a palavra *honour* deve ser escrita com *u* ou sem ele. Do restante, algumas mudam o sentido de passagens ou expressões particulares, ou omitem palavras ou frases particulares; mas nenhuma doutrina da religião é mudada, nenhum preceito tirado, nenhum fato importante alterado no total das várias leituras consideradas coletivamente". E o último diz: "Vamos colocar cada palavra afetada por essas variações de um lado, não como certamente não-inspiradas, mas como não certamente inspiradas, porque não são idênticas aos autógrafos originais. Será suficiente se a inspiração verbal de todo o resto for admitida, uma vez que essa porção inspirada, à qual a variação de

leitura não lançou sombra de dúvida, contém tão inteiramente cada palavra expressiva e enfática que a negação da inspiração ao restante se torna simplesmente negativa, se não ridícula" (Patton, *Inspiration of the Scriptures*, p. 113s.). Nas palavras do Dr. Patton: "De acordo com nossa visão, um autógrafo infalível foi perpetuado pela diligência dos transcritores e mudado somente em alguns detalhes sem importância, pelos erros dos copistas" (p. 115).

b. Finalmente, há muitos exegetas e escritores hermenêuticos que se opõem decididamente ao *a priori* da inspiração divina em suas obras exegéticas. Immer propõe o princípio de "*que cada pressuposto que, de alguma forma, antecipa o resultado exegético é inadmissível*". E ele afirma que a "*crença incondicional na autoridade e inspiração da Escritura*" *é tal pressuposto* (*Herm.*, pp. 92, 93). Mas:

1. Ele mesmo ressalta, em seguida, que *nenhum intérprete pode descartar todos os pressupostos*. Parece que ele teria de se colocar à parte, o que é impossível. Ele não pode abandonar suas convicções mais profundas, nem assumir uma atitude indiferente com relação ao autor a quem busca entender. *E certamente um teólogo reformado não pode se despojar da firme convicção, que não é meramente uma questão da mente, mas do coração, de que a Bíblia é a Palavra infalível de Deus.*

2. *O pressuposto de que a Bíblia é a Palavra inspirada de Deus* e, por essa razão, tem autoridade divina, enquanto nos dá garantia de que cada parte é verdadeira e não pode se contradizer, *não determina, como regra, a nossa exegese das passagens particulares, de uma maneira ou de outra*. Isso nos deixa com grande liberdade de movimentos e de escolha.

3. É notável o fato de que *os que têm tais escrúpulos conscienciosos contra o pressuposto da inspiração divina em suas obras exegéticas são freqüentemente controlados pelos pressupostos que determinam os resultados de suas interpretações a uma extensão muito maior do que a doutrina da inspiração o faria*. Um desses pressupostos atuais, causador de muito mal e da subversão de muitas passagens escriturísticas, é a teoria de desenvolvimento evolucionário no modo como é aplicada à religião de Israel.

Perguntas para Fixação:

Os órgãos de revelação eram inspirados apenas na escrita dos livros ou também no seu ensino oral? Qual é a diferença entre a inspiração dos profetas e a dos apóstolos? Que elementos estavam incluídos na inspiração gráfica (Kuyper) ou na inspiração transcritiva (Cave)? Como a inspiração dos escritores difere da dos seus escritos? Qual é a diferença entre a inspiração de, digamos, Shakespeare e a de Davi? Era essencial que a inspiração se estendesse às

próprias palavras usadas? Que objeções foram levantadas contra essa doutrina da inspiração?

Bibliografia:

Lee, *The Inspiration of the Scripture*; Bannerman, *Inspiration of the Scriptures*; H. McIntosh, *Is Christ Infallible and is the Bible True?* Warfield, *Revelation and Inspiration*; Orr, *Revelation and Inspiration*; Patton, *Inspiration of the Scriptures*; Sanday, *Inspiration*; Ladd, *The Doctrine of Sacred Scripture*, 2 vols.; Daubanton, *De Theopneustie der Heilige Schrift*; Kuyper, *Hedendaagsche Schrisftcritiek*; Bavinck, H., *Philosophy of Revelation*; Girardeau, *Discussions of Theological Questions*; Grosheide, *Nieuw-Testamentische Exegeze*; Honig, *Is de Bijbel op Bovennatuurlijke wijze Geinspireerd*? Berkouwer, *Het probleem der Schriftcritiek*; Calvinistic Conference Lectures, 1943, *The Word of God and the Reformed Faith*; Westminster Seminary Faculty, *The Infallible Word*.

B. Unidade e Diversidade na Bíblia

1. Os Vários Livros da Bíblia Constituem uma Unidade Orgânica. A palavra "orgânica" deve ser enfatizada. Essa unidade não é meramente mecânica, consistindo de diferentes partes preparadas com vistas à sua correlação mútua, assim como as partes de um relógio e finalmente reunidas num volume. A Bíblia não deve ser comparada a uma catedral construída de acordo com os planos e especificações de um arquiteto, mas como uma árvore imponente, o produto de um crescimento progressivo. A Bíblia não foi feita, mas cresceu, e a composição dos seus muitos livros marca os estágios de seu desenvolvimento progressivo. Ela é, em última análise, o produto de uma mente única, a corporificação de um único princípio frutífero que se ramifica em várias direções. As suas diferentes partes são mutuamente dependentes, e todas, juntas, são subservientes ao organismo como um todo. A própria Escritura testifica de sua unidade de várias formas. Note particularmente o seguinte:

a. *As passagens que foram citadas para provar a inspiração da Bíblia, e muitas outras que podem ser acrescentadas a elas, apontam para o fato de que elas têm um autor primário*. Ela é, em todas as suas partes, produto do Espírito Santo.

b. *O conteúdo da Bíblia, apesar da sua variedade, revela uma unidade maravilhosa*. Todos os livros da Bíblia têm seu centro de ligação em Jesus Cristo. Todos eles se relacionam à obra da redenção e à fundação do Reino de Deus na terra. Além do mais, todos estão em harmonia com relação

aos ensinos doutrinários e procedimentos práticos na vida. O fato de que 66 livros, que surgiram gradualmente no curso de 1600 anos, revelem tão grande e notável unanimidade, tem sido uma das maravilhas das eras.

c. *O caráter progressivo da revelação de Deus é também uma prova efetiva da sua unidade*. O estudo da *Teologia Bíblica* ou *Historia Revelationis* está fazendo com que isso se torne cada vez mais aparente. As Escrituras revelam o desenvolvimento de um único pensamento divino com várias subdivisões, ou seja, o da graça de Deus em Jesus Cristo para a redenção de pecadores. Elas nos mostram o botão das promessas divinas se abrindo gradualmente em uma bela flor. O Cristo prometido lança suas sombras antes de si e finalmente aparece em pessoa.

d. *O conjunto de citações da Escritura também mostra a sua unidade*. Os escritores do Novo Testamento freqüentemente ilustravam ou apoiavam alguma verdade particular pela citação de vários livros do Antigo Testamento e, desse modo, revelavam sua convicção de que estes tinham, igualmente, autoridade divina. Encontramos um exemplo disso em Rm 3.10-18, em que Paulo cita Ec 7.20; Sl 14.2,3; 5.10; 140.4; 10.7; Is 59.7,8; Sl 36.2. Para outros exemplos, cf. Hb 1.5-13; 2.6-8,12,13. A respeito do primeiro, Turpie diz: "Esta citação, pois, composta dessas várias passagens, nos dá um exemplo de uma citação *combinada*; e, como é precedida por "de acordo com o que está escrito", torna claro que os *diferentes escritos* de onde foram tirados – isto é, Salmos, Eclesiastes e Isaías – são *igualmente* Escrituras e se encontram no *mesmo* nível. Se suas declarações tivessem valores *diferentes*, por que colocá-las *todas* juntas?" (*The New Testament View of the Old*, p. 33).

e. *Mais indiretamente, a unidade da Escritura é provada pelo significativo fato de que os autores do Novo Testamento, ao citarem o Antigo Testamento, ocasionalmente alteram, de alguma forma, as passagens citadas, ou aplicam-nas num sentido que não está aparente no Antigo Testamento.* Isso dificilmente pode ser justificado, exceto pelo pressuposto de que o Espírito Santo é, em última análise, o autor de toda a Bíblia e, naturalmente, tinha o direito de citar e aplicar suas próprias palavras como bem lhe parecesse.

2. Lado a Lado com Essa Unidade, no Entanto, a Bíblia Revela Também a Maior Diversidade. Há várias distinções que devem ser mantidas em mente na interpretação da Escritura.

a. *A distinção entre o Antigo e o Novo Testamento*. Eles diferem nos seguintes aspectos:

1. *Quanto ao conteúdo*. O Antigo Testamento contém a promessa; o Novo Testamento, o cumprimento. O primeiro aponta para a vinda de Cristo e

nos conduz a ele; o último tem seu ponto de partida nele e contempla seu sacrifício completo como a expiação para o pecado do mundo. O Antigo Testamento é o botão, o Novo, a flor; ou, como Agostinho expressou: "O Novo Testamento está oculto no Antigo, e o Antigo está revelado no Novo".

2. *Quanto à forma*. O Antigo Testamento é profético enquanto o Novo é apostólico. O elemento simbólico, que é muito proeminente no primeiro, é reduzido a um mínimo no último. Além disso, o fator divino é muito mais proeminente no Antigo Testamento do que no Novo. Os autores humanos de muitos livros do Antigo Testamento não são conhecidos e, nos Profetas, eles freqüentemente estão como que submersos no autor divino. Além do mais, o Espírito Santo age sobre eles a partir de fora. No Novo Testamento, por outro lado, o Espírito Santo habita na Igreja e opera sobre os apóstolos interiormente. O fator divino é amplamente perdido de vista.

3. *Quanto à linguagem*. O Antigo Testamento foi escrito na língua hebraica, com exceção de algumas partes de Daniel e alguns versículos em Jeremias e Esdras, enquanto o Novo Testamento foi escrito em grego helenístico.

b. *A distinção entre os vários livros da Bíblia*. O fato de o Espírito Santo ter usado profetas e apóstolos, com suas idiossincrasias pessoais, seus talentos naturais e seus conhecimentos adquiridos, de uma forma orgânica, naturalmente dá origem a uma grande diversidade. Cada autor deu a seu livro um certo cunho definido. Cada um desenvolveu seus próprios pensamentos de uma forma distinta, apresentou-os quando a ocasião exigiu e os expressou num estilo característico. Há uma grande diferença entre, por exemplo, Isaías e Jeremias, entre Paulo e João. Eles não tinham o mesmo vocabulário, nem escreveram no mesmo estilo. Seus escritos não têm o mesmo ambiente histórico e não apresentam a verdade a partir do mesmo ponto de vista. Cada livro da Bíblia tem um caráter individual.

c. *Distinção entre as formas fundamentais da revelação de Deus*:

1. Deus corporificou sua revelação parcialmente na forma de *narrativas históricas*. É extremamente importante termos em mente que os fatos históricos narrados na Bíblia também formam uma parte essencial da revelação divina e devem ser interpretados como tal.

2. E também, Deus fez com que sua vontade fosse conhecida, em parte, por meio de *escritos didáticos ou discursos*. No Antigo Testamento, os encontramos especialmente na lei e na literatura chokmah enquanto que, no Novo Testamento, são encontrados nas parábolas e nos discursos do Salvador e, também, nas epístolas.

3. E ainda, também, ele nos deu um discernimento quanto aos mistérios de seu conselho, por intermédio da *profecia*. Esta interpreta os modos de Deus

no passado, revela a sua vontade para o presente e abre perspectivas brilhantes no futuro para o consolo do povo de Deus.

4. Finalmente, ele também se revelou em *poesia*, na qual ouvimos os acordes como os de uma orquestra vigorosa. O Dr. Stuart Robinson diz de uma maneira bela: "As notas das cordas do coração de Deus conduzem a melodia, e as notas de todas as cordas da alma humana respondem em coro responsivo".

Perguntas para Fixação:

A Bíblia é um livro planejado? Se sim, em que sentido? Por que ela constitui uma unidade orgânica em vez de mecânica? Quais são os elos de ligação entre o Antigo e o Novo Testamento? O que justifica, em nossos dias, o fato de a diversidade da Bíblia ser enfatizada em vez da sua unidade? Por que a interpretação deve, em primeiro lugar, agir com base na hipótese de que a Bíblia é uma unidade? Por que se deve, também, considerar a sua diversidade?

Bibliografia:

J. Monroe Gibson, *The Unity and Symmetry of the Bible*; A. Saphir, *The Divine Unity of Scripture*; Grosheide, *De Eenheid der Nieuw-Testamentische Gods-openbaring*; Turpie, *The New Testament View of the Old*; Bernard, *The Progress of Doctrine*.

C. A Unidade do Sentido da Escritura

É extremamente importante que entendamos no início que a Escritura tem apenas um único sentido e é, por essa razão, suscetível à investigação científica e lógica. Esse princípio fundamental deve ser colocado enfaticamente no primeiro plano, em oposição à tendência, revelada na História e persistente em alguns lugares até hoje, de aceitar um sentido múltiplo – uma tendência que torna impossível qualquer ciência de Hermenêutica e abre amplamente as portas para todo o tipo de interpretação arbitrária. O engano a respeito de sentido múltiplo originou-se grandemente de um equívoco quanto a importantes aspectos da Escritura, tais como sua linguagem figurada, seus elementos misteriosos e incompreensíveis, fatos simbólicos, ritos e ações, profecias com cumprimento duplo ou triplo e seus tipos de realidades futuras.

1. Bases para Esse Princípio. Deve ser mantido que a Escritura, não importa quantos significados as palavras separadas possam ter, tem apenas um sentido correto. Isso se segue, necessariamente, das seguintes considerações:

a. *A veracidade de Deus*. É princípio estabelecido entre os homens que um homem de veracidade indubitável expressa-se habitualmente numa linguagem inequívoca. A consciência humana nunca aprovou a ambigüidade dos jesuítas. E se um homem verdadeiramente confiável não se vale conscientemente do uso da linguagem ambígua, então Deus, que é a verdade absoluta, não pode ter nos dado uma revelação com o propósito de confundir.

b. *O propósito da revelação de Deus*. Deus revela sua vontade e o caminho da salvação aos homens a fim de gloriar-se na redenção dos pecadores. Ele tinha em mente um fim gracioso e glorioso. Em vista disso, é absolutamente inconcebível que ele desse ao homem uma revelação dúbia, uma vez que isso iria frustrar o próprio propósito que ele buscava realizar.

c. *A harmonia necessária entre a revelação do* Logos *na mente do homem e sua revelação na natureza e na Escritura.* É exatamente a adaptação de um ao outro que faz com que todo o conhecimento seja possível. Toda revelação deve ser racional para que possa ser entendida. Seria o máximo da inconsistência pensar que Deus tenha se revelado de uma forma razoável na natureza, mas não na Escritura, que é dita como constituindo sua mais perfeita revelação. Isso significaria que a verdade da Bíblia não poderia ser investigada pelos métodos lógicos e nem compreendida intelectualmente.

d. *O caráter da linguagem humana na qual a Bíblia foi escrita.* A lógica da mente humana é naturalmente refletida na linguagem usada pelo homem. É absolutamente estranho ao caráter dessa linguagem que uma palavra possa ter dois, três ou mais significados no mesmo contexto. Se não fosse assim, toda a comunicação entre os homens seria absolutamente impossível.

2. Proteção Contra Equívocos Quanto a Esse Princípio. Conquanto devamos constantemente manter em mente o grande princípio de que a Escritura tem apenas um sentido correto, devemos nos guardar contra vários equívocos.

a. *É necessário fazer uma distinção entre o sentido real de uma passagem da Escritura e o sentido atribuído a ela pelos vários intérpretes*. As muitas interpretações freqüentemente dadas a uma única passagem não contradizem a unidade do sentido da Escritura.

b. *Devemos manter em mente a distinção entre o sentido correto de uma passagem e os diferentes modos pelos quais ela pode ser aplicada.* Ela pode ser usada de forma prática de acordo com as circunstâncias, seja para advertência ou exortação, encorajamento ou repreensão.

c. *Também é de grande importância fazer uma discriminação entre o sentido literal e o místico,* e entender que ambos, juntos, não constituem um

sentido duplo mas um único. Várias passagens da Escritura têm, além do seu sentido literal, um significado simbólico ou tipológico. As coisas mencionadas são símbolos ou tipos de outras coisas. Nesses casos, o sentido místico é baseado no literal e constitui o sentido correto da Palavra de Deus.

d. *Finalmente, deve ser feita uma distinção cuidadosa entre um cumprimento duplo da profecia e um sentido duplo.* Algumas profecias são cumpridas em vários fatos ou acontecimentos sucessivos. Nesses casos, os primeiros cumprimentos são parciais e típicos dos que ainda virão. E é somente no cumprimento final completo que o sentido dessas profecias é exaurido. Mas esse aspecto não nos dá o direito de falar de um duplo sentido da profecia.

A questão sobre ser admissível falar de um *sentido mais profundo da Escritura (huponoia)* deve ter resposta afirmativa. Mas é necessário evitar os equívocos. Entendido de modo correto, *o sentido mais profundo da Bíblia não constitui um segundo sentido*. É, em todos os casos, baseado no literal, e é o sentido correto da Escritura. O significado real da Escritura não se encontra, sempre, na superfície. Não há verdade na afirmação de que a intenção dos autores secundários, determinada pelo método gramático-histórico, sempre exaure o sentido da Escritura e representa, em toda a sua plenitude, o significado que o Espírito Santo quis dar. Muitos dos tipos do Antigo Testamento apontavam, definitivamente, para as realidades do Novo Testamento; muitas profecias tiveram seu cumprimento final em Jesus Cristo, não importa quão freqüentemente tenham obtido cumprimento parcial; e muitos do Salmos dão expressão à alegria e pesar, não meramente dos poetas, mas do povo de Deus como um todo e, em alguns casos, do Messias sofredor e triunfante. Essas considerações nos levam ao que pode ser chamado de o sentido mais profundo da Escritura.

Perguntas para Fixação:

Como surgiu a teoria do sentido duplo ou tríplice relacionado com a linguagem figurada da Bíblia? E em relação com tipos e símbolos? Em relação com profecia? De que modo os intérpretes, muitas vezes, encorajam a idéia de um sentido duplo? O que é o chamado "sentido mais profundo" contra o qual devemos nos precaver?

Bibliografia:

Elliott, *Hermeneutics*, pp. 35-50; Cunningham, *Theological Lectures*, Lect. 48.

D. O Estilo da Escritura: Características Gerais

O estilo da Escritura será discutido aqui apenas de uma forma geral e a partir de um ponto de vista exegético em vez de literário. Só serão indicadas as

peculiaridades gerais que se relacionam de alguma maneira à interpretação da Bíblia e que são mais ou menos singulares.

1. A Simplicidade do Estilo da Escritura. Estudiosos crentes e incrédulos freqüentemente comentam sobre a simplicidade da Bíblia. As questões mais elevadas são tratadas de uma maneira que é, ao mesmo tempo, profunda e simples, o resultado de um discernimento imediato e perfeito da verdade. A simplicidade evidente de estilo é característica da linguagem hebraica e, em certa medida, também do grego do Novo Testamento. Note o seguinte:

a. Na língua hebraica, quase todas as raízes consistem de três radicais. Há somente dois tempos, o perfeito e o imperfeito; e dois gêneros, o masculino e o feminino. Verbos e substantivos compostos são poucos e quase todas as sentenças são coordenadas.

b. A relação entre as diferentes sentenças é, em muitos casos, indicada pela copulativa simples *vav* (e), onde a relação lógica exigiria uma conjunção mais específica. Portanto, essa partícula, embora ela mesma seja apenas um conectivo geral, pode indicar várias relações especiais. Ela pode ser *explicativa* (portanto), Am 3.11; *adversativa* (e ainda, porém), Jz 16.15; Sl 28.3; *dedutiva* (então, de modo que, portanto), Ez 8.18; *causal* (visto que, porque), Sl 5.12; *final* (a fim de), essencialmente com o coortativo e jussivo. No Novo Testamento, *kai* é muitas vezes usado de modo semelhante.

c. A ocorrência freqüente de *hendíades*, na qual duas palavras unidas por uma conjunção expressam a mesma idéia de uma única palavra com um qualificativo, por exemplo, "– e sejam eles para sinais, para estações, para dias e anos" (Gn 1.14); "– uma cidade e uma mãe em Israel" (2Sm 20.19); "– à esperança e à ressurreição dos mortos sou julgado" (At 23.6).

d. O discurso direto é freqüentemente encontrado onde o indireto seria esperado. Exemplos podem ser encontrados nos seguintes lugares: 2Sm 13.32; Is 3.6; Jr 3.16; Sl 2.3; Mt 1.20, 23; 2.3,5. (Para alguma indicação da simplicidade do grego do Novo Testamento, cf. ponto 5, abaixo).

2. A Vivacidade do Estilo da Escritura. Os orientais são, geralmente, muito vívidos em suas representações: os autores da Bíblia não fugiram a essa regra. Eles, de várias maneiras, dão cor à revelação de Deus mediada por eles.

a. *Eles revelam uma tendência decidida de representar as verdades abstratas de formas concretas.* As qualidades espirituais são, muitas vezes, descritas de acordo com a figura das partes do corpo pelas quais são simbolizadas. Assim, o poder e a ira de Deus são representados de acordo com a imagem do seu braço e nariz, respectivamente; e a expressão da sua benevolência

ou desprazer é associada com o aparecer ou esconder da sua face. Cf. Sl 89.13; 18.8; 4.6; 44.24. Provavelmente o pecado é ocasionalmente representado como personificado no pecador.

b. *Eles vêem a natureza ao redor deles como impregnada de vida e, conseqüentemente, a personificam repetidamente*. Todas as coisas inanimadas são representadas como macho ou fêmea, o gênero particular dependendo das qualidades reveladas. Intelecto e vontade, emoções e desejos, são atribuídos a toda a criação. Exemplos dessas descrições animadas da natureza podem ser encontrados em Sl 19.2,3; 96.12; 98.8; Is 55.12; e Rm 8.19-22.

c. *Os historiadores da Bíblia não narram simplesmente, mas descrevem a história*. Eles deixam os fatos passarem diante dos olhos dos leitores como um panorama. Daí o uso freqüente da palavra "eis!". Isso, provavelmente, também é responsável pelo uso do imperfeito hebraico com um *vav conversivo* na narrativa contínua que começa com um perfeito. O oriental preferia representar as ações, não como completadas no passado, mas no processo de serem completadas e, conseqüentemente, continuando no presente. No Novo Testamento, algo semelhante é encontrado no extensivo uso do presente.

d. *Certas expressões redundantes também somam à vivacidade do estilo da Escritura*, como por exemplo: "ele abriu sua boca e falou"; "ele levantou seus olhos e viu"; "ela levantou sua voz e chorou"; "inclinai seus ouvidos e ouvi".

3. O Uso extensivo da Linguagem Figurada. Isso se explica parcialmente pela incapacidade de descrever as coisas espirituais e celestiais em linguagem literal, e em parte pela preferência oriental por usar representação plástica e pictórica e ainda pelo desejo de variedade e beleza literária. Desde que será necessário discutir a linguagem figurada da Bíblia e sua interpretação separadamente, não a consideraremos agora.

4. O Paralelismo Peculiar de Sentenças que Caracteriza Grande Parte da Poesia Bíblica e Parte da Sua Prosa. O Bispo Lowth foi o primeiro a usar o termo *parallelismus membrorum* para descrever o caráter peculiar que "em duas linhas ou partes da mesma fase, as coisas, na maioria, respondem às coisas, e palavras às palavras". Isso é encontrado particularmente nos Salmos e em outros livros poéticos da Bíblia, mas também em alguns dos seus escritos em prosa. O Bispo Lowth distinguiu três tipos de paralelismo, aos quais Jebb acrescentou mais um. Eles são os seguintes:

a. *Paralelismo sinonímico*, no qual a mesma idéia é repetida com palavras diferentes. Pode haver mera *similaridade* (Sl 24.2; Jó 6.5); ou *identidade* (Pv 6.2; Sl 93.3).

b. *Paralelismo antitético,* no qual a segunda parte de uma linha ou um verso dá o lado reverso do mesmo pensamento. Isso é encontrado especialmente no livro de Provérbios. Pode ser *simples* (Pv 14.34; Sl 30.5); ou *composto* (Is 1.3,19,20).

c. *Paralelismo sintético,* também chamado construtivo e epitético. Nele, a segunda parte acrescenta algo novo à primeira, ou a explica. Isso pode ser *correspondente*, quando a primeira linha corresponde à terceira, e a segunda à quarta (Sl 27.1; 35.26,27); ou *cumulativo*, com a acumulação de idéias sucessivas, algumas vezes conduzindo a um clímax (Sl 1.1,2; Is 55.6,7; Hb 3.17).

d. *Paralelismo introvertido ou quiástico,* definido como paralelismo na ordem reversa, no qual os hemistíquios da partes são arranjados quiasticamente (Pv 23.15, 16; 10.4, 5; 13.24).

5. Aspectos Característicos da Linguagem do Novo Testamento. Finalmente, a linguagem do Novo Testamento tem certos aspectos característicos. Ela não é o grego puro do período clássico, mas o grego helenístico, freqüentemente chamado de *koiné*, ou linguagem comum. Por muito tempo se manteve a posição de que a linguagem do Novo Testamento tenha sido fortemente influenciada pelo grego da Septuaginta e, por meio dela, pelo hebraico ou aramaico. A exatidão dessa posição foi questionada por estudiosos como Deissmann, Moulton e Milligan, Robertson e Goodspeed. Por causa da influência deles, a opinião de que o grego do Novo Testamento raramente contém hebraísmos verdadeiros prevaleceu por um tempo. Hoje, no entanto, o pêndulo está um tanto balançando na outra direção novamente. Devido às pesquisas de C. C. Torrey e de sua escola, a visão anterior, que reconhecia uma influência forte do aramaico no *koiné* do Novo Testamento, está mais uma vez ganhando adeptos. A questão ainda não foi definitivamente estabelecida e, assim, dificilmente pode-se falar com segurança quanto à importância relativa dos vários fatores que modelaram a linguagem do Novo Testamento.

Perguntas para Fixação:

Como o estilo dos livros históricos difere do dos proféticos e poéticos? Quais são as diferenças características entre os estilos de Marcos e Lucas? Por que o estilo de João é chamado hebraístico? Quais são os contrastes característicos contidos nos escritos de João? E nas epístolas de Paulo?

Bibliografia:

Girdlestone, *Foundations of the Bible*, pp. 89-98; Hastings, *Dictionary of the Bible* e *International Standard Bible Encyclopaedia*, Artigos, "Language of

the Old Testament"; e "Language of the New Testament"; Simcox, *The Writers of the New Testament*; Davidson, *Old Testament Prophecy*, pp. 159-192; Girdlestone, *The Grammar of Prophecy*; Immer, *Hermeneutics*, pp. 125-144; Deissmann, *Light from the Ancient East*; *Ibid.*, *Biblical Studies*.

E. O Ponto de Vista Exegético do Intérprete – a Relação do Intérprete com seu Objeto de Estudo

Ao contrário da Igreja de Roma, *as Igrejas da Reforma aceitavam o princípio importante de que cada pessoa tem o direito de investigar e interpretar, por si mesma, a Palavra de Deus*. Também sustentavam, é verdade, que a Igreja, em virtude da sua *potestas doctrinae*, tinha recebido a importante tarefa de preservar, interpretar e defender a Palavra de Deus, e sido qualificada, pelo Espírito Santo, para essa missão suprema. Mas elas repudiavam a idéia de que qualquer interpretação eclesiástica é *per se* infalível e devendo ser acatada pela consciência. As interpretações da Igreja têm autoridade divina apenas na medida em que estão em harmonia com os ensinos da Bíblia como um todo. Cada pessoa deve julgar isso por si mesma. Os protestantes negam que Deus tenha constituído a Igreja como a intérprete especial da Palavra divina e mantêm a prerrogativa de cada cristão estudar e interpretar a Escritura. Eles baseiam sua posição: (1) em passagens como as de Dt 13.1-3; Jo 5.39; e Gl 1.8,9; (2) a partir do fato de que Deus considerava cada homem responsável por sua fé e conduta; e (3) no fato adicional de que as Escrituras não se dirigem exclusivamente, nem primariamente, aos oficiais da Igreja, mas ao povo que constitui a Igreja de Deus.

Esse princípio também implica que a atitude do intérprete com relação ao objeto do seu estudo deve ser a da perfeita liberdade. A Igreja de Roma restringiu sucessivamente essa liberdade (1) por meio de uma tradução eclesiástica; (2) pela tradição, especialmente na forma de *consensus omnium patrum*; (3) pelas decisões dos Concilios; e (4) por meio da *dicta* infalível do papa. Os protestantes, em princípio, nunca aceitaram essa teoria, embora, na prática, tenham ocasionalmente revelado uma tendência a deixar os Padrões Confessionais e Dogmáticos serem os senhores absolutos na interpretação da Bíblia. Subentende-se que cada intérprete deve levar em conta as obras exegéticas de eras passadas que cristalizaram-se nos credos, e que não deveria descartar facilmente o que se tornou *communis opinio*. Mas, também, ele nunca deve permitir que o fruto de uma exegese se torne sua norma. Ele não pode, consistente e legitimamente, permitir que a Igreja domine em assuntos de interpretação.

Mas, embora seja verdade que o *intérprete* deve ser perfeitamente livre em seu trabalho, *ele não deve confundir liberdade com licenciosidade*. Ele é, de fato, livre de toda a autoridade e restrições externas, mas não é livre das leis inerentes ao objeto da sua interpretação. Em todas as suas exposições, deve se prender ao que está escrito, *e não tem o direito de atribuir seus pensamentos aos autores*. Esse princípio é geralmente reconhecido nos dias de hoje. No entanto, é bem diferente quando a posição mantida é a de que *a liberdade do intérprete é também limitada pelo fato de que a Bíblia é a inspirada e, conseqüentemente, autoconsistente Palavra de Deus*. E no entanto, esse princípio deve ser honrado por todos os intérpretes reformados.

Perguntas para Fixação:

Quem foi o primeiro a defender o direito ao julgamento particular? De que modo os Reformadores propuseram estabelecer as diferenças de interpretação? O intérprete, que subscreve um certo credo, tem o direito de desviar-se dele em suas exposições? A que ele deve recorrer em caso de conflito entre sua interpretação da Bíblia e o credo?

Bibliografia:

Bavinck, *Dogmatiek* I, p. 510 ss.; IV., pp. 456-460; Kuyper, *Encyclopaedie III*, p.114 ss.; Cunningham, *Theological Lectures*, Lect. 47, 48; Muenscher, *Manual of Biblical Interpretation*, cap. 4.

V. Interpretação Gramatical

A. O Significado das Palavras Isoladas

A Bíblia foi escrita em linguagem humana e, conseqüentemente, deve ser interpretada gramaticalmente em primeiro lugar. No estudo do texto, o intérprete pode proceder de duas maneiras. Ele pode começar com a sentença, com a expressão do pensamento do escritor como uma unidade e, então, descer aos particulares, à interpretação das palavras isoladas e dos conceitos; ou ele pode começar do último e, então, gradualmente subir para uma consideração da sentença, do pensamento como um todo. De um ponto de vista puramente lógico e psicológico, o primeiro método merece preferência. Cf. Woltjer, *Het Woord, zijn Oorsprong en Uitlegging*, p. 59. Mas, por razões práticas, é geralmente aconselhável começar a interpretação de literatura estrangeira com um estudo das palavras isoladas. Portanto, devemos seguir essa ordem na nossa discussão. Três pontos pedem consideração aqui.

1. A Etimologia das Palavras. O significado etimológico das palavras merece atenção, em primeiro lugar, não por ser o mais importante para um exegeta, mas porque, logicamente, precede todos os outros significados. Como regra, não é aconselhável que o intérprete gaste muito tempo nas investigações etimológicas. Esse trabalho é extremamente difícil e pode, ordinariamente, ser deixado para os especialistas. Além do mais, o significado etimológico de uma palavra nem sempre joga luz sóbre seu significado atual. Ao mesmo tempo, é aconselhável que o expositor da Escritura observe a etimologia *estabelecida*

de uma palavra, uma vez que isso pode ajudar a determinar seu significado real e pode iluminá-lo de uma maneira surpreendente. Tomemos as palavras hebraicas *kopher, kippurim* e *kapporeth*, traduzidas respectivamente por "resgate", "redenções" ou "expiações" e "propiciatório". Todas elas são derivadas da raiz *kaphar*, que significa "cobrir" e contém a idéia de uma redenção ou expiação realizada por uma certa cobertura. O pecado ou o pecador é coberto pelo sangue expiatório de Cristo, que foi tipificado pelo sangue dos sacrifícios do Antigo Testamento. Ou, tome a palavra *ekklesia* do Novo Testamento, derivada de *ek* e *kalein*. Ela é uma designação da Igreja, tanto na Septuaginta quanto no Novo Testamento, e aponta para o fato de que ela consiste de um povo "chamado", isto é, separado do mundo em devoção especial a Deus.

Exercício:
Encontre o significado original das seguintes palavras:
a. Hebraico: *hata', avah, tsaddiq, qahal, 'edhah*;
b. Grego: *kleronomia, makrothumia, eutrapelia, spermologos*.

2. O Uso Atual das Palavras. O significado atual de uma palavra tem muito mais importância para o intérprete do que seu significado etimológico. Para interpretar corretamente a Bíblia, ele deve ter conhecimento dos significados que as palavras adquiriram no curso do tempo e do sentido em que os autores bíblicos as usaram. Esse é um ponto importante a ser estabelecido. Pode-se pensar que isso pode ser facilmente feito por meio da consulta a alguns bons léxicos, que geralmente dão os significados originais e derivados das palavras e indicam em que sentido elas devem ser usadas em passagens particulares. Na maioria dos casos, isso se aplica perfeitamente. Ao mesmo tempo, é necessário manter em mente que os léxicos não são absolutamente infalíveis e menos ainda quando descem aos particulares. Eles simplesmente incorporam os resultados das obras exegéticas dos vários intérpretes que confiaram no julgamento discriminatório do lexicógrafo e, freqüentemente, revelam uma diferença de opinião. É bem possível e, em alguns casos, perfeitamente evidente, que a escolha de um significado foi determinada por preferência dogmática. Tregelles adverte contra esse perigo na obra introdutória da segunda edição do seu Gesenius. Diz ele: "Daí surge a importância peculiar, mencionada acima, de se prestar a atenção adequada à filologia hebraica. Um conhecimento real dessa língua, ou mesmo a habilidade de escritores competentes em usar adequadamente as palavras, freqüentemente mostrará que a afirmação dogmática de que algo muito peculiar *deva* ser o significado de uma palavra ou sentença

hebraica é somente uma *petitio principii* delineada em nome de certas deduções a que se pretende chegar. Qualquer estudioso competente pode ver que esse significado estranho é não só desnecessário como também, muitas vezes, inadmissível, a não ser que seja permitido nos valermos das mais arbitrárias conjecturas... O modo pelo qual alguns têm introduzido dificuldades no departamento da filologia hebraica tem sido pela atribuição de significados novos e estranhos às palavras hebraicas, afirmando que esses significados *devem* estar certos em passagens particulares (embora em mais nenhum outro lugar), e limitando o sentido de uma raiz ou de um termo para, assim, concluir que se pode encontrar alguma incorreção de declaração por parte dos escritores sagrados".

Se o intérprete tem alguma razão para duvidar do significado de uma palavra, como apresentado no Léxico, ele terá de investigar por si mesmo. Esses esforços são, indubitavelmente, muito frutíferos mas, também, extremamente difíceis. (a) A maioria das palavras tem muitos significados, alguns literais e outros figurados; (b) O estudo comparativo de palavras análogas em outras línguas requer uma discriminação cuidadosa e nem sempre ajuda a fixar o significado exato de uma palavra, uma vez que palavras correspondentes em línguas diferentes nem sempre têm, exatamente, os mesmos significados originais e derivativos; (c) No estudo das palavras do Novo Testamento, é imperativo que a avaliação do *koiné* escrito e também do falado, seja considerada; (d) Não é sempre seguro concluir o significado de uma palavra do Novo Testamento a partir do seu significado no grego clássico, uma vez que o Cristianismo acrescentou um novo conteúdo a muitas palavras. Além do mais, é arriscado assumir que uma palavra sempre tem o mesmo significado na Palavra de Deus. O Deus revelador falou "muitas vezes e de muitas maneiras"; sua revelação foi progressiva e pode ter enriquecido o significado das palavras no curso do seu desenvolvimento.

Mas, por mais difícil que essa tarefa seja, isso não pode deter o intérprete. Se necessário, ele deve fazer, por si mesmo, um estudo completo de uma palavra. E o único modo pelo qual ele pode fazer isso é pelo método indutivo. Será sua incumbência (a) apurar, com a ajuda das concordâncias grega e hebraica, onde a palavra é encontrada; (b) determinar o significado da palavra em cada um dos contextos em que ocorre; e (c) fazer isso por meio das ajudas internas em vez das externas. No decorrer desse estudo, os vários significados de uma palavra irão, gradualmente, se tornar aparentes. No entanto, o intérprete deve tomar cuidado com as conclusões precipitadas, e nunca basear sua indução somente numa parte dos dados disponíveis. Esse estudo indutivo pode capacitá-lo a (a) determinar se um certo significado, confiantemente atribuído pelo léxico a uma palavra, é, de fato, correto; ou (b) obter certeza a respeito do signifi-

cado representado como duvidoso no léxico; ou (c) descobrir um significado que nunca antes havia sido atribuído a uma determinada palavra.

Os chamados *hapax legomena* constituem uma dificuldade especial. Esses podem ser de dois tipos, a saber, (1) *absoluto*, quando uma palavra é encontrada apenas uma vez em toda a extensão da literatura conhecida; e (b) *relativo*, quando há apenas um único exemplo do seu uso na Bíblia. O primeiro é, particularmente, desorientador para o intérprete. A origem de tais palavras está freqüentemente perdida na obscuridade e seu significado só pode ser determinado de forma aproximada, por meio do contexto em que ocorre e pela analogia de palavras relacionadas na mesma língua ou em outras. Reflita em *epiousios* de Mt 6.11; Lc 11.3; e *pistikos* em Mc 14.3; Jo 12.3.

3. O Uso de Palavras Sinônimas. Todas as línguas contêm antônimos e sinônimos. As palavras sinônimas são aquelas que têm o mesmo significado ou concordam em um ou mais de seus significados, embora possam diferir em outros. Elas, freqüentemente, concordam em seus significados fundamentais, mas expressam diferentes nuanças. O uso de sinônimos contribui para a beleza da linguagem na medida em que possibilita a um autor variar suas expressões. Além disso, enriquece uma linguagem, tornando-a capaz de expressar mais detalhadamente as diferentes nuanças e aspectos de cada idéia particular.

As línguas em que a Bíblia foi escrita são também ricas em expressões sinônimas e antônimas. É de se lamentar que essas não tenham sido retidas, a uma grande extensão, nas traduções. Em alguns casos, isso foi completamente impossível, mas, em outros, poderia ter sido feito. Mas, embora algumas das mais refinadas distinções tenham sido perdidas na tradução, o intérprete nunca pode perdê-las de vista. Ele deve atentar para todas as idéias relacionadas da Bíblia e perceber rapidamente o que elas têm em comum e em que diferem. Essa é a condição *sine qua non* de um conhecimento distintivo da revelação bíblica.

Aqui, novamente, o auxílio externo pode ser utilizado, como o *Old Testament Synonyms* de Girdlestone, *Hebrew Synonyms* de Kennedy, *New Testament Synonyms* de Trench e *Biblisch-Theologisches Wörterbuch* de Cremer. Mas essas obras não são completas e existe a possibilidade de essas distinções não serem aceitáveis ao intérprete. Nesse caso, ele terá de fazer um estudo indutivo por si mesmo, o que é extremamente difícil. No prefácio da oitava edição do seu livro, Trench dá sugestões valiosas quanto à conduta adequada para essa investigação.

A importância de se observar cuidadosamente o significado exato das palavras sinônimas pode ser ilustrado por alguns poucos exemplos. Em Is 53.2, três palavras são usadas para expressar a ausência da glória externa na vida

do Servo do Senhor. Lemos: "Não tinha *aparência* nem *formosura*; olhamo-lo, mas nenhuma *beleza* havia que nos agradasse". A primeira (*hadar*) designa um ornamento e, quando aplicada a Deus, descreve majestade. Ela refere-se ao modo como o Senhor apareceu entre os homens e não à sua forma física. Ele se manifestou em um estado de humilhação. A segunda palavra (*tho 'ar*) significa "forma", com a idéia adicional de beleza e, conseqüentemente, refere-se à forma da beleza corporal. Compare com 1Sm 16.18. E a terceira (*mar 'eh*, de *ra 'ah*, "ver") refere-se, algumas vezes, a uma aparência externa que é a expressão da, e conseqüentemente em harmonia com a natureza essencial íntima do ser. Parece que o profeta quis dizer que a aparência externa do Senhor não era exatamente a que os judeus esperavam de um Messias.

O Novo Testamento fornece um belo exemplo em Jo 21.15-17. Quando o Senhor ressurreto indagou pelo amor do Pedro caído, usou duas palavras, a saber, *agapao* e *phileo*. A distinção entre as duas é feita por Trench nas seguintes palavras: "A primeira expressa um afeto mais racional de escolha e seleção, a partir do fato de se ver no objeto desse afeto algo que é digno de consideração; ou ainda, a partir de um senso de que isso é devido à pessoa então considerada, como um benfeitor ou semelhante; enquanto a segunda, sem ser necessariamente um afeto irracional, dá menos explicação de si mesmo a si mesmo; é mais instintivo, mais de sentimentos ou afeições naturais, implica mais paixão". A primeira, baseada em admiração e respeito, é um amor controlado pela vontade e tem um caráter duradouro; enquanto a última, baseada na afeição, é um amor mais impulsivo e propenso a perder seu fervor. Assim, quando o Senhor fez a pergunta a Pedro pela primeira vez, "tu me amas?", ele usou a primeira palavra, *agapao*. Mas Pedro não ousou responder afirmativamente à pergunta sobre se ele amava ao Senhor com um amor permanente que alcança seus maiores triunfos nos momentos de tentação. Assim, em resposta, ele usou a segunda palavra, *phileo*. O Senhor repetiu a pergunta e Pedro novamente respondeu da mesma maneira. Então o Salvador desceu até o nível de Pedro e, em sua terceira pergunta, usou a segunda palavra, como se ele duvidasse até mesmo do *philein* de Pedro. Não é de admirar que Pedro se entristecesse e fizesse um apelo à onisciência do Senhor.

Esses exemplos bastam para provar a grande importância do estudo dos sinônimos. Um interessante campo de estudo se abre aqui para o intérprete. Mas, justamente por ser um estudo tão fascinante, ele pode se tornar perigoso. As palavras sinônimas têm sempre um significado geral como também um significado distinto especial; e o expositor não deve agir segundo o princípio de que sempre que essas palavras são usadas, o significado distintivo deve ser enfatizado porque, assim, ele estará sujeito a se encontrar enredado em todos

os tipos de interpretações fantasiosas. O contexto em que a palavra é usada, as qualidades atribuídas a ela e os adjuntos somados devem determinar qual o sentido em que deve ser entendida, se o geral ou o especial. *Se duas ou mais palavras ou expressões sinônimas são encontradas numa mesma passagem, geralmente é seguro admitir que seu significado especial requer atenção.*

Exercício:

Estude os seguintes sinônimos:

a. Antigo Testamento: *'edhah* e *qahal*, Lv 4.13; *chatta'th*, *'avon* e *pesha'*, Sl 32.5; *del* e *'ebhyon*, Pv 14.31; *gebher* e *'adham*, Jr 17.5.

b. Novo Testamento: *de-esis*, *proseuche* e *eucharistia*, 1Tm 2.1; *charis* e *eleos*, 2Tm 1.2; *sophia* e *phronesis*, Ef 1.8; *morphe* e *schema*, Fp 2.7; *mochthos* e *kopos*, 1Ts 2.9.

Bibliografia:

Fairbairn, *Hermeneutical Manual*, pp. 79-106; Terry, *Biblical Hermeneutics*, pp. 73-100; Dalman, *The Words of Jesus*; Deissmann, *Biblical Studies*; Girdlestone, *Old Testament Synonyms*; Kennedy, *Hebrew Synonyms*; Trench, *New Testament Synonyms*; Cremer, *Biblisch-Theologisches Wörterbuch*; as várias Concordâncias e Léxicos.

B. O Significado das Palavras no Seu Contexto – *Usus Loquendi*

No estudo das palavras isoladas, a questão mais importante não é quanto ao significado etimológico, nem mesmo quanto aos vários significados que elas adquiriram gradualmente. A questão essencial é quanto ao seu sentido particular no contexto em que ocorre. O intérprete deve determinar se a palavra é usada no seu significado geral ou num dos seus significados especiais, se é usada no sentido literal ou figurado. A discussão sobre o uso figurado das palavras será deixada para um parágrafo posterior. No estudo das palavras no seu contexto, o intérprete deve proceder segundo os seguintes princípios:

1. "A Linguagem da Escritura Deve Ser Interpretada de Acordo com Seu Significado Gramatical; e o Sentido de Qualquer Expressão, Proposição ou Declaração Deve Ser Determinado Pelas Palavras Usadas" (Muenscher, *Manual of Biblical Interpretation*, p. 107). Em última análise, nossa teologia encontra seu fundamento sólido apenas no sentido gramatical da Escritura. O conhecimento teológico será falho na pro-

porção do seu desvio do significado claro da Bíblia. Embora esse princípio seja perfeitamente óbvio, é repetidamente violado por aqueles que colocam suas idéias preconcebidas para sustentar a interpretação da Bíblia. Pela exegese forçada, eles tentam ajustar o sentido da Escritura às suas opiniões ou teorias preferidas. Os racionalistas agem a despeito disso quando reduzem a história da queda a um mito; e os milenaristas, quando encontram em 1Ts 4.16 a prova para uma ressurreição dupla. O intérprete deve se proteger cuidadosamente contra esse erro e conscientemente manter-se fiel ao significado claro das palavras.

2. Uma Palavra Pode Ter Apenas um Significado Fixo no Contexto em que Ocorre. Isso pode parecer evidente o suficiente para não exigir menção especial. Mas a experiência nos ensina que não é supérfluo chamar a atenção para o fato. O desejo de parecer original e profundo e de surpreender as pessoas comuns por meio de exposições fantásticas, as quais elas nunca haviam ouvido, parece, algumas vezes, tentar os intérpretes a se desviarem desse princípio simples de interpretação. Freqüentemente acontece de todos os significados que uma palavra tem em sentido abstrato serem atribuídos a ela em qualquer contexto em que possa ocorrer. Esse procedimento deve ser condenado por ser puramente arbitrário. Seu perigo e tolice podem ser ilustrados por alguns poucos exemplos.

A palavra grega *sarks* pode designar (a) a parte sólida de um corpo, exceto os ossos (1Co 15.39; Lc 24.39); (b) toda a substância do corpo, quando é sinônimo de *soma* (At 2.26; Ef 2.15; 5.29); (c) a natureza animal (sensual) do homem (Jo 1.13; 1Co 10.18); e (d) a natureza humana enquanto dominada pelo pecado, lugar e veículo dos desejos pecaminosos (Rm 7.25; 8.4-9; Gl 5.16,17). Se um intérprete atribuísse todos esses significados à palavra como encontrada em Jo 6.53, ele iria, assim, atribuir pecado, num sentido ético, a Cristo, a quem a Bíblia apresenta como aquele sem pecado.

A palavra hebraica *nakar* significa (a) não saber, ser ignorante; (b) contemplar, olhar para algo como sendo estranho ou como pouco conhecido; e (c) saber, estar familiarizado com. O primeiro e o terceiro significados são opostos. Portanto, é perfeitamente óbvio que se um expositor tivesse de combinar esses vários significados na interpretação de uma única passagem como Gn 42.8, o contraste que esse versículo contém se perderia e o resultado seria puro absurdo.

Esse método de interpretação foi favorecido por Coccejus, que advogou o princípio de que todos os significados possíveis de uma palavra nas Escrituras devem ser unidos; mas o intérprete deve tomar cuidado com esse método de procedimento arbitrário.

3. Casos em que Vários Significados de uma Palavra São Unidos de Tal Forma que Resultam numa Unidade Maior que não se Choca com o Princípio Precedente.

a. *Algumas vezes uma palavra é usada no seu sentido mais geral a fim de incluir seus significados especiais, embora estes não sejam enfatizados.* Quando Jesus disse aos discípulos em Jo 20.21: "Paz seja convosco", ele queria dizer paz no sentido mais amplo – paz com Deus, paz de consciência, paz entre eles mesmos, etc. E quando Isaías diz em 53.4; "Certamente, ele tomou sobre si as nossas enfermidades", ele certamente se refere às doenças espirituais, das quais o Servo do Senhor libertaria seu povo. Mas Mt 8.17 nos diz que essa palavra foi cumprida no ministério de cura do Salvador. A palavra de Isaías é, conseqüentemente, tida como não somente significando que o Servo do Senhor libertou seu povo das doenças espirituais, isto é, do pecado, mas também das enfermidades físicas resultantes.

b. *Há, também, casos em que um significado especial de uma palavra inclui outro, o que não se choca com o propósito e o contexto da passagem em que se encontra.* Sob tais circunstâncias, é perfeitamente legítimo unir os dois. Quando João Batista diz "Eis o cordeiro de Deus que *tira* o pecado do mundo", ele usa a palavra (*airo*) que significa (1) assumir e (2) levar embora. Nessa passagem, o último significado predomina claramente, mas inclui naturalmente o outro. Jesus não poderia tirar o pecado sem tomá-lo sobre si.

c. *Às vezes, um autor usa uma palavra num sentido sugestivo para indicar muito mais do que ela realmente expressa.* Isso é especialmente feito na sinédoque, quando uma parte representa o todo. Quando o Salvador ensina seus discípulos a orarem: "Dá-nos o pão de cada dia", a palavra "pão" representa as necessidades da vida em geral. E, quando a Lei diz: "Não matarás", ela proíbe, de acordo com a interpretação de Jesus, não meramente o assassinato, mas também a raiva, o ódio e a implacabilidade.

O intérprete, no entanto, deve ser cuidadoso em não combinar arbitrariamente os vários significados de uma palavra. Ele pode encontrar casos em que aparentemente dois ou mais significados de uma palavra se encaixem igualmente bem e ser tentado a tomar o caminho fácil de combiná-las. Mas isso não é boa exegese. Muenscher é de opnião que, nesses casos, o significado que exibe o sentido mais completo e fértil deve ser escolhido. No entanto, é melhor suspender o julgamento até que estudos adicionais garantam a escolha definitiva.

4. Se uma Palavra É Usada no Mesmo Sentido Mais do que uma Vez, a Suposição Natural É de que Ela Tem o Mesmo Significado em Toda Parte. Um autor não usaria ordinariamente a mesma palavra em dois

ou três diferentes sentidos numa única passagem. Isso iria, sob circunstâncias ordinárias, levar à confusão. Porém, há algumas exceções à regra. Em algumas poucas passagens, uma palavra é repetida com uma mudança de significado. Mas esses casos são de tal natureza que o perigo de mal-entendido é eliminado. O caráter da expressão do contexto faz com que seja suficientemente claro o fato de que a palavra não tem o mesmo sentido em ambos os casos. Os seguintes exemplos serão suficientes para ilustrar isso: Mt 8.22, "deixa aos mortos o sepultar os seus próprios mortos."; Rm 9.6, "porque nem todos os de Israel são, de fato, israelitas"; 2Co 5.21, "Aquele que não conheceu pecado, ele o fez pecado por nós; para que, nele, fôssemos feitos justiça de Deus".

C. Auxílios Internos para a Explicação de Palavras

É natural que surja a questão quanto ao melhor modo pelo qual um intérprete pode descobrir o significado de uma palavra em dado contexto. Pode-se dizer que o modo mais efetivo seja o de consultar um Léxico padrão ou alguns bons comentários. E, em muitos casos, isso pode ser completamente suficiente, mas, em outros, pode ser necessário que o expositor julgue por si mesmo. Sempre que for esse o caso, ele terá de recorrer ao uso de auxílios internos. Os seguintes são os mais importantes:

1. As Definições ou Explicações que os Próprios Autores Dão às Suas Palavras Constituem um dos Mais Eficientes Auxílios. Ninguém melhor do que o autor sabe que sentido particular ele vinculou a uma palavra. Os seguintes exemplos podem servir para ilustrar isso: Gn 24.2, "Disse Abraão *ao seu mais antigo servo da casa*", ao que é acrescentando como definição, "que governava tudo o que possuía". 2Tm 3.17, "a fim de que o homem de Deus *seja perfeito*", indicando que o homem de Deus devia ser "perfeitamente habilitado para toda boa obra". Hb 5.14, "Mas o alimento sólido é para os adultos" (ou perfeitos), o que é explicado pelas seguintes palavras, "para aqueles que, pela prática, têm as suas faculdades exercitadas para discernir não somente o bem, mas também o mal".

2. O Sujeito e o Predicado de uma Proposição se Explicam Mutuamente. Em Mt 5.13, onde lemos: "se o sal vier a ser insípido", o significado do verbo *moranthei*, que também pode significar *se tornar louco* (cf. Rm 1.22), é determinado pelo sujeito, *sal*. Em Rm 8.19-23, o significado do sujeito, *criação*, é limitado pelos vários predicados. Os anjos bons são excluídos pelo versículo 20; os maus, pelos versículos 19-21. Os mesmos versículos tornam impossível a inclusão dos homens maus, enquanto o versículo 23 também

exclui os filhos de Deus. A idéia é, portanto, limitada à criação irracional e inanimada.

3. O Paralelismo Pode Ajudar na Determinação do Significado de uma Palavra. Isso se aplica especialmente aos sinônimos e ao paralelismo antitético. No Sl 7.13 lemos: "para ele preparou já *instrumentos de morte*", o que é explicado pela parte seguinte: "preparou suas setas inflamadas". Em Is 46.11, o Senhor diz de si mesmo que ele "chama a ave de rapina desde o Oriente", e a explicação disso se encontra no paralelismo: "e de uma terra longínqua, o homem do meu conselho". Também, em 2Tm 2.13, Paulo afirma a respeito de Deus que "Ele *permanece fiel*, pois de maneira nenhuma pode *negar-se a si mesmo*". A primeira expressão explica a segunda, o que em Lc 9.23 significa sacrificar os prazeres e interesses pessoais. Em Pv 8.35 lemos: "Porque o que *me acha* acha a vida"; e na parte antitética do paralelismo no versículo seguinte: "Mas *o que peca contra mim* violenta a própria alma". A primeira explica a segunda e mostra claramente que o verbo *chata'* é usado, aqui, no seu sentido original, isto é, errar o alvo. Conseqüentemente, poderíamos ler: "Mas aquele que me erra..."

4. As Passagens Paralelas Também Constituem um Auxílio Importante. Estas são divididas em duas classes, a saber, *verbal* e *real*. "Quando a mesma palavra ocorre em contextos semelhantes, ou em referência ao mesmo assunto geral, o paralelo é chamado verbal... Paralelos reais são aquelas passagens similares nas quais a semelhança ou identidade consiste não de palavras ou frases, mas de fatos, assuntos, sentimentos ou doutrinas" (Terry, *Biblical Hermeneutics*, p. 221). Os paralelos verbais estabelecem pontos de uso lingüístico, enquanto os paralelos reais servem para explicar pontos de interesse dogmático, ético e histórico. Por ora, estamos interessados apenas nos paralelos verbais, que podem servir para explicar uma palavra obscura ou desconhecida. É possível que nem a etimologia de uma palavra, nem o contexto na qual ela é encontrada, sejam suficientes para determinar seu significado exato. Nesses casos, o estudo das passagens paralelas, nas quais a mesma palavra é encontrada em contexto semelhante ou em referência ao mesmo assunto geral, é extremamente significativo. Cada passagem consultada deve, naturalmente, ser estudada no seu contexto.

Ao valer-se do auxílio de passagens paralelas, o intérprete deve estar certo de que elas são realmente paralelas. Nas palavras de Davidson: "Não é suficiente que o mesmo termo ou frase sejam encontrados em ambos; deve haver similaridade de sentimento". Por exemplo, Jn 4.10 e 1Ts 5.5 não são para-

lelas, embora a expressão "filho(s) da noite" seja encontrada em ambas. Também não são paralelas Pv 22.2 e 29.13, embora sejam, muitas vezes, consideradas como tais. (Cf. Terry, *Biblical Hermeneutics*, p. 221). Além disso, é necessário que a frase ou expressão que pede explicação seja mais clara em uma passagem do que na outra, uma vez que é impossível explicar uma passagem obscura com outra igualmente obscura. Quanto a isso, é necessário observar que o intérprete deve se guardar contra o erro de tentar ilustrar uma passagem perfeitamente clara com outra menos compreensível. Esse procedimento é freqüentemente seguido por aqueles que estão interessados em escapar da força dos ensinos positivos da Bíblia. Além disso, enquanto as passagens paralelas podem ser citadas de qualquer parte da Escritura, é desejável observar uma certa ordem. O intérprete deve procurar paralelos, primeiramente, nos escritos do mesmo autor, desde que, como Davidson nota: "as mesmas peculiaridades de concepção e modos de expressão são sujeitas a reaparecerem em obras diferentes que procedem de uma mesma pessoa". A seguir, as obras de contemporâneos devem ser consultadas antes das de outros. Novamente, o senso comum dita que os escritos da mesma classe têm prioridade sobre os que pertencem a classes diferentes.

Ao ilustrar o uso de passagens paralelas, faremos a distinção entre as que são assim chamadas de forma própria e imprópria.

a. *Paralelos de palavras apropriadamente assim chamadas*. Em Cl 1.16, lemos: "pois, nele (Cristo), foram criadas *todas as coisas*". À vista do fato de que a obra criadora aqui é atribuída a Cristo, alguns arriscam a opinião de que a expressão "todas as coisas" (*panta*) refere-se a toda a *nova criação*, embora o contexto favoreça a idéia de universo. A questão agora levantada é se há qualquer passagem na qual a obra da criação é atribuída a Cristo, e a possibilidade de uma referência à nova criação é excluída. Essa passagem é encontrada em 1Co 8.6, onde a expressão *ta panta* é usada para todas as coisas criadas, e a obra criadora é atribuída igualmente ao Pai e ao Filho. Em Is 9.6, o profeta diz: "Porque um menino nos nasceu... e o seu nome será... Deus Forte (El gibbor)". Gesenius não encontra referência a Deus aqui, e traduz essas palavras como "herói poderoso". Mas, em Is 10.21, a mesma frase é usada num contexto no qual só pode referir-se à Deidade. Jo 9.39 contém a declaração: "Eu vim a este mundo para juízo, a fim de que os que não vêem vejam, e os que vêem se tornem cegos". A palavra *krima* (juízo) denota geralmente um juízo de condenação. Mas a frase final, nesse caso, parece demandar um significado mais amplo do juízo em geral, e surge a questão sobre se a palavra é sempre usada nesse sentido. Rm 11.33 responde a essa dúvida, pois lá, a mesma palavra, indubitavelmente, tem um significado geral.

b. *Paralelos de palavras ou frases impropriamente assim chamadas*. Esses podem ser chamados de paralelos impróprios uma vez que não contêm as mesmas palavras, mas, sim, expressões ou palavras sinônimas. Os casos em que uma expressão é mais completa numa passagem do que em outra também podem ser assim classificados. Em 2Sm 8.18, lemos: "... Os filhos de Davi, porém, eram seus *cohanim*" (geralmente traduzido por *sacerdotes*). Gesenius afirma que a palavra sempre significa sacerdotes, enquanto Fuerst afirma que ela pode significar *principes, praefecti, sensu civili*. A última opinião é confirmada pela passagem paralela em 1Cr 18.17, onde, em uma enumeração similar à de 2Sm 8, lemos: " – Os filhos de Davi, porém, eram os primeiros ao lado do rei [príncipes] (*ri'shonim*)". Mt 8.24 diz: "E eis que sobreveio no mar uma grande *seismos*". Essa palavra significa realmente terremoto, mas aqui o contexto parece apontar para um significado diferente. Isso é confirmado pelas passagens paralelas, Mc 4.37 e Lc 8.23, onde a palavra *lailaps* é usada com o significado de vendaval ou um vento tempestuoso. E também, em Hb 1.3, lemos: "... depois de ter feito (*di' heautou*) a purificação dos pecados". A expressão significativa *di' heautou* é explicada pela passagem paralela em Hb 9.26, que diz: "... para aniquilar, pelo sacrifício de si mesmo, o pecado".

Exercício:

Determine o significado das seguintes palavras no contexto em que ocorrem usando os auxílios internos descritos: "casa" (*oikia*), 2Co 5.1 "fé" (*pistis*), Hb 11.1; "o véu" (*katapetasma*), Hb 10.20; "te envolverá com a sua sombra", Lc 1.35; "um judeu", Rm 2.28,29; "foram feitas" (*egeneto*), Jo 1.3, comp. Cl 1.16; "os rudimentos do mundo" (*stoicheia tou kosmou*), Gl 4.3, comp. versículo 9; "as coisas ocultas das trevas" (*ta krupta tou skopou*), 1Co 4.5; "carne e sangue" (*sarks kai haima*), 1Co 15.50; comp. Mt 16.17 e Gl 1.16.

Bibliografia:

Terry, *Biblical Hermeneutics*, pp. 79-88; 119-128; Immer, *Hermeneutics*, pp. 159-183; Muenscher, *Manual*, pp. 107-128; Davidson, *Sacred Hermeneutics*, pp. 225-252; Elliott, *Biblical Hermeneutics*, pp. 101-116; Fairbairn, *Hermeneutics*, pp. 79-106; Lutz, *Biblical Hermeneutics*, pp. 186-226.

D. O Uso Figurado das Palavras

1. Principais *Tropos* Usados na Escritura. Nesse caso, não estamos preocupados com as figuras de sintaxe ou de pensamento, mas com as figuras de linguagem que são comumente chamadas de *tropos*, nas quais uma palavra

ou expressão é usada num sentido diferente daquele que lhe é próprio. Elas se baseiam em semelhanças ou em certas relações definidas. Os principais *tropos* são a metáfora, a metonímia e a sinédoque.

a. A *metáfora* pode ser chamada de comparação não-expressa. Ela é uma figura de linguagem na qual um objeto é assemelhado a outro afirmando ser o outro, ou falando dele como se fosse o outro. Ela difere da símile pelo fato de não expressar palavra de semelhança. As metáforas ocorrem freqüentemente na Bíblia. No Sl 18.2, seis delas são encontradas num único versículo. Jesus usou essa figura de linguagem quando disse aos fariseus: "Ide dizer a essa *raposa*", Lc 13.32. Há dois tipos de metáforas na Bíblia que se referem ao Ser Divino e merecem atenção especial: (1) antropopatismo e (2) antropomorfismo. No primeiro, as emoções, as paixões e os desejos humanos são atribuídos a Deus. Cf. Gn 6.6; Dt 13.17; Ef 4.30. No último, são atribuídos a ele membros do corpo e atividades físicas. Cf. Êx 15.16; Sl 34.16; Lm 3.56; Zc 14.4; Tg 5.4. Indubitavelmente, há, também, muito de metafórico na descrição do céu como uma cidade com ruas de ouro e portões de pérolas, no qual a árvore da vida produz seus frutos de mês a mês; e na representação do tormento eterno como um verme que não morre, um fogo que não se extingue e uma labareda de tormento subindo para sempre.

b. *As metonímias* também são numerosas na Bíblia. Essa figura, assim como a sinédoque, é baseada numa relação em vez de numa semelhança. No caso da metonímia, essa relação é mais mental do que física. Ela indica relações como causa e efeito, progenitor e posteridade, sujeito e atributo, sinal e objeto significado. Paulo diz em 1Ts 5.19, "Não apagueis o *Espírito*", quando se refere às manifestações especiais do Espírito. E quando, na parábola do rico e Lázaro, Abraão diz, "Eles têm *Moisés* e os *profetas*", Lc 16.29, ele naturalmente queria dizer os escritos deles. Em Is 22.22, "a *chave* da casa de Davi" transmite a idéia de controle sobre a casa real. A circuncisão é chamada de *aliança* em At 7.8, porque era um sinal da aliança.

c. *A sinédoque* assemelha-se de algum modo à metonímia, mas a relação na qual é encontrada é mais física do que mental. Nessa figura, há uma certa identidade entre o que é expresso e o que se quis dizer. Uma parte é expressa pelo todo ou o todo por uma parte; um gênero pela espécie, ou uma espécie por um gênero; uma pessoa pela classe ou uma classe pela pessoa; um plural pelo singular ou um singular por um plural. É dito que Jefté foi sepultado "nas *cidades* de Gileade" (Jz 12.7 – na edição revista e corrigida), quando, naturalmente, se queria dizer uma cidade apenas. Quando o profeta disse em Dn 12.2: "Muitos dos que dormem no pó da terra ressuscitarão", ele certamente não pretendia ensinar uma ressurreição parcial. E quando Lucas nos informa em

At 27.37 que havia no navio "duzentas e setenta e seis *almas*" (na edição revista e corrigida), ele não quis sugerir que havia somente espíritos desencarnados a bordo.

2. Auxílios Internos para se Determinar se o Sentido Pretendido é o Figurado ou o Literal. É da maior importância, para o intérprete, saber se uma palavra foi usada no sentido literal ou figurado. Os judeus, e até mesmo os discípulos, muitas vezes se enganaram seriamente por interpretar literalmente o que Jesus disse de modo figurado. Cf Jo 4.11, 32; 6.52; Mt 16.6-12. Não compreender que o Senhor falou figuradamente quando disse "Isto (é) o meu corpo" tornou-se até mesmo uma fonte de divisão nas igrejas da Reforma. Portanto, é de extrema relevância que o intérprete tenha segurança quanto a isso. As seguintes considerações podem fornecer subsídios para resolver essa questão.

a. Há certos escritos nos quais o uso da linguagem figurada é, *a priori*, impossível. Entre estes estão as leis e todos os tipos de instrumentos legais, escritos históricos e obras estritamente filosóficas e científicas e as Confissões. Estes almejam, primeiramente, a clareza e a precisão, e a beleza fica em segundo plano. Porém, é bom lembrar que a prosa dos orientais é muito mais figurada do que a dos povos ocidentais.

b. Há uma antiga regra hermenêutica, freqüentemente repetida, de que as palavras devem ser entendidas no seu sentido literal a não ser que a interpretação literal envolva uma contradição evidente ou um absurdo. Deve-se observar, no entanto, que na prática isso depende, meramente, do julgamento racional de cada pessoa. O que parece ser absurdo ou improvável para alguém pode ser considerado como perfeitamente simples e lógico para outro.

c. O meio mais importante para se determinar se uma palavra foi usada literal ou figurativamente num certo contexto é encontrado no auxílio interno ao qual já nos referimos. O intérprete deve considerar estritamente o contexto imediato, os adjuntos de uma palavra, o caráter do sujeito e dos predicados atribuídos a ele, o paralelismo – se presente –, e as passagens paralelas.

3. Princípios Úteis na Interpretação da Linguagem Figurada da Bíblia. A questão aqui é sobre a interpretação da linguagem figurada da Bíblia. Embora o intérprete deva usar os auxílios internos comuns que acabamos de mencionar, há certos pontos especiais que ele não deve deixar de observar.

a. *É da maior importância que o intérprete tenha um conceito claro das coisas nas quais as figuras estão baseadas, ou de onde foram extraídas, uma vez que o uso de tropos é baseado em semelhanças ou relações.*

A linguagem figurada da Bíblia é derivada especialmente (1) dos aspectos físicos da Terra Santa, (2) das instituições religiosas de Israel, (3) da história do antigo povo de Deus e (4) da vida cotidiana e dos costumes dos vários povos que ocupam um lugar proeminente na Bíblia. Essas coisas, portanto, devem ser entendidas para que se possa interpretar as figuras derivadas delas. No Sl 92.12, lemos: "O justo florescerá como a palmeira, crescerá como o cedro no Líbano". O expositor não pode esperar interpretar essa passagem a não ser que as características da palmeira e do cedro lhe sejam familiares. Se ele quer explicar o Sl 51.7: "Purifica-me com hissopo, e ficarei limpo", ele deve ter algum conhecimento do método de purificação cerimonial de Israel.

b. *O intérprete deve ter o objetivo de descobrir a idéia principal, o* tertium comparationis, *sem dar muita importância aos detalhes.* Quando os autores bíblicos usavam figuras como as metáforas, geralmente tinham algum ponto específico ou pontos de correspondência em mente. Mesmo se o intérprete puder encontrar mais pontos de correspondência, ele deve se limitar aos pretendidos pelo autor. Em Rm 8.17, Paulo diz, em um arroubo de segurança: "Ora, se somos filhos, somos também herdeiros, herdeiros de Deus e co-herdeiros com Cristo". É perfeitamente evidente que ele se refere às bênçãos que os crentes recebem, com Cristo, de seu Pai comum. A metáfora contida na palavra "herdeiro" seria tremendamente forçada se a interpretássemos como implicando a morte do Pai como o testador. O perigo que seria aplicar uma figura em todos os particulares aparece claramente numa passagem como Ap 16.15, onde lemos: "Eis que venho como vem o ladrão". A relação irá, geralmente, determinar, em cada caso, até onde uma figura deve ser aplicada.

c. *Com respeito à linguagem figurada que se refere a Deus e à ordem eterna das coisas, o intérprete deve ter em mente que ela geralmente oferece apenas uma expressão muito inadequada da perfeita realidade.* Deus é chamado de Luz, Rocha, Fortaleza, Torre alta, Sol e Escudo. Todas essas figuras transmitem alguma idéia do que Deus é para o seu povo; mas nenhuma delas, nem todas juntas oferecem uma representação completa de Deus. Quando a Bíblia descreve o redimido como vestido com o manto da salvação, revestido da couraça da justiça, coroado com a coroa da vida e sustentando as palmas da vitória, as figuras nos dão, na verdade, apenas uma idéia muito imperfeita da sua glória futura.

d. *O discernimento quanto às figuras da Bíblia pode ser testado, a um certo grau, pela tentativa de expressar os pensamentos que elas transmitem numa linguagem literal.* Porém, é necessário ter em mente que grande parte da linguagem figurada da Bíblia desafia esses esforços. Isso se aplica particularmente à linguagem na qual a Bíblia fala de Deus e das coisas eternas.

O estudo diligente e cuidadoso da Bíblia nos ajudará, mais do que qualquer outra coisa, a entendermos a linguagem figurada da Bíblia.

Exercícios:

Que tipo de figuras os escritores usaram nas seguintes passagens e como elas devem ser interpretadas? Gn 49.14; Nm 24.21; Dt 32.40; Jó 34.6, "a minha ferida é incurável"; Sl 26.6; Sl 46.9; Sl 108.9; Ec 12.3, "dia"; Jr 2.13; Jr 8.7; Ez 7.27; Ez 23.29; Zc 7.11; Mt 3.5; Mt 5.13; Mt 12.40; Rm 6.4; 1Co 5.7,8.

Bibliografia:

Terry, *Biblical Hermeneutics*, pp. 157-176; Davidson, *Sacred Hermeneutics*, pp. 284-319; Muenscher, *Manual*, pp. 145-166; Elliott, *Biblical Hermeneutics*, pp. 142-151; Fairbairn, *Hermeneutics Manual*, pp. 157-173.

E. A Interpretação do Pensamento

A partir da interpretação das palavras isoladas, prosseguiremos com a das palavras em sua relação mútua, ou do pensamento. Por ora, no entanto, estamos preocupados apenas com a expressão formal do pensamento e não com o seu conteúdo material. A discussão do último será feita quando considerarmos a interpretação histórica e teológica. A explicação do pensamento é algumas vezes chamada de "interpretação lógica". Ela baseia-se na suposição de que a linguagem da Bíblia é, como qualquer outra linguagem, um produto do espírito humano, desenvolvida sob direção providencial. Sendo assim, é perfeitamente evidente que a Bíblia deve ser interpretada de acordo com os mesmos princípios lógicos que são aplicados na interpretação de outros escritos.

Os pontos que pedem consideração aqui são (1) as expressões idiomáticas e as figuras de pensamento especiais, (2) a ordem das palavras numa sentença, (3) o significado especial de vários casos e preposições, (4) a ligação lógica das diferentes orações e sentenças e (5) o curso do pensamento numa seção inteira.

1. As Expressões Idiomáticas e as Figuras de Pensamento Especiais. Cada língua tem certas expressões características, chamadas idiomatismos. A língua hebraica não é exceção à regra e algumas das suas expressões idiomáticas foram transportadas para o Novo Testamento. Há um uso freqüente de hendíadis. Assim, lemos em 1Sm 2.3: "Não multipliqueis, não falareis". Isso evidentemente significa, não multipliqueis palavras. Na sua defesa diante do Sinédrio, Paulo diz: "... no tocante à esperança e à ressurreição

dos mortos sou julgado" (At 23.6). O sentido é: "por causa da esperança da ressurreição...". Assim, também, um substantivo no genitivo freqüentemente ocupa o lugar de um adjetivo. O argumento de Moisés em objeção à sua comissão foi de que ele não era um "homem de palavras", isto é, um homem eloqüente (Êx 4.10). Em 1Ts 1.3, Paulo fala "da firmeza da vossa esperança", quando queria dizer sua esperança firme, esperança caracterizada pela paciência. Além disso, quando no Antigo Testamento as palavras *lo' kol* são escritas juntas, elas devem ser traduzidas por *nem todos*; mas quando estão separadas por outras palavras, devem ser traduzidas por *nenhum, nada*. Seria um sério equívoco traduzir o Sl 143.2 por "... à tua vista nem todo ser vivente é justo", embora essa fosse uma tradução literal. O significado evidente é, "à tua vista não há justo nenhum vivente". Cf. também Sl 103.2. Casos semelhantes podem ser encontrados no Novo Testamento. Cf. Mt 24.22; Mc 13.20; Lc 1.37; Jo 3.15,16; 6.39; 12.46; Rm 3.20; 1Co 1.29; Gl 2.16; 1Jo 2.21; Ap 18.22.

Há também vários tipos de figuras de pensamento que merecem atenção especial.

a. *Algumas figuras promovem uma representação viva da verdade.*

1. *A símile*. Como é vivido o quadro da completa destruição no Sl 2.9: "... e as despedaçarás como um vaso de oleiro"; e a da completa solidão em Is 1.8: "A filha de Sião é deixada como choça na vinha". Cf. também Sl 102.6; Ct 2.9.

2. *A alegoria*, que é meramente uma metáfora ampliada e deve ser interpretada pelos mesmos princípios gerais. Encontramos exemplos no Sl 80.8-15 e em Jo 10.1-18. Terry faz a seguinte distinção entre a alegoria e a parábola: "A alegoria é um uso figurado e aplicação de algum fato presumível ou história, ao passo que a parábola é, ela mesma, o fato presumível ou a história. A parábola usa palavras no seu sentido literal e sua narrativa nunca ultrapassa os limites do que poderia ter sido fato real. A alegoria continuamente usa as palavras num sentido metafórico e sua narrativa, embora presumível em si mesma, é manifestamente fictícia".

b. *Outras figuras promovem brevidade de expressão*. Elas são o resultado de uma rapidez e energia do pensamento do autor, que denota um desejo de omitir todas as palavras supérfluas.

1. *A elipse*, que consiste na omissão de uma palavra ou palavras necessárias para se completar a construção de uma sentença, mas não requeridas para o entendimento desta. Moisés ora, "Volta-te, Senhor! Até quando?" (tu nos desampararás?) As sentenças curtas, abruptas, revelam a emoção do poeta. Para outros exemplos, cf. 1Co 6.13; 2Co 5.13; Êx 32.32; Gn 3.22.

2. *A braquilogia*, também uma forma de discurso concisa ou abreviada, consiste especialmente na não-repetição ou na omissão de uma palavra, quando

sua repetição ou seu uso seria necessário para completar a construção gramatical. Nessa figura, a omissão não é tão evidente quanto na elipse. Assim Paulo diz em Rm 11.18: "Não te glories contra os ramos; porém se te gloriares, sabe que não és tu que sustentas a raiz, mas a raiz (sustenta) a ti". Note também 1Jo 5.9: "Se admitimos o testemunho dos homens, o testemunho de Deus é maior".

3. *A* Constructio Praegnans, no qual a preposição é ligada ao verbo expresso embora pertença, realmente, ao verbo não-expresso, que é incluído em outra como seu resultado. Por exemplo, no Sl 74.7, lemos: "Deitam fogo no teu santuário; *profanam* a morada do teu nome *até ao chão*". O pensamento deve ser completado de algum modo como *arrasando ou queimando-o até ao* chão [isso foi feito na ARA]. Paulo diz em 2Tm 4.18: "ele (o Senhor) *me salvará* (e me levará [que a ARA já incluiu]) *para o seu reino*".

4. *A zeugma,* que consiste de dois substantivos construídos com um verbo, embora apenas um – geralmente o primeiro – se ajuste ao verbo. Assim, lemos literalmente em 1Co 3.2: "Leite vos dei a beber, não vos dei alimento sólido". E em Lc 1.64 lemos a respeito de Zacarias: "E sua boca foi imediatamente aberta, e sua língua" [na versão ARA aparece: "Imediatamente, a boca se lhe abriu, e, desimpedida a língua"]. Ao fornecer as palavras que faltam, o intérprete deve tomar muito cuidado a fim de não mudar o sentido do que foi escrito.

c. *Outras figuras almejam suavizar uma expressão.* Elas são explicadas pela delicadeza de sentimento ou modéstia do autor.

1. *O eufemismo* consiste em substituir uma palavra que expressa com mais exatidão o que se queria dizer por outra menos ofensiva. "Com estas palavras adormeceu" (At 7.60).

2. *A litote* afirma algo pela negação do oposto. Assim, o salmista canta: "coração compungido e contrito não o desprezarás, ó Deus" (Sl 51.17). E Isaías diz: "Não esmagará a cana quebrada, nem apagará a torcida que fumega" (Is 42.3).

3. *A meiose* é intimamente relacionada à *litote*. Algumas autoridades associam as duas; outros consideram a litote como uma espécie de meiose. Ela é uma figura de linguagem na qual é dito menos do que se queria dizer. Cf. 1Ts 2.15; 2Ts 3.2; Hb 13.17.

d. *Finalmente, há figuras que dão mais ênfase a uma expressão ou a fortalecem.* Elas podem ser o resultado de uma indignação justa ou de uma imaginação viva.

1. *A ironia* contém censura ou escárnio disfarçado de louvor ou elogio. Cf. Jó 12.2; 1Rs 22.15; 1Co 4.6. Há casos na Bíblia em que a ironia se transforma em *sarcasmo*. Cf. 1Sm 26.15; 1Rs 18.27; 1Co 4.8.

2. *A epizêuxis* fortalece uma expressão pela simples repetição de uma palavra (Gn 22.11; 2Sm 16.7; Is 40.1).

3. *A hipérbole* ocorre freqüentemente e consiste de um exagero retórico (Gn 22.17; Dt 1.28; 2Cr 28.4).

2. A Ordem das Palavras numa Sentença. "O arranjo de várias palavras numa sentença", diz Winer, "é, em geral, determinado pela ordem em que os conceitos são formados e pela relação mais estreita que certas partes da sentença têm com outras". No entanto, acontece freqüentemente de os escritores bíblicos, por alguma razão, desviarem-se do arranjo usual. Em alguns casos eles fazem isso em busca de um efeito retórico; em outros, para levar certos conceitos a uma relação mais estreita com os outros. Mas há também casos em que o desejo de enfatizar uma certa palavra conduz à sua transposição. Esses exemplos são particularmente importantes para o intérprete. O contexto irá, geralmente, revelar a razão pela qual a mudança foi efetuada.

Na sentença verbal hebraica, a ordem regular é essa: predicado, sujeito, objeto. Se numa sentença o objeto se encontra em primeiro lugar, ou o sujeito for colocado no começo ou no fim, é altamente provável que eles sejam enfáticos. O primeiro lugar é o mais importante da sentença, mas a palavra enfática pode também ocupar o último lugar. Harper dá as seguintes variações da ordem usual:

a. objeto, predicado, sujeito, que enfatiza o objeto (1Rs 14.11);

b. objeto, sujeito, predicado, que, de igual modo, enfatiza o objeto (Gn 37.16);

c. sujeito, objeto, predicado, que enfatiza o sujeito (Gn 17.9); e

d. predicado, objeto, sujeito, que também enfatiza o sujeito (1Sm 15.33).

Nas sentenças nominais, que descrevem mais uma condição do que uma ação, a ordem usual é: sujeito, predicado, sempre que o predicado for um substantivo. A ordem regular é encontrada, por exemplo, em Dt 4.35, "Jeová (Ele) é Deus". Mas em Gn 12.13, o autor se desvia do arranjo usual: "Dize, pois, que és minha irmã". Aqui a ênfase está no predicado.

A língua hebraica tem, ainda, meios mais efetivos de expressar ênfase. A função do infinitivo absoluto nessa circunstância é tão conhecida que não precisa de ilustração. A maior proeminência é dada ao substantivo, permitindo que ele seja colocado absolutamente no início da sentença e, então, representando-o, no seu lugar próprio, por um pronome. Cf. Gn 47.21: "... ao povo ele o escravizou" e Sl 18.3: "Senhor, ... digno de ser louvado". Algumas vezes, uma idéia é expressa primeiramente por um pronome e, então, reassumida por um substantivo, como em Js 1.2, "... à terra que dou a eles, os filhos de Israel" (como ocorre na edição em inglês usada pelo autor).

Princípios semelhantes se aplicam na interpretação do Novo Testamento. Na língua grega, o sujeito com seus modificadores ocupam geralmente o

primeiro lugar: seguem-se o predicado com seus adjuntos. O objeto normalmente segue o verbo: um adjetivo, o substantivo ao qual pertence; e um genitivo, seu substantivo regente. Se a ordem for mudada, isso significa, com toda a probabilidade, que foi dada ênfase a alguma palavra. Esse é claramente o caso, em que o predicado se encontra em primeiro lugar, de Rm 8.18, "... que não são para comparar às aflições do presente" (como ocorre na edição em inglês usada pelo autor). Cf. também Mt 5.3-11; 2Tm 2.11. Para o mesmo propósito, o objeto é, algumas vezes, colocado na frente, como em Lc 16.11, "... a verdadeira (riqueza) quem vos confiará?" [Notamos que, em geral, a versão da Bíblia que o autor está usando segue a ordem do hebraico ou do grego – N.E.]. Cf. também Jo 9.31; Rm 14.1. O mesmo objetivo é também buscado quando é colocado um genitivo antes do seu substantivo regente ou uma adjetivo atributivo antes do substantivo ao qual pertence. Assim, lemos em Rm 11.13: "Eu sou dos gentios um apóstolo" [como ocorre na edição em inglês usada pelo autor]. Cf. também Rm 12.19; Hb 6.16. E em Mt 7.13, a advertência: "Entrai pela estreita (adjetivo primeiro) porta" [como ocorre na edição em inglês usada pelo autor].

3. O Significado Especial dos Casos e Preposições. O expositor deve observar particularmente certas combinações de palavras, tais como as frases preposicionais e frases em que o genitivo ou dativo ocorrem. Perguntas como as seguintes devem ser respondidas: O genitivo em Ez 12.19, "... da violência de todos os que nela habitam", é um genitivo do sujeito ou do objeto? E quanto a Obadias, v.10, "... da violência feita a teu irmão Jacó"; e o de Gn 18.20, "... o clamor de Sodoma e Gomorra"? Que tipo de genitivo temos em Is 37.22, "... A virgem, filha de Sião"? Os seguintes genitivos são subjetivos ou objetivos: Jo 5.42, "o amor de Deus"; Fp 4.7, "a paz de Deus"; e Rm 4.13, "a justiça da fé"? Como devem ser interpretados os de Rm 8.23, "as primícias do Espírito", e de Ap 2.10, "a coroa da vida"? O dativo também pode dar origem a muitas questões. Alguns exemplos serão suficientes. O dativo em Rm 8.24, "Porque (ou pela) na esperança fomos salvos", é modal ou instrumental? O dativo encontrado em Fp 1.27, "... lutando juntos pela (ou conforme a) fé evangélica", deve ser considerado como um dativo *commodi* ou *instrumentalis*?

As frases preposicionais também podem dar origem a perguntas importantes. O significado especial de algumas preposições depende do caso no qual ocorrem. Além disso, há algumas preposições que têm um significado semelhante, porém revelam características diferentes. O intérprete não pode se dar ao luxo de negligenciar essas distinções sutis. Uma vez que a preposição ocupa um lugar muito mais importante no grego do que no hebraico, vamos nos limitar aos exemplos do Novo Testamento. Em 1Co 15.15 lemos: "e somos tidos

por falsas testemunhas de Deus, porque temos asseverado contra (gr., *kata*) Deus que ele ressuscitou a Cristo..." A tradução "contra" é correta (Meyer) ou deveria ser "de", ou "por" como em Mt 26.63? Qual é o significado da mesma preposição em Rm 8.27, "*kata theon*"; e em Hb 11.13, "Todos estes morreram na (*kata*) fé"? A última passagem deveria ser traduzida por "na" ou "de acordo com a" ou "em conformidade com a fé"? (Como muitos comentaristas dizem). O que a preposição *apo* significa em Hb 5.7, "foi ouvido *apo* ao que temia" (RC)? Deveria ser traduzido por "por causa de", isto é, "ouvido, libertando-o por causa do que temia" (*constructio praegnans*); ou é melhor traduzir por, "... a respeito do que ele temia"; ou ainda diferente, "... por causa do temor piedoso"? Como *en* deve ser interpretado na expressão, "em Cristo" (Rm 8.2; Gl 1.22; 2.17); e *eis* na expressão "em nome" (Mt 28.19)? *Eis* e *en* são usados indiferentemente ou sempre diferem quanto ao significado? Qual é o significado de *eis* depois dos verbos que indicam descanso, e de *en* depois de verbos que indicam movimento? Como *dia tes charitos* (Rm 12.3) difere de *dia ten charin* (Rm 15.15)? Qual é o significado de *dia* em Jo 6.57, "*di'eme* viverá"? Em Rm 3.30, o apóstolo diz que Deus "justificará, por (*ek*) fé, o circunciso e, mediante (*dia*) a fé, o incircunciso". Qual é a diferença quanto ao significado? Como as preposições *anti*, *huper* e *peri* diferem quando usadas em relação à obra de Cristo em conexão ao pecado ou em favor dos pecadores? Comparar Mt 20.28; 1Co 15.3; Rm 5.6; Gl 1.4. E também, como *huper* e *peri* devem ser distinguidos quando usados em conexão com oração pelos outros? Cf. Mt 5.44; 1Ts 5.25.

4. A Relação Lógica das Diferentes Orações e Sentenças. É absolutamente necessário que o intérprete tenha um conceito claro da relação lógica existente entre as várias orações e sentenças. Para isso, ele deve estudar o uso dos particípios e das conjunções.

a. *A Relação indicada pelo particípio*. Esta pode ser:

1. *Modal*: Mt 19.22, "... retirou-se, triste" [como ocorre na edição em inglês usada pelo autor]; At 2.13, "Outros, porém, zombando, diziam...".

2. *Causal*: At 4.21, "... os soltaram, não tendo achado como os castigar" (isto é, porque não acharam nada).

3. *Condicional*: Rm 2.27, "E, se aquele que é incircunciso por natureza cumpre a lei, certamente, ele te julgará a ti".

4. *Concessiva*: Rm 1.32, "Ora, conhecendo eles a sentença de Deus (isto é, embora conheçam)..., não somente as fazem..."

5. *Temporal*: que expressa ação antecedente, simultânea ou conseqüente. Questões exegéticas importantes podem surgir aqui. Em Jo 3.13, o Senhor

diz a Nicodemos: "Ora, ninguém subiu ao céu, senão aquele que de lá desceu, a saber, o Filho do homem [que está (particípio presente) no céu]". É correto traduzir o particípio por "está" ou deveria ser "estava"? E também, em 2Co 8.9, o apóstolo diz: "pois conheceis a graça de nosso Senhor Jesus Cristo, que, sendo rico (particípio presente), se fez pobre por amor de vós". Essa tradução é correta ou deveria ser "Embora fosse rico..." A resposta a essas perguntas irá depender do contexto. O particípio, em si mesmo, é atemporal. A única questão é quanto ao seu tempo relativo ao do verbo finito. As seguintes regras, tiradas de *New Testament Moods and Tenses* de Burton, p. 174, são valiosas:

a. "Se a ação do particípio for antecedente à do verbo, o particípio, mais comumente, precede o verbo, mas não invariavelmente. Esse particípio está, normalmente, no tempo aoristo, mas, ocasionalmente, pode aparecer no presente."

b. "Se a ação do particípio for simultânea à do verbo, ele pode preceder ou seguir o verbo, sendo o último caso o mais freqüente. Ele, naturalmente, está no tempo presente." (Essa afirmação de Burton precisa de correção. Há muitos casos no Novo Testamento em que o particípio aoristo e o verbo principal denotam ação *coincidente* ou *idêntica*. Cf. Mt 22.1; At 10.33. Cf. Moulton, *Prolegomena*, p. 133; Robertson, *Grammar of the Greek New Testament*, p. 1112s.)

c. "Se a ação do particípio for subseqüente à do verbo principal, ele quase invariavelmente segue o verbo, o tempo do particípio sendo determinado pela concepção da ação no que diz respeito ao seu progresso." (Não há prova para um aoristo de ação subseqüente. Cf. Moulton, *Proleg.*, p. 132; Robertson, *Grammar*, p. 1113.)

b. *As relação indicada pelas conjunções*. O meio mais importante de se ligar orações e sentenças são as conjunções. Elas fornecem o indicador mais claro e decisivo para a relação lógica na qual os pensamentos ligam-se uns aos outros. Seu valor, como auxílio para a interpretação, aumenta com suas qualidades específicas. Quanto mais numerosos os seus significados, mais difícil se torna determinar a relação precisa que indicam. A conjunção hebraica *vav*, que serve como uma *conjunctio generalis*, oferece muito pouco auxílio. Outra dificuldade surge do fato de que, em certos casos, uma conjunção é aparentemente usada no lugar de outra.

A conjunção *hoti* serve para introduzir uma oração causal ou objetiva levantando, assim, a questão sobre se ela deveria ser traduzida por "porque" ou "que". Como regra, o contexto responde prontamente a essa questão. Faz muito pouca diferença o modo como ela é entendida em Jo 7.23, mas em Rm 8.20, o caso é diferente. O apóstolo diz: "Pois a criação está sujeita à vaidade, não voluntariamente, mas por causa daquele que a sujeitou, na esperança de que (ou, porque) a própria criação será redimida do cativeiro". Se as últimas palavras descrevem o teor da esperança ou dão uma razão para ela depende de

como se concebe *hoti*. Alguns gramáticos alegam que *hina* é sempre final no Novo Testamento e, conseqüentemente, introduz uma oração de propósito. Mas, embora esse seja, indubitavelmente, seu significado usual, ele não se sustenta em todas as ocorrências. Há casos em que ela é praticamente equivalente a *hoti*. Cf. Mt 10.25; Lc 1.43; Jo 4.34. Além do mais, ela é usada também num sentido de écbase para expressar um resultado pretendido. Esse é o caso em Gl 5.17, "... para que não façais o que porventura seja do vosso querer"; e em 1Ts 5.4, "Mas, vós, irmãos, não estais em trevas, para que (*hina*) esse dia como ladrão vos apanhe de surpresa".

Embora seja verdade que os autores bíblicos ocasionalmente tenham se desviado do uso comum de uma conjunção – e o intérprete deveria estar pronto a admitir isso – ele nunca deve se precipitar em atribuir um significado à conjunção que não é lingüisticamente permitido. Traduzir *ki* em Is 5.10 por "certamente" é um procedimento arbitrário visto que a conjunção não é conhecida como tendo um significado explicativo e que o sentido usual é perfeitamente apropriado. Na interpretação de Lc 7.47, "Por isso te digo: Perdoados lhe são os seus muitos pecados, porque (*hoti*) ela muito amou", alguns expositores foram impelidos pelas suas visões dogmáticas a atribuírem o significado de *dio* (por esse motivo), embora ela não tenha ocorrido nesse sentido.

Deve-se ter em mente que a suposição de alguns dos exegetas mais antigos, no sentido de que os escritores do Novo Testamento confundiram, muitas vezes, as conjunções e, por exemplo, usaram *de* no lugar de *gar*, e vice-versa, é completamente injustificada. O estudo cuidadoso irá normalmente revelar uma escolha discriminatória. Cf. as várias gramáticas do Novo Testamento.

Além do mais, é necessário evitar o erro de supor que uma conjunção sempre liga um pensamento ao que imediatamente o precede. Em Mt 10.31 lemos: "Não temais pois! Bem mais valeis vós do que muitos pardais". Imediatamente se segue: "Portanto, todo aquele que me confessar diante dos homens..." Isso é uma inferência, não da exortação do versículo 31, mas de tudo o que foi dito a partir do versículo 16. De igual modo, em Ef 2.11-13, o "portanto" com o qual a passagem começa não conecta o versículo 11 com o versículo 10, mas com as proposições dos versículos 1-7.

Finalmente, há passagens que não são ligadas por conjunções. Em alguns casos, elas são logicamente relacionadas umas às outras, como em Lc 16.15-18. Compare o v. 16 com Mt 11.12,13; o v.17 com Mt 5.18; e o v.18 com Mt 5.32. Em outros exemplos, no entanto, elas são claramente relacionadas, como em Mt 5.2-11; e 1Jo 1.8-10. Nesses casos é necessário descobrir a relação por meio um estudo diligente do curso do pensamento e do arranjo das palavras na sentença.

5. O Curso do Pensamento numa Seção Inteira. Não é suficiente que o intérprete fixe sua atenção nas orações e sentenças separadas; ele deve se familiarizar com o pensamento geral do escritor ou orador. Algumas vezes é difícil seguir o raciocínio dos autores bíblicos. Não nos referimos às dificuldades peculiares encontradas na interpretação dos profetas. Outras passagens da Escritura também apresentam *cruces interpretum*. Os pensamentos separados podem parecer não-relacionados quando, na verdade, estão estreitamente conectados. Há casos em que, para alguns, o curso do pensamento não parece estar em harmonia com as leis da lógica. Algumas vezes, o discurso, como um todo, aparentemente sofre de contradição inerente. Um único exemplo pode servir para ilustrar a dificuldade que temos em mente. Em Jo 3, Nicodemos aborda Jesus com as palavras: "Rabi, sabemos que és Mestre vindo da parte de Deus; porque ninguém pode fazer estes sinais que tu fazes, se Deus não estiver com ele". De que modo a resposta de Jesus no v. 3 é relacionada a essas palavras? No versículo 4, Nicodemos declara que não entende Jesus. O Senhor responde a essa pergunta nos versículos 5-8? O fariseu repete sua pergunta no versículo 9 e Jesus expressa, no versículo 10, surpresa quanto à sua ignorância. Por que ele, agora, chama a atenção para o fato de que sabe do que fala: da incredulidade dos judeus, incluindo Nicodemos; e da sua vinda do céu e de sua exaltação futura na cruz para a salvação dos crentes? Os versículos 16-21 também contêm as palavras de Jesus? Cf. também Jo 8.31-37; Gl 2.11-21.

As parábolas merecem uma atenção especial. A palavra "parábola" é derivada do grego *paraballo* (*jogar ou colocar ao lado de*), e sugere a idéia de colocar alguma coisa ao lado de outra para comparação. Ela denota um método simbólico de linguagem, no qual uma verdade moral ou espiritual é ilustrada pela analogia da experiência comum. Mas, embora a parábola seja essencialmente uma comparação, uma símile, todas as símiles não são necessariamente parábolas. A parábola se limita ao que é real e, no seu imaginário, não vai além dos limites da probabilidade ou do que poderia ser fato real. Ela mantém os dois elementos da comparação distintos como "interno e externo", e não atribui qualidades e relações de um ao outro. Ela difere, nesse aspecto, da alegoria, que é realmente uma metáfora ampliada e contém sua interpretação dentro de si mesma. O Senhor tinha um propósito duplo ao usar as parábolas, isto é, revelar os mistérios do Reino de Deus aos seus discípulos e ocultá-los daqueles que não tinham olhos para as realidades do mundo espiritual.

Na interpretação das parábolas, três elementos devem ser levados em consideração.

a. *O objetivo da parábola ou da coisa a ser ilustrada.* É de importância fundamental que o propósito da parábola sobressaia-se claramente na men-

te do intérprete. Ao tentar encontrá-lo, ele não deve negligenciar os importantes auxílios oferecidos na Bíblia.

1. A ocasião na qual uma parábola foi introduzida pode ilustrar seu significado e propósito. Mt 20.1ss. é explicado por 19.27; Mt 25.14ss., pelo versículo 13; Lc 16.19-31, pelo versículo 14. Cf. também Lc 10.29; 15.1,2; e 19.11, para o propósito das parábolas seguintes.

2. O objeto da parábola pode estar expressamente declarado na introdução, como em Lc 18.1.

3. Certas expressões no final de uma parábola podem indicar, também, o seu propósito. Cf. Mt 13.49; Lc 11.9; 12.21.

4. Uma parábola semelhante de significado semelhante pode apontar para a coisa a ser ilustrada. Compare Lc 15.3ss. com Mt 18.12ss. O versículo 14 de Mt 18 contém uma sugestão valiosa.

5. Em muitos casos, no entanto, o intérprete terá de descobrir o propósito da parábola por meio de um estudo cuidadoso do seu contexto.

b. *Representação figurada da parábola.* Depois que o objetivo da parábola for determinado, a representação figurada pede um exame cuidadoso. A narrativa formal que pretende, de uma só vez, revelar e ocultar a verdade, deve ser cuidadosamente analisada e toda luz geográfica, arqueológica e histórica necessárias devem ser dirigidas a ela.

c. *O tertium comparationis.* Finalmente, o *tertium comparationis*, o objetivo exato da comparação deve ser detectado. Há, sempre, algum aspecto especial do Reino de Deus, algum dever particular a ser cumprido, ou algum perigo a ser evitado, que a parábola busca exibir e ao qual todo o seu imaginário é subserviente. Enquanto o intérprete não descobrir esse objetivo, ele não pode esperar entender a parábola e não deveria tentar explicar as peculiaridades individuais uma vez que essas só podem ser vistas em sua verdadeira luz quando contempladas em relação à idéia central. Além do mais, deve-se tomar cuidado em não atribuir um significado espiritual independente a todos os detalhes da parábola. É impossível dizer precisamente quão longe um expositor pode ir nesse aspecto. A questão quanto ao que exatamente pertence ao conteúdo ético ou doutrinário e à mera descrição não admite uma resposta bem definida. Muito deve ser deixado ao senso comum. O intérprete deve ter o objetivo de distinguir cuidadosamente. A falha em fazer isso muitas vezes levou e pode levar a interpretações fantasiosas e arbitrárias. De modo geral, a regra formulada por Immer pode ser útil: "O que contribui para o pensamento fundamental ou para a intenção da parábola pertence ao conteúdo doutrinário, mas o que não contribui para esse fim é mera descrição". Quanto a isso, será instrutivo estudar as explicações que o Senhor deu para a parábola do Semeador e a do Trigo e do Joio.

Exercícios:

Que expressões idiomáticas são encontradas nas seguintes passagens: Gn 1.14; 19.9; 31.15; Jr 7.13; Gl 2.16; Jo 3.29; Ap 2.17; 18.22?

Nomeie e interprete as figuras de pensamento encontradas nas seguintes passagens: Jó 12.2; Sl 32.9; 102.7; Pv 14.34; Is 42.3; 55.12; Mt 7.24-27; At 4.28; Jo 21.25; Rm 9.29; 1Co 4.8; 11.22; 2Co 6.8-10.

Que mudança significativa na ordem das palavras é encontrada nas seguintes passagens? Sl 3.5 (heb.); 18.31 (heb.); 74.17; Jr 10.6; Mt 13.28; Jo 17.4; 1Co 2.7; 2Tm 2.11; Hb 6.16; 7.4?

Observar os seguintes exemplos de anacoluto: Gn 3.22; Sl 18.48,49; Zc 2.11; Rm 8.3 (Winer-Moulton, p.718); Gl 2.6; 2Pe 2.4-9.

Explique os genitivos e os dativos nas seguintes passagens: Gn 47.43; 1Rs 10.9; Pv 20.2; Rm 1.17; 10.4; Cl 2.18; Rm 8.24.

Qual é o significado das seguintes preposições: *dia*, em Rm 3.25; 1Co 1.9; Hb 3.16; Ap 4.11; *en*, em Mt 11.11; At 7.29; Ap 5.9; *anti*, em Mt 2.22; 20.28; *huper*, em Gl 1.4; 2Co 5.21; Hb 5.1; *peri*, em 1Co 16.12; 3Jo 2; *eis*, em Mc 1.39; At 19.22; 20.29; Jo 8.30?

Como o particípio está relacionado ao verbo finito em 1Co 9.19; 11.29; Mt 1.19; 27.49; Lc 22.65; At 1.24?

Qual é a força das seguintes conjunções: *kai*, em Mt 5.25; Jo 1.16; 1Co 3.5; *alla*, em 1Co 15.35; 2Co 11.1; *hoti*, em Mt 5.45; Jo 2.18; *gar*, em Mt 2.2; Jo 9.30; *de*, em 1Co 15.13; 4.7; *hina*, em Jo 4.36; 5.20; Rm 11.31; 1Ts 5.4?

Bibliografia:

Terry, *Biblical Hermeneutics*, pp. 166-243; Immer, *Hermeneutics*, pp. 198-235; Davidson, *Sacred Hermeneutics*, pp. 252-319; Fairbairn, *Hermeneutics Manual*, pp. 173-189; Gramáticas do Novo Testamento de Winer, Buttmann, Blass, Moulton e Robertson.

F. Auxílios Internos para a Interpretação do Pensamento

A própria Bíblia contém auxílio para a interpretação lógica do seu conteúdo e o intérprete não deve deixar de usar isso ao máximo.

1. O Objetivo Especial do Autor. Isso significa o objeto que ele tinha em vista ao escrever a porção particular da obra em consideração. Os autores bíblicos, naturalmente, tinham em mente um propósito definido na composição das diferentes partes dos seus escritos e almejavam o desenvolvimento de algum pensamento especial. É natural supor que eles tenham escolhido as palavras e expressões que melhor se adaptassem à transmissão do significado

pretendido e contribuíssem com o argumento geral. Assim, uma familiarização completa com o objetivo especial do autor lançará luz até mesmo sobre os detalhes menores, sobre o uso dos particípios e conjunções e sobre as frases preposicionais e adverbiais. É praticamente desnecessário observar que, assim como as palavras e expressões devem ser estudadas à luz do objetivo especial do autor, assim o objetivo especial, por sua vez, deve ser visto contra o pano de fundo do objetivo geral, ou do propósito do autor ao escrever seu livro. Esse propósito mais amplo será estudado quando a interpretação histórica da Bíblia for considerada.

A questão agora levantada é quanto ao melhor método para se descobrir o objetivo especial. Nem sempre isso é fácil. Algumas vezes o autor o afirma claramente. O propósito particular da canção de Moisés, contido em Dt 32, é claramente indicado em 31.19-21. Paulo diz aos seus leitores, em Rm 11.14, a razão pela qual está se dirigindo aos gentios nessa seção particular e enfatiza a sua adoção como filhos de Deus. Mas, na maioria dos casos, o objetivo especial não é salientado e o intérprete terá necessidade de ler e talvez reler uma seção inteira, junto com o contexto precedente e o seguinte a fim de detectar seu propósito. Muitas vezes a conclusão a que o autor chega no contexto irá revelar o propósito que ele tinha em mente. Isso é particularmente verdadeiro quanto aos escritos de Paulo, nos quais o raciocínio lógico predomina. Note, em especial, Rm 2.1; 3.20,28; 5.18; 8.1; 10.17; Gl 3.9; 4.7,31. Além do mais, será conveniente notar cuidadosamente a ocasião que leva à argumentação numa determinada seção, uma vez que ocasião e propósito são correlatos. O propósito que Paulo tinha em mente ao escrever a clássica passagem a respeito da humilhação e exaltação de Cristo, Fp 2.6-11, pode ser mais bem entendido à luz do que a precede nos versículos 3 e 4. Lá, o apóstolo faz uma advertência aos filipenses: "Nada façais por partidarismo ou vanglória, mas por humildade, considerando cada um os outros superiores a si mesmo. Não tenha cada um em vista o que é propriamente seu, senão também cada qual o que é dos outros". E, então, ele continua: "Tende em vós o mesmo sentimento que houve também em Cristo Jesus...", deixando, assim, totalmente evidente que ele desejava apresentar Cristo aos filipenses como aquele que se humilhou a fim de poder servir aos outros; que não considerava o que era exclusivamente seu, mas também o que era dos outros; e que ascendeu diretamente da mais profunda humilhação à mais alta glória.

2. A Ligação. A necessidade absoluta de se observar a ligação precedente e a seguinte, a próxima e a remota de uma passagem, deve ser sempre considerada. Essa é a *conditio sine qua non* de toda exegese sadia. Porém,

isso é freqüentemente negligenciado, especialmente por aqueles que consideram a Bíblia como uma coleção de textos-prova. A divisão dos conteúdos da Escritura em capítulos e versículos quase sempre apresenta dificuldades. Conseqüentemente, muitas passagens da Bíblia foram mal-interpretadas no curso do tempo e essas distorções foram passadas de geração a geração. As seguintes passagens servem como exemplos: Pv 28.14; 31.6; Jr 3.14b; Zc 4.6b; Mt 4.4b; 10.19; 2Co 3.6b. O Rev. E. Kropveld escreveu uma pequena obra instrutiva sobre "misbruikte Schriftuurplaatsen", que o intérprete pode consultar com proveito. Nenhuma interpretação que negligencie as ligações deve ser dignificada com o nome de "exegese".

As ligações não são sempre do mesmo tipo. Quatro tipos de ligações merecem atenção:

a. *Puramente histórica*, quando uma narrativa histórica segue outra, à qual é genética e ideologicamente relacionada (Mt 3.13-17; 4.1-11).

b. *Histórico-dogmática,* quando um ensino ou discurso dogmático é ligado a um fato histórico (Jo 6.1-14, 26-65).

c. *Lógica,* quando os pensamentos ou os argumentos são apresentados em uma ordem estritamente lógica (Rm 5.1ss.; 1Co 15.12-19).

d. *Psicológica,* quando a relação depende da associação de idéias. Isso freqüentemente causa uma quebra aparente na linha de pensamento (Hb 5.11ss.).

a. No estudo das ligações, *deve-se prestar muita atenção às conjunções*. Ao negligenciá-las, o intérprete pode perder detalhes importantes. Não vamos dar exemplos, mas, sim, nos referir ao que já foi dito a respeito do uso das conjunções. Em alguns casos, a própria conjunção pode representar um elemento de incerteza e o expositor terá de contar com o contexto geral. Por exemplo, a conjunção *de* pode ser continuativa ou adversativa, e isso torna incerto se João 3.1 apresenta Nicodemos como uma ilustração ou uma exceção.

b. *Como regra, a ligação deve ser procurada o mais próximo possível*. Mas se uma passagem não dá um bom sentido em relação à imediatamente precedente, a ligação mais remota deve ser consultada. Alguns comentaristas relacionam Rm 2.16 com o versículo 15. Mas essa construção é bastante objetável e é preferível voltar aos versículos 12 ou 13 e considerar as sentenças intermediárias como um parêntese. Por outro lado, alguns ligam desnecessariamente Rm 8.22 com o versículo 19, enquanto ele apresenta um sentido perfeitamente bom se relacionado ao versículo 21.

c. *Quando a ligação não é imediatamente aparente, o intérprete não deve concluir rapidamente que há uma mudança no curso do pensamento, mas deve parar e refletir*. Depois de cuidadoso estudo, pode se tornar

evidente que há apenas uma mudança aparente, e que, na verdade, há um prosseguimento do mesmo assunto. Em 1Co 8, Paulo trata do uso correto da liberdade cristã como adiáforo. Então, parece que ele se desvia desse tema em 9.1 e começa uma defesa do seu apostolado, quando diz: "Não sou eu apóstolo?" etc. Mas isso é só aparente. Ele chama a atenção para o fato de que, como um apóstolo de Jesus Cristo, ele tem muitos direitos e liberdade, mas faz um uso ponderado disso para que sua obra seja mais frutífera.

d. *O intérprete deve prestar atenção nos parênteses, digressões e anacolutos.* Todos esses elementos podem alterar as ligações em certa medida. No caso dos *parênteses*, notas relacionadas ao tempo e lugar ou breves circunstâncias secundárias são intercaladas, depois das quais o parágrafo ou a sentença continua, como se nenhuma interrupção houvesse acontecido. Assim, lemos em Gn 23.2: "morreu em Quiriate-Arba, que é Hebrom, na terra de Canaã; veio Abraão lamentar Sara e chorar por ela". Cf. também Is 52.14,15; Dn 8.2; At 1.15.

As *digressões* diferem dos parênteses no fato de que são mais longas e consistem de desvios da linha de argumento seguida para temas colaterais, ou numa mudança do curso direto de pensamento para outro que é estranho a ele de algum modo. Há um exemplo notável em Ef 3.2-13, que alguns estenderiam até mesmo a 4.1. Cf também 2Co 3.14-17; Hb 5.10-7.1.

Os *anacolutos* consistem de uma mudança inesperada de uma construção para outra, sem que a primeira tenha sido completada. Freqüentemente expressam energia ou emoções fortes. Cf. Zc 2.11; Sl 18.47,48; Lc 5.14; 1Tm 1.3. Ocasionalmente, um anacoluto é ligado a um parêntese ou digressão e, então, apresenta uma dificuldade dupla. Em Rm 5.12, o apóstolo diz: "Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens porque todos pecaram". Então, se esperaria naturalmente que ele continuasse: "também por um só, Jesus Cristo, a justiça entrou e, por meio da justiça, a vida". Mas o apóstolo coloca o pensamento de lado no versículo 12 e, quando o retoma novamente no versículo 18, a construção é modificada.

e. *Nos casos em que a ligação não é óbvia, surge a questão sobre se a passagem a ser interpretada não contém uma reflexão sobre os pensamentos, em distinção às palavras –, das pessoas das quais se fala, e se não há uma possível ligação psicológica.* Um estudo cuidadoso dos discursos e das conversas do Salvador revela o fato de que ele, muitas vezes, respondeu aos pensamentos em vez de responder às palavras dos seus ouvintes. Cf. Lc 14.1-5; Jo 3.2; 5.17,19,41; 6.26. Muitos comentaristas têm considerado as palavras em Mq 2.12, 13 como sendo uma interpolação, por causa da aparente

falta de relação. Mas é completamente possível encontrarmos uma associação psicológica aqui. O profeta adverte o povo da profecia do vinho e da bebida forte que parecia tão desejável a muitos. E o pensamento desse bem aparente deu-lhe oportunidade para falar das bênçãos reais que o Senhor iria derramar sobre seu povo.

f. *O intérprete deve aceitar de bom grado as explicações que os próprios autores ocasionalmente dão de suas próprias palavras ou das palavras dos oradores a quem introduzem no contexto imediato.* Nem é preciso acrescentar que eles estão mais bem qualificados para falar com autoridade a esse respeito do que qualquer outra pessoa. Exemplos de tais interpretações são encontrados em Jo 2.21; 7.29; 12.33; Rm 7.18; Hb 7.21.

3. O Paralelismo Também Pode Ajudar na Interpretação do Pensamento. Ao usá-lo, o expositor deve se precaver contra dois erros. De um lado, contra o pressuposto de que cada uma das orações paralelas tem um significado distinto da outra. Esse é o extremo ao qual chegaram alguns dos intérpretes mais antigos, uma vez que consideraram impróprio à sabedoria do Espírito Santo que os mesmos pensamentos ou sentimentos fossem repetidos. Por outro lado, é necessário evitar a suposição de que há sempre uma mera tautologia, que as partes paralelas contenham exatamente a mesma idéia. É um erro pensar que há identidade completa de significado nas partes correspondentes de um paralelismo sinônimo, ou um contraste exato num paralelismo antitético. Com relação ao primeiro, Davidson observa corretamente: "Algumas vezes, uma parte expressa universalmente o que a outra anuncia particularmente, ou viceversa; numa pode haver o gênero, na outra a espécie; uma expressa algo afirmativamente, a outra negativamente; uma figurativamente, a outra de forma literal; uma tem uma comparação, a outra, a sua aplicação; uma contém um fato, a outra, o modo como aconteceu" (*Sacred Hermeneutics*, p. 234).

Assim, é completamente evidente que a função exegética do paralelismo consiste "em dar uma percepção geral do significado de uma sentença em vez de uma especificação precisa ou exata". Ao usá-lo, o intérprete deve estar seguro da lucidez relativa das partes paralelas a fim de não cometer o erro de tentar jogar luz sobre o que é menos obscuro com o que é mais escuro e difícil de entender. Se um membro é figurado e o outro literal, o último deveria ser usado para elucidar o primeiro.

Alguns exemplos podem servir para ilustrar seu uso. No Sl 22.27, lemos: "Lembrar-se-ão do Senhor e a ele se converterão os confins da terra (mundo); perante ele se prostrarão todas as famílias das nações". O paralelismo faz com que seja perfeitamente evidente que "os confins da terra" se referem às nações distantes, ou gentias. O Sl 104.6 contém a expressão enigmática: "To-

maste o abismo por vestuário e a cobriste"; mas isso é elucidado pelas seguintes palavras: "as águas ficaram acima das montanhas". Em Jo 6.35, Jesus diz: "Eu sou o pão da vida; o que vem a mim jamais terá fome". Aqui a pergunta é quanto ao tipo de vinda a que o Senhor se refere, e a parte seguinte do paralelismo responde: "e o que crê em mim jamais terá sede". 2Co 5.21 contém um paralelismo antitético: "Àquele que não conheceu pecado, ele o fez pecado por nós; para que nele fôssemos feitos justiça de Deus". O apóstolo quis dizer que Cristo foi feito pecado por nós num sentido legal ou ético? A antítese, "para que nele fôssemos feitos justiça de Deus", contém a resposta, uma vez que isso só pode ser entendido num sentido legal.

G. Auxílios Externos para a Interpretação Gramatical

1. Auxílios Externos Valiosos. Os auxílios externos para a interpretação gramatical da Escritura (incluindo a lógica), compreendem os seguintes:

a. *Gramáticas*

1. Para o estudo do Antigo Testamento: Ewald, Gesenius-Kautzsch, Green, Wilson, Davidson, Harper, Noordtzij.

2. Para o estudo do Novo Testamento: Winer (inglês: Winer-Moulton e Winer-Thayer), Buttmann (inglês: Buttmann-Thayer), Blass, Moulton, Robertson, Robertson-Grosheide.

b. *Léxicos*

1. Para o Antigo Testamento: Gesenius-Buhl (tradução para o inglês de uma edição antiga de Gesenius por Tregelles), Fuerst, Siegfried-Stade, Koenig, Brown, Driver e Briggs.

2. Para o Novo Testamento: Robinson, Thayer, Harting (holandês), Abbott-Smith, Souter, Cremer (*Biblisch-Theologisches Woerterbuch*, 10ª ed. por Koegel, trad. para o inglês da quarta edição), Baljon, *Grieksch-Theologisch Woordenboek*.

c. *Concordâncias*

1. Para o Antigo Testamento: Fuerst, Mandelkern (ambas têm o texto hebraico).

2. Para o Novo Testamento: Brueder (baseado no Textus Receptus), Moulton e Geden (baseado no texto de Westcott e Hort). Ambas têm o texto grego.

3. Geral: Trommius (holandês), Cruden, Walker, Strong, Young (todas têm o texto inglês).

d. *Obras especiais*

1. Sobre o Antigo Testamento: Driver, *Hebrew Tenses*; Adams, *Sermons in Accents*; Geden, *Introduction to the Hebrew Bible*; Girdlestone, *Old Testament Synonyms*; Kennedy, *Hebrew Synonyms*.

2. Sobre o Novo Testamento: Burton, *Moods and Tenses*; Simcox, *The Language of the New Testament*; Simcox, *The Writers of the New Testament*; Trench, *New Testament Synonyms*; Dalman, *The Words of Jesus*; Dalman, *Jesus-Joshua*; T. Walker, *The Teaching of Jesus and the Jewish Teaching of His Age*; Deissmann, *Light from the Ancient East*; Deissmann, *Biblical Studies*; Robertson, *The Minister and His Greek New Testament;* Moulton e Milligan, *The Vocabulary of the Greek Testament.*

e. *Comentários*

1. Sobre o Antigo Testamento: Comentários de Calvino; Keil e Delitzsch; Strack e Zoekler; Comentário de Lange; *The International Critical Commentary*; Jamieson, Fausset, e Brown; *Cambridge Bible*; *Korte Verklaring* (vários autores); e Comentário de livros separados por Delitzsch, Hoedemaker, Spurgeon, Kok, Sikkel, Alexander, Hengstenberg, Greenhill, Henderson, Pusey, Aalders, Young e Leupold.

2. Sobre o Novo Testamento: Comentários de Calvino; Comentário de Lange; Meyer (a edição mais recente por J. Weiss é realmente uma obra nova); *The International Critical Commentary*; Zahn; Alford; *Expositor's Greek Testament*; Jamieson, Fausset, e Brown; *Cambridge Bible*; *Korte Verklaring*; *Kommentaar op het Nieuwe Testament*, por Grosheide, Greydanus e outros (edição Bottenburg); Erdman, Lenski; Notas de Barnes; e Comentários de livros separados por Ellicott, Lightfoot, Eadie, Brown, Stuart, Westcott, Swete, Mayor, Lindsay, Owen, Beckwith, Godet, Van Andel, Barth, De Moor, e outros.

2. O Uso Correto dos Comentários. Podemos acrescentar algumas notas a respeito do uso adequado dos comentários.

a. Ao procurar explicar uma passagem, o intérprete não deve recorrer imediatamente ao uso dos comentários, uma vez que isso pode impedir toda a originalidade no início, envolver uma grande quantidade de trabalho desnecessário, e ainda resultar numa confusão inútel. Ele deve, primeiramente, interpretar a passagem independentemente, com todo o auxílio interno disponível e auxílio externo tais como as Gramáticas, as Concordâncias e os Léxicos.

b. Se, depois de fazer um estudo original da passagem, ele sentir que precisa consultar um ou mais comentários, deve evitar os chamados comentários práticos, por melhores que sejam, uma vez que esses almejam a edificação em vez da interpretação científica.

c. Seu trabalho será bastante facilitado se ele abordar os Comentários, tanto quanto possível, com questões definidas na mente. Isso só será possível depois de um certo tempo de estudo original preliminar que o fará ganhar tempo uma vez que eliminará a necessidade de se ler tudo o que os comentários têm a dizer sobre a passagem em consideração. Além do mais, quando ele consulta os

comentários com uma certa linha de pensamento em mente, estará mais bem preparado para escolher entre as opiniões conflitantes que pode encontrar.

d. Caso tenha sucesso em dar uma explicação aparentemente satisfatória sem a ajuda de comentários, é aconselhável que compare sua interpretação com a de outros. E, se descobrir que sua interpretação é contrária à opinião geral em algum ponto particular, deve ter a sabedoria de cobrir cuidadosamente aquele campo mais uma vez para ver se considerou todos os dados e se suas inferências estão corretas em cada aspecto. Ele pode detectar algum erro que irá compeli-lo a rever sua opinião. Mas se achar que cada passo que deu está bem fundamentado, então deve sustentar sua interpretação a despeito de tudo o que os comentaristas possam dizer.

VI. Interpretação Histórica

A. Definição e Explicação

Este capítulo nos apresenta uma nova dimensão da Hermenêutica. É verdade, Davidson diz: "As interpretações gramatical e histórica, quando corretamente entendidas, são sinônimas. As leis especiais da gramática, em conformidade com a linguagem usada pelos escritores sagrados, foram o resultado das suas circunstâncias peculiares; e só a História pode nos levar de volta a essas circunstâncias". Mas, embora seja fato indubitável que as duas são intimamente entrelaçadas e não possam ser completamente separadas, ainda assim é possível, e também altamente desejável, distingui-las e mantê-las distintas em nossa discussão.

A interpretação histórica, como entendida aqui, não deve ser confundida com a teoria da acomodação de Semler, embora ele a tenha dignificado com o mesmo nome; nem com o método histórico-crítico atual de interpretação, que é baseado na filosofia da evolução aplicada à História. O termo é usado aqui para denotar o estudo da Escritura à luz das circunstâncias históricas que deixaram sua marca nos diferentes livros da Bíblia. Immer a chama de "Explicação Real". Ao contrário da interpretação lógica e gramatical, que se aplica ao lado formal da Escritura – à língua em que foi expressa – a interpretação histórica se refere ao conteúdo material da Bíblia. Ela parte dos seguintes pressupostos.

1. Pressupostos Básicos para a Interpretação Histórica.

a. *A Palavra de Deus teve a sua origem de um modo histórico e, con-*

seqüentemente, só pode ser entendida à luz da História. Isso não significa que tudo o que ela contém possa ser historicamente explicado. Como revelação sobrenatural de Deus, ela, naturalmente, abriga elementos que transcendem os limites do histórico. Significa que os conteúdos da Bíblia são, em grande medida, historicamente determinados e que, nessa medida, podem ser explicados na História.

b. *Uma palavra nunca é completamente entendida até ser apreendida como palavra viva, isto é, originária da alma do autor.* Cf. Woltjer, *Het Woord, zijn Oorsprong en Uitlegging*, p. 45. Isso implica a necessidade do que é chamado de interpretação psicológica, que é, na verdade, uma subdivisão da interpretação histórica.

c. *É impossível entender um autor e interpretar corretamente suas palavras sem que ele seja visto à luz da sua experiência histórica.* É verdade que uma pessoa, num certo sentido, controla as circunstâncias de sua vida e determina seus aspectos; mas é igualmente verdadeiro que ela é, num grau elevado, o produto do seu ambiente histórico. Por exemplo, ela é filha do seu povo, de sua terra e de sua época.

d. *O lugar, o tempo, as circunstâncias e a visão prevalecentes do mundo e da vida em geral irão naturalmente alterar os escritos produzidos sob essas condições de tempo, lugar e circunstâncias.* Isso também se aplica aos livros da Bíblia, particularmente aos históricos e aos de caráter ocasional. Em toda a extensão da literatura, não há livro que se iguale à Bíblia quanto a tocar a vida em cada aspecto.

2. Exigências ao Exegeta. Em vista desses pressupostos, a interpretação histórica faz as seguintes exigências ao exegeta:

a. *Ele deve buscar conhecer o autor cuja obra quer explicar:* sua parentela, seu caráter e temperamento, suas características intelectuais, morais e religiosas e, também, as circunstâncias externas da sua vida. Ele deve, da mesma maneira, se esforçar para se familiarizar com os oradores que aparecem nos livros da Bíblia e com os leitores originais.

b. *Será sua obrigação reconstruir, tanto quanto possível, a partir dos dados históricos disponíveis e com o auxílio das hipóteses históricas, o ambiente no qual os escritos particulares em consideração se originaram*; em outras palavras, o mundo do autor. Ele terá de se informar a respeito dos aspectos físicos da terra onde os livros foram escritos e a respeito do caráter e história, costumes, princípios morais e religião do povo entre o qual e para o qual foram compostos.

c. *Ele deve descobrir a importância extrema de se considerar as várias influências que determinaram mais diretamente o caráter dos escritos em consideração*, tais como: os leitores originais, o propósito que o autor tinha em mente, a idade do autor, sua estrutura mental e as circunstâncias especiais em que compôs seu livro.

d. *Além disso, ele deve se transferir mentalmente para o século 1º da nossa era e para as condições orientais*. Ele deve se colocar no ponto de vista do autor e buscar entrar na própria alma dele, como se vivesse aquela vida e pensasse aqueles pensamentos. Isso significa que ele terá de se proteger contra o erro comum de transferir o autor para os dias atuais e fazê-lo falar na língua do século 20. Se não evitar isso, existe o perigo, como McPheeters o expressa, de que "a voz que ele escuta seja meramente o eco de suas próprias idéias" (Bible Student, Vol. III, Nº II). Sua regra deve ser sempre "no ex subjecto, sed ex objecto sensum quaerit".

B. Características Pessoais do Autor ou do Orador

1. Quem é o Autor? Na interpretação histórica de um livro, é natural que se pergunte em primeiro lugar: Quem foi seu autor? Alguns livros da Bíblia nomeiam seus autores; outros não. Daí a pergunta: Quem foi seu autor? – mesmo se considerada meramente como uma questão de um nome, não é sempre fácil de ser respondida. Mas, na relação com a interpretação histórica da Bíblia, a questão envolve muito mais do que isso. O mero conhecimento de um nome não fornece muita ajuda material ao exegeta. Ele deve buscar se familiarizar com o próprio autor: seu caráter e temperamento, sua disposição e seu modo de pensamento habitual. Ele deve se esforçar para penetrar nos segredos da sua vida íntima, a fim de poder entender, tanto quanto possível, os motivos que controlam sua vida e, assim, adquirir um discernimento quanto aos seus pensamentos, vontades e ações. É altamente desejável que ele saiba algo sobre a profissão do autor, o que pode ter exercido uma influência poderosa sobre o homem, seu modo de ser e de falar. A palavra de Elliott vai direto ao ponto: "É suficiente mencionar marinheiro, soldado, comerciante, operário, sacerdote, advogado, a fim de evocar muitos tipos diferentes de homens, cada um tendo seu tom habitual, suas expressões familiares, imagens peculiares, ponto de vista preferido com relação a cada assunto – resumindo, sua natureza especial".

Como a melhor maneira de se familiarizar com outras pessoas é associar-se a elas, então o modo mais efetivo de conhecer o autor é pelo estudo diligente dos seus escritos, prestando atenção particular a todos os toques pessoais e às notas incidentais que se relacionam com o seu caráter e vida. Quem

quer conhecer Moisés deve estudar o Pentateuco, particularmente os quatro últimos livros e notar especialmente passagens como Êx 2-4; 16.15-19; 33.11; 34.5-7; Nm 12.7,8; Dt 34.7-11; At 7.20-35; e também Hb 11.23-29. Essas passagens lançam luz sobre a parentela do mediador do Antigo Testamento, seu resgate providencial, sua superioridade educacional e seu amor ardente pelo seu povo em aflição. Além disso, elas o retratam como um homem que, por mais impulsivo e agressivo que tenha sido em sua juventude, aprendeu a humildade e a paciência durante um longo período de espera; um homem hesitante em aventurar-se num grande empreendimento, contudo bem qualificado para a liderança; um homem de grandes dotes intelectuais, mas de caráter humilde; um homem que foi grandemente difamado e ofendido pelo seu próprio povo, mas um homem que amou esse povo com um amor ardente e altruísta, suportando suas afrontas com paciência exemplar – um herói da fé.

Para conhecer Paulo, será necessário ler sua história, como registrada por Lucas, e também suas epístolas. Deve-se prestar atenção especial em passagens como At 7.58; 8.1-4; 9.1,2,22, 26; 26.9; 13.46-48; Rm 9.1-3; 1Co 15.9; 2Co 11; 12.1-11; Gl 1.13-15; 2.11-16; Fp 1.7,8,12-18; 3.5-14; 1Tm 1.13-16. Nessas passagens, a figura de Paulo é apresentada como um produto em parte da Diáspora e em parte da Escola Rabínica de Gamaliel, um homem inteiramente versado na literatura judaica, intrépido quanto às suas convicções; um perseguidor consciencioso da igreja, mas também um convertido verdadeiramente penitente, ansioso por confessar o erro de seu caminho; um servo leal de Jesus Cristo, desejoso de se gastar no serviço de seu Senhor; ansioso pela salvação do seu povo, mas que também orava e trabalhava com zelo infatigável e com coragem indomitável pela salvação dos gentios; um homem completamente desejoso de negar a si próprio para que Deus, em Cristo, pudesse receber toda a glória.

Familiarizar-se com o autor de um livro ajudará num entendimento correto de suas palavras. Isso capacitará o intérprete a conjeturar e, talvez, estabelecer conclusões sobre o modo como as palavras e expressões nasceram dentro da alma do escritor; iluminará certas frases e sentenças de uma forma inesperada e fará com que pareçam mais reais e mais expressivas. Jeremias nos é apresentado na Bíblia como uma pessoa de caráter impulsivo, sensível e compassivo, que relutou, de fato, em desempenhar sua tarefa. Esse conhecimento ajudará o intérprete a entender a ternura e a beleza comoventes que caracterizam parte dos seus escritos e, também, a apreciar sua ira apaixonada ao repreender o inimigo (11.20; 12.3; 15.10ss.; 17.15-18); sua queixa quanto ao Senhor não revelar o poder de seu braço e seu ato de amaldiçoar o dia do seu nascimento (20.7-18)... O apóstolo João evidentemente tinha, por natureza, um

caráter veemente e impetuoso, ocasionalmente influenciado por uma ambição egoísta, e foi tão zeloso na obra do Senhor que tornou-se severo com aqueles que considerava como rivais injustos e inimigos de Jesus. Mas os defeitos naturais de seu caráter foram atenuados pela graça. Seu amor foi santificado, seu zelo conduzido para os canais adequados. Ele bebeu profundamente da fonte da vida, e refletiu, mais do que outros, acerca dos mistérios da vida maravilhosa do Salvador. Isso explica em grande parte a diferença entre seu Evangelho e os sinóticos e, também, explica o motivo pelo qual ele enfatiza a necessidade da submissão a Cristo, do amor a Cristo e aos irmãos... Ao ler a profecia de Amós, será útil lembrar o simples fato de que ele era um vaqueiro de Tecoa, o que explica ou o que ajuda a compreender muitas das suas expressões figurativas. Dificilmente Ezequiel teria escrito como o fez nos capítulos 40-48 se não tivesse sido um dos sacerdotes exilados, totalmente familiarizado com o ritual do templo e atento ao fato de que a antiga glória de Sião tinha passado.

2. Quem Fala? Outra pergunta que surge sob esse título é, "Quem fala?" Os autores bíblicos muitas vezes apresentam outros como os que falam e é de extrema importância que o expositor faça uma distinção cuidadosa entre as palavras do próprio autor e as do orador ou dos oradores apresentados. Nos livros históricos, a linha de demarcação geralmente é tão clara que isso dificilmente deixa de ser notado. Porém, há exceções. Por exemplo, é muito difícil determinar se as palavras encontradas em Jo 3.16-21 foram ditas por Jesus a Nicodemos, ou se são uma explicação acrescentada por João. Nos profetas, as transições súbitas do humano para o divino são, em geral, facilmente reconhecidas pela mudança da terceira para a primeira pessoa, em conexão com o caráter do que é dito. Cf. Os 9.9,10; Zc 12.8-10; 14.1-3. Algumas vezes pode-se encontrar um diálogo entre o escritor e um suposto oponente. Esses casos requerem um manuseio cuidadoso, uma vez que a falha na distinção correta pode resultar em erros graves. Cf. Ml 3.13-16; Rm 3.1-9. A seguinte regra pode ajudar: "*O escritor do livro deve ser considerado como aquele que fala até que surjam algumas evidências expressas que indiquem o contrário*". E quando o intérprete souber quem é aquele que fala, distinto do escritor, ele deve aumentar seu conhecimento sobre ele por todos os meios disponíveis. Pessoas como Abraão, Isaque, Jacó, José, Samuel, Jó e seus amigos, classes de pessoas como os fariseus, saduceus e escribas, devem ser objeto de estudo especial. Quanto mais se souber sobre eles, mais suas palavras serão entendidas.

Exercícios:

Leia os seguintes salmos à luz do caráter e das experiências de Davi: Sl 23, 24, 32, 51, 72, 132. Como o caráter e a história pessoal de Oséias determi-

nou o caráter da sua profecia? Em que aspecto a individualidade de Paulo, Pedro e Tiago está caracterizada nos seus respectivos escritos? Quem é o orador em Is 53; Os 5 e 6: Hc 2; Sl 2, 22 e 40?

C. Circunstâncias Sociais do Autor

As circunstâncias sociais abrangem todas as que não são peculiares ao autor, mas que ele compartilha com seus contemporâneos. Elas têm naturalmente um caráter mais geral.

1. Circunstâncias Geográficas. As circunstâncias climáticas e geográficas em geral freqüentemente influenciam o pensamento, a linguagem e as representações de um escritor e deixam uma marca na sua produção literária. Assim, o intérprete da Bíblia deve ter uma familiaridade especial com a geografia da Terra Santa, o país nativo dos autores bíblicos. É importante que ele entenda o caráter das estações do ano, os ventos dominantes e suas funções, e as diferenças de temperatura nos vales, nas montanhas e nos cumes. Ele deve conhecer algo sobre a produção da terra: árvores, arbustos e flores, grãos, vegetais e frutas, animais selvagens e domésticos, insetos e pássaros nativos. Montanhas e vales, lagos e rios, cidades e vilas, estradas e planícies – ele deve familiarizar-se com eles e com a sua localização.

Para o estudo dos aspectos permanentes da Terra Santa, obras como *Biblical Researches* de Robinson, *The Land and the Book* de Thomson, *Sinai and Palestine* de Stanley e *Historical Geography of the Holy Land* de G. A. Smith, são as mais valiosas [também *Terra de Deus*, da Editora Cultura Cristã; e o *Atlas Geográfico Mundial*, de Edições Vida Nova – N. do E]. Para uma pesquisa sobre o que é mais variável, como fertilidade do solo, localização das cidades e vilas, etc., obras mais antigas como as de Josefo e Eusébio (*Onomasticon*) são preferíveis. Esse estudo é essencial, particularmente tendo em vista o fato de que os orientais geralmente viviam muito próximos da natureza, sentiam-na impregnada de vida e estavam atentos para o seu simbolismo. Os discursos e as parábolas do Salvador, por exemplo, são repletos de passagens impressionantes que indicam a relação simbólica entre o natural e o espiritual. Ele compara o Reino de Deus a uma semente de mostarda (Mt 13.31,32) e assemelha Israel a uma figueira (Lc 13.6-9). Ele fala de si mesmo como a videira verdadeira e de seu Pai como o agricultor (Jo 15.1).

É evidente, não precisando, assim, de prova elaborada, que o expositor deve estar familiarizado com os aspectos físicos da Palestina, seu clima, sua topografia, seus produtos, etc. Como ele pode explicar a afirmação do poeta

sobre o "orvalho do Hermom, que desce sobre os montes de Sião" (Sl 133.3), a não ser que esteja familiarizado com o efeito do pico coberto de neve do Hermom sobre a neblina que constantemente se levanta do desfiladeiro no sopé? Como ele pode interpretar expressões como "a glória do Líbano" e "a excelência do Carmelo e Sarom", se não tiver conhecimento da sua vegetação exuberante e beleza extraordinária? O que pode dizer para explicar o uso das carruagens no reino do norte (1Rs 18.44ss.; 22.29ss.; 2Rs 5.9ss.; 9.16; 10.12, 15), e sua ausência no reino do sul? Como pode explicar o sucesso de Davi em esquivar-se de Saul embora tenham chegado a uma pequena distância um do outro, a não ser que entenda a topografia do lugar? Apenas a familiaridade com as estações do ano irá capacitá-lo a interpretar passagens como Ct 2.11, "Porque eis que passou o inverno, cessou a chuva e se foi"; e Mt 24.20, "Orai para que a vossa fuga não se dê no inverno".

2. Circunstâncias Políticas. A condição política de um povo também deixa uma profunda impressão sobre sua literatura nacional. A Bíblia contém ampla evidência disso também e, por essa razão, é absolutamente necessário que o expositor se informe a respeito da organização política das nações que tiveram grande importância no cenário bíblico. Sua história nacional, seu relacionamento com outras nações e instituições políticas devem se tornar objeto de um estudo cuidadoso. As mudanças políticas na vida nacional de Israel merecem uma atenção particular.

Somente a História lança uma luz sobre a questão da razão pela qual não foi permitido a Israel perseguir os moabitas e os filhos de Amom (cf. Dt 2.9,19). A posição de dependência de Edom nos dias de Salomão e Josafá explica como esses reis puderam construir uma frota de navios em Eziom-Geber, na terra de Edom (1Rs 9.26; 22.47,48; 1Cr 18.13; 2Cr 8.17,18). Passagens como 2Rs 15.19; 16.7 e Is 20.1 são explicadas pelo poder ascendente dos assírios e pela ampliação gradual de seu império, como revelado especialmente pelos registros de seus reis. As palavras de Rabsaqué em 2Rs 18.19 e Is 36.6 se tornam luminosas em vista do fato de que houve um partido egípcio influente em Judá durante o reinado de Ezequias (Is 30.1-7). A mudança radical na constituição e posição política de Israel deve ser lembrada quando da interpretação dos escritos pós-exílicos. Passagens como Ed 4.4ss.; Ne 5.14,15; Zc 7.3-5; 8.19; Ml 1.8, só podem ser explicadas à luz da história contemporânea. Ao mover-se do Antigo Testamento para o Novo, o intérprete irá encontrar uma situação para a qual estará totalmente despreparado, a não ser que tenha estudado o período intertestamentário. Os romanos eram o poder dominante e os idumeus governavam sobre a herança de Jacó. Partidos nunca citados no Antigo Testamento

ocupavam, então, o centro do palco. Havia um Sinédrio judaico que decidia os assuntos de maior importância e uma classe de escribas que havia, praticamente, suplantado os sacerdotes como mestres do povo. Conseqüentemente, todos os tipos de questões são levantadas. Como o estado judeu era constituído? Por qual ironia da História os idumeus se tornaram os governadores reconhecidos do povo judeu? Quais as limitações que a supremacia romana impunha ao governo judeu? Os partidos existentes tinham importância política? Se sim, o que almejavam? Um estudo sobre o passado de Israel dará resposta a essas perguntas. Passagens como Mt 2.22,23; 17.24-27; 22.16-21; 27.2; Jo 4.9 só podem ser explicadas à luz da História.

3. Circunstâncias Religiosas. A vida religiosa de Israel não se deslocou sempre sobre o mesmo plano, não foi sempre caracterizada pela verdadeira espiritualidade. Houve épocas de elevação espiritual logo seguidas por períodos de degradação religiosa e moral. As gerações que serviram a Deus com um espírito humilde e reverente foram repetidamente sucedidas por adoradores de ídolos ou por aqueles que buscavam satisfação no culto hipócrita, da boca para fora. A história da religião de Israel, quando vista como um todo, revela deterioração em vez de progresso, degeneração em vez de evolução.

O período dos juízes foi uma época de sincretismo religioso resultante da fusão entre o culto a Jeová e a adoração do baalismo cananeu. Nos dias de Samuel, a ordem profética começou a se afirmar e a exercer uma influência benéfica sobre a vida espiritual da nação. O período dos reis em Judá foi caracterizado por repetidos declínios e restaurações. A adoração nos altos e, às vezes, a franca idolatria era o pecado habitual do povo. Durante o mesmo período, o pecado típico do reino do norte era a sua adoração ao bezerro, aumentada nos dias de Acabe pela adoração a Melcarte, o Baal fenício. Depois do exílio, a idolatria era rara em Israel, mas sua religião se degenerou para um formalismo frio e uma ortodoxia morta.

Essas coisas devem ser levadas em consideração na interpretação das passagens que se referem à vida religiosa do povo. Além disso, o intérprete deve estar familiarizado com as práticas e instituições religiosas de Israel, como foram regulamentadas pela lei Mosaica. Passagens como Jz 8.28,33; 10.6; 17.6 só podem ser explicadas à luz da história contemporânea. Em 1Sm 2.13-17, o próprio escritor oferece uma explicação histórica da maneira pela qual os filhos de Eli desconsideraram a lei. O motivo por que Jeroboão levantou bezerros em Dã e Betel só pode ser respondido historicamente. A História dá respostas a questões como por que os reis piedosos e profetas de Judá combatiam constantemente a adoração nos altos, enquanto os profetas de Efraim raramen-

te condenavam essa prática. Sem o conhecimento histórico necessário, o expositor achará impossível entender a palavra do anjo a Manoá, "porque o menino será nazireu, consagrado a Deus" (Jz 13.7); a referência de Jeremias ao vale de Hinom como "vale da Matança" (Jr 19.6; comp. 7.31-33); a menção de Miquéias aos "estatutos de Onri" (Mq 6.16); a ordem de Jesus ao leproso de ir e mostrar-se ao sacerdote (Mt 8.4); e sua referência aos "tocadores de flauta, e o povo em alvoroço" (Mt 9.23); e aos que "vendiam bois, ovelhas e pombas, e também os cambistas assentados" (Jo 2.14). É a História que o capacitará a explicar expressões como "sepultados com ele na morte pelo batismo" (Rm 6.4); e, "Pois também Cristo, nosso Cordeiro pascal, foi imolado" (1Co 5.7). O grande significado do conhecimento histórico é percebido quando o intérprete depara com uma passagem como 1Co 15.29, que se refere a um costume sobre o qual não temos conhecimento certo.

D. Circunstâncias Peculiares aos Escritos

Além das circunstâncias gerais da vida do autor, há algumas circunstâncias de caráter mais especial que influenciaram diretamente seus escritos. A interpretação sadia requer, naturalmente, que sejam levadas em consideração de maneira especial.

1. Os Leitores e os Ouvintes Originais. Para o entendimento correto de um escrito ou discurso, é de extrema importância saber a quem ele foi primeiramente dirigido. Isso se aplica particularmente aos livros da Bíblia que têm um caráter circunstancial, como os livros proféticos e as epístolas do Novo Testamento. Esses livros se adaptavam naturalmente às circunstâncias especiais e às necessidades particulares do leitor. O escritor, em vista da necessidade, levava em consideração sua posição social, histórica e geográfica, suas relações comerciais e industriais, vantagens educacionais e sociais, seu caráter moral e religioso e suas idiossincrasias pessoais, seus preconceitos e hábitos de pensamento peculiares. Seu conhecimento dessas coisas se reflete no seu livro. Isso é responsável, em grande parte, pelas diferenças características entre os Evangelhos Sinóticos. A deserção dos gálatas é responsável pela severidade da epístola que Paulo escreveu a eles. A devoção altruísta dos filipenses ao grande apóstolo dos gentios, e sua adesão à sua doutrina, explicam a nota fundamental de gratidão e regozijo que marca a carta que receberam de Paulo, o prisioneiro.

A condição dos leitores originais não apenas determina o caráter geral do escrito, mas explica também muitas das suas particularidades. As divisões

em Corinto claramente deram a Paulo uma ocasião para dizer: "... porque tudo é vosso: seja Paulo, seja Apolo, seja Cefas... tudo é vosso; e vós de Cristo, e Cristo de Deus" (1Co 3.20-23). E quando o apóstolo diz em 1Co 15.32, "Se, como homem, lutei em Éfeso com feras", não é improvável que a forma de expressão tenha sido sugerida pelo fato de tais lutas serem muito comuns em Corinto. A condição da igreja dos gálatas não explica por que Paulo, ele mesmo tendo circuncidado a Timóteo, tenha escrito: "Eu, Paulo, vos digo que, se vos deixardes circuncidar, Cristo de nada vos aproveitará" (Gl 5.2)? Por que ele escreveu "porquanto nele habita corporalmente toda a plenitude da Divindade" (Cl 2.9) aos colossenses e não a outros? Um conhecimento íntimo dos leitores originais irá, freqüentemente, iluminar as páginas de um escrito dirigido a eles de uma maneira surpreendente e inesperada. O mesmo princípio se aplica ao ouvintes originais de um discurso, sendo que eles também devem ser objeto de um estudo especial.

2. O Propósito do Autor. Os escritores dos livros bíblicos naturalmente tinham algum propósito em mente na sua produção e o intérprete, em seu estudo, não deve se esquecer disso. Podemos crer que a mente do escritor estava constantemente fixa nesse propósito e que era guiado por ele na seleção do seu material e na expressão dos seus pensamentos. Assim, o conhecimento do objetivo que ele tinha em mente não somente ajudará no entendimento do livro como um todo, mas também iluminará os detalhes. Elliott observa corretamente: "Descoberto o objetivo, esse irá completar as frases resumidas, lançar luz sobre as obscuridades e detectar o verdadeiro significado quando várias interpretações são possíveis. O objetivo irá ajudar a distinguir o literal do figurado, o relativo do absoluto, e o pensamento principal dos secundários" (*Biblical Hermeneutics*, p.166).

Nem sempre é fácil determinar o objetivo de um escrito. Em alguns casos, o intérprete terá de depender de uma tradição eclesiástica nem sempre confiável, mas deve recebê-la com reservas. Em outros, o próprio autor declara o propósito do seu livro, como Salomão, em Pv 1.2-4; Lucas, em Lc 1.1-4; João, em Jo 20.31 e em Ap 1.1; Pedro, em 1Pe 5.12. Em outros ainda, o conhecimento sobre os leitores originais e as circunstâncias em que viviam, juntamente com a ocasião que motivou composição do livro irão ajudar na descoberta do seu propósito, como 1 Coríntios, 1 Tessalonicenses e Hebreus. Mas há também exemplos em que só a leitura repetida de um livro irá ajudar a detectar seu objetivo. Muitas vezes, certas expressões recorrentes ou observações evidenciam-no. O *eleh toledoth* (essas são as gerações) em Gênesis (cf. 2.4; 5.1; 6.9; 10.1; 11.10; 11.27; 25.19; 36.1; 36.9; 37.2) apontam-no como o livro

das gerações ou inícios. As referências repetidas no Evangelho de João ao modo pelo qual os discípulos foram levados a crer em Cristo e à descrença de outros, nos mostram o objetivo do Evangelho (cf. 2.11; 6.64,68; 7.38; 12.16; 14.1; 16.31; 17.8; 20.29). Assim também, o julgamento feito aos reis de Israel e Judá em sua morte mostra o fato de que os livros de Reis foram escritos para trazerem à luz o quanto os líderes políticos do povo, e conseqüentemente o próprio povo, estavam longe do padrão divino.

3. O Tempo de Vida, as Circunstâncias Especiais e a Disposição de Espírito em que o autor escreveu sua obra são considerações importantes. Embora devamos nos guardar contra o extremo de alguns racionalistas irreverentes que alegam que João escreveu sua primeira epístola quando já era muito velho para pensar de forma clara e lógica, devemos nos lembrar que o Espírito de Deus usou os escritores sagrados de uma forma orgânica, e não fez um jovem escrever como alguém que já tinha vivido até uma idade madura, nem um velho como se estivesse no início da vida. Assim, é natural que as produções literárias daqueles que não haviam ainda cruzado o meridiano da vida tivessem como características a originalidade e a virilidade; e os escritos dos que já estavam sentindo o peso da idade, uma perspectiva séria da vida e uma sabedoria prática. Compare Gálatas com 2 Timóteo e os discursos de Pedro em Atos dos Apóstolos com a sua segunda epístola. Estude também o discurso de despedida de Moisés (Dt 31,32) e as últimas palavras de Davi (2Sm 23.1-7).

As circunstâncias históricas do autor e sua disposição de espírito também influenciaram seus escritos. Isso se aplica não somente aos livros da Bíblia mas também às falas e aos discursos registrados nela. É impossível interpretar a elegia tocante de Davi por ocasião da morte de Saul e Jônatas a não ser à luz da sua profunda reverência pelo ungido do Senhor e do seu grande amor por Jônatas (2Sm 1.19-27). Como alguém pode dar uma explicação adequada às Lamentações de Jeremias a não ser que esteja familiarizado com a triste situação da Cidade Santa e com a tristeza e angústia do desconsolado profeta? O sentimento real e a beleza tocante do Salmo 137 só podem ser entendidos por aquele que percebe o grande afeto dos exilados piedosos por Jerusalém e a saudade melancólica de Sião que enchia o coração deles. Cf. também Jo 14.16; Fp 1.12-35; 2Tm 4.6-18.

Mas, embora o intérprete deva aplicar com gratidão todo o conhecimento histórico que tenha em mãos na interpretação da Bíblia, ele deve ser cuidadoso em não deixar sua imaginação correr solta na exposição da Escritura. O que é puramente fruto da imaginação nunca deve ser apresentado como verdade histórica.

E. Auxílios para a Interpretação Histórica

1. Internos. As principais fontes para a interpretação histórica da Escritura são encontradas na própria Bíblia. Distintamente de todos os outros escritos, ela contém a verdade absoluta e, por essa razão, sua informação merece ser preferida àquelas obtidas de outras fontes. Esse lembrete não é supérfluo tendo em vista o fato de que muitos parecem inclinados a dar mais crédito às vozes da antigüidade vocalizadas pelas recentes descobertas arqueológicas do que à infalível Palavra de Deus. O expositor crente e consciencioso perguntará primeiramente: O que a Bíblia diz?

Em 2Cr 30.1, o rei Ezequias mandou que todo Israel e Judá guardassem a Páscoa. Se o intérprete quer conhecer melhor essa festa, não deve se voltar para Josefo em primeiro lugar, mas sim para passagens da Escritura como Êx 12.1-21; Lv 23.4-14; Nm 28.16ss.; Dt 16.1-8. De acordo com a profecia do anjo a Manoá, Sansão estava destinado a ser um nazireu (Jz 13.5). Mas, o que é um nazireu? A resposta a essa pergunta é encontrada em Nm 6. Zefanias pronunciou julgamento sobre aqueles "que juram por Milcom". 1Rs 11.5,7,33 fala dele como o deus dos amonitas, e Lv 18.21 e 20.2-5 apontam para o fato de que ele era servido com sacrifícios humanos. No Novo Testamento deparamos com o partido dos saduceus e, então, surge a pergunta: O que os caracterizava? As seguintes passagens dão uma resposta, pelo menos parcial, a essa pergunta: Mt 22.23; Mc 12.18; Lc 20.27; At 23.8. Os samaritanos são repetidamente nomeados também e novamente perguntamos: Quem eram eles? O estudo de passagens como 2Rs 17.24-41; Ed 4 e Ne 4 pode nos ajudar.

2. Externos. Se o expositor tiver exaurido todos os recursos da Escritura e ainda precisar de mais informação, ele deve buscar as fontes profanas disponíveis.

a. *Inscrições.* Estas são, indubitavelmente, muito importantes. Elas expõem ao mundo a história de períodos comparativamente desconhecidos e freqüentemente servem para corrigir relatos históricos errôneos. Assim, seria injustificado que o intérprete desconsiderasse a informação que elas transmitem.

1. *Inscrições que se relacionam ao Antigo Testamento.* As inscrições cuneiformes são da maior importância: os relatos da criação e do dilúvio, as Tábuas Tel-el-Amarna, o Código de Hamurabi e as inscrições dos grandes reis assírios e babilônios. Porém, elas não devem ser consideradas como sendo absolutamente confiáveis a partir de um ponto de vista histórico. Por exemplo, geralmente se admite no presente que os relatos dos reis são exagerados e visam ao engrandecimento ou glorificação desses monarcas em vez da verdade his-

tórica. As obras de H. Winckler e E. Schrader contêm coleções valiosas dessas inscrições enquanto relacionam-nas aos conteúdos do Antigo Testamento. As seguintes obras na língua inglesa também são valiosas: Barton, *Archaeology and the Bible*; Naville, *Archaeology and the Old Testament*; Price, *The Monuments and the Old Testament*; Bliss, *The Development of the Palestine Exploration*; Kenyon, *The Bible and Archaeology*; *Noordtzij, Gods Woord en der Feuwen Getuigenis*; Van Deursem, *Het Land van den Bijbel*; Baarslag, *De Bijbelsche Geschiedenis in de Omlijsting van het Oosten.*

2. *Inscrições que se relacionam ao Novo Testamento.* Aqui, as inscrições em papiros e ostracas (tábuas de barro) egípcios, e as encontradas na Ásia Menor têm significado fundamental. As primeiras, no entanto, têm maior valor lingüístico do que histórico, embora não sejam destituídas de interesse histórico; as últimas relacionam-se mais à história do que à linguagem do Novo Testamento. As seguintes obras são algumas das mais importantes e facilmente acessíveis: Deissmann, *Light from the Ancient East*; *ibid.*, *Biblical Studies*; obras de Ramsay, especialmente *The Bearing of Recent Discovery on the Trustworthiness of the New Testament*; Cobern, *The New Archaeological Discoveries and their Bearing upon the New Testament*; Kenyon, *The Bible and the Ancient Manuscripts.*

b. *Outros escritos históricos.* Entre estes, as obras de Josefo, a saber, *Antiguidades Judaicas* e *Guerras Judaicas*, merecem um lugar de honra. Os primeiros dez livros das *Antiguidades* contêm muito pouco que não esteja contido, também, no Antigo Testamento. O valor real da sua maior obra começa com o décimo primeiro livro. A partir desse livro, o autor se refere a muitas fontes não acessíveis no presente, como Berosus, Nicolau de Damasco, Alexandre Polistor, Menandro e outros. Naturalmente, o valor dessa parte de sua obra depende grandemente das fontes que ele usou. É evidente que ele as usou mais ou menos de forma crítica, mas não é absolutamente certo que sua avaliação tenha sido correta. Josefo é freqüentemente acusado de subjetividade e de inexatidão histórica. Porém, parece que, no geral, sua obra é perfeitamente confiável, embora se deva admitir que na parte apologética de sua obra ele favorece os judeus de alguma maneira. O seu *Guerras Judaicas* é considerado como uma obra confiável e muito valiosa. A única objeção a ela é quanto aos números freqüentemente exagerados e quanto ao fato de os feitos heróicos e a magnanimidade dos romanos terem recebido louvor indevido.

A História de Heródoto é valiosa para o estudo do período persa. Mas, mesmo de acordo com o testemunho de seus críticos mais moderados, ela não é sempre confiável e deve ser usada com prudência.

Além disso, o Talmude e os escritos dos rabinos podem servir para elucidar a porção histórica da Bíblia. Lightfoot reuniu uma coleção importante de ditos

judaicos que se relacionam aos conteúdos da Escritura, no seu *Horae Hebraicae et Talmudicae*.

É possível que o expositor, ao estudar essas fontes, ocasionalmente ache que elas entrem, aparentemente, em conflito com a Bíblia. Nesse caso, ele não deve concluir apressadamente que a Escritura está equivocada, mas deve sempre se lembrar que, embora possa haver erro de transcrição, a Bíblia é a Palavra infalível de Deus. Pode ser que nossas fontes extrabíblicas não sejam confiáveis no ponto em questão, ou que entrem em conflito com uma interpretação errônea da passagem escriturística. Assim, sempre que encontrar casos de conflito aparente, o intérprete deve investigar a veracidade dessas fontes profanas, e se isso estiver acima de qualquer dúvida, ele pode ter de revisar suas visões exegéticas, mas também é possível que depare com uma dificuldade insolúvel; que uma fonte aparentemente confiável entre em conflito não com a sua interpretação, mas com a própria Bíblia. Nesse caso, há somente uma saída legítima, ou seja, abraçar fielmente a declaração da Bíblia e esperar pacientemente por uma luz adicional. Não é totalmente impossível, como provam os casos de Sargão e Belsazar, que uma fonte aparentemente confiável prove ser, no final das contas, indigna de confiança.

Exercícios:

Explique as seguintes passagens historicamente, isto é, à luz das circunstâncias geográficas, políticas ou religiosas, ou a partir do ponto de vista do objetivo de um livro, do ambiente do autor, sua idade ou disposição de espírito: Gn 23.3-16; Dt 32.11; 1Sm 15.2,3; 2Sm 21.1-6; 2Rs 17.4; Ed 7.21; Ne 2.10,19; Et 3.8; Sl 2.6; 9.14; 11.1; 22.16; 29.3-9; 63.1; 99.1; 125.1,2; Pv 29.23; Ct 4.16; Is 3.16; 20.1; Os 7.11; 10.5; Jl 1.9; 2.20,23; Mq 3.5-8; Mt 1.19; 5.20; 23.37,38; Lc 2.1-3; 13.1; Jo 1.21; 1Co 10.21; Gl 3.3; Cl 2.16-18; 2Tm 4.6-8.

Bibliografia:

Davidson, *Sacred Hermeneutics*, pp. 320-333; Terry, *Biblical Hermeneutics*, pp. 129-140; Lutz, *Biblische Hermeneutik*, pp. 228-274; Immer, *Hermeneutics*, pp. 259-330.

VII. Interpretação Teológica

A. Nome

Muitos escritores de Hermenêutica acham que as interpretações gramatical e histórica preenchem todos os requerimentos para a interpretação adequada da Bíblia. Eles não consideram o caráter teológico especial dessa disciplina. Há outros, no entanto, que são conscientes da necessidade de se reconhecer um terceiro elemento na interpretação da Escritura. Kuyper enfatiza a necessidade de se reconhecer o fator *místico* na interpretação da Escritura (*Theol. Enc.* III, p. 101ss.), e Bavinck insiste em que a Bíblia deve ser lida *teologicamente* (*Dogm.* I, p. 471). Klausen e Landerer falam do *teológico* e Cellerier e Sikkel, da *interpretação escriturística*. Todos eles estão de acordo quanto ao desejo de fazer justiça ao elemento teológico especial da Bíblia e se recusam a nivelá-la a outros livros.

A Escritura contém muita coisa que não encontra explicações na História e nem nos autores secundários, mas tão-somente em Deus como o *Auctor primarius*. As considerações puramente psicológicas e históricas não explicarão os seguintes fatos: (1) que a Bíblia é a Palavra de Deus; (2) que ela constitui um todo orgânico, do qual cada livro individual é uma parte integral; (3) que o Antigo e o Novo Testamento estão relacionados um com o outro como tipo e antítipo, profecia e cumprimento, embrião e desenvolvimento perfeito; e (4) que não só as declarações da Bíblia, mas também o que pode ser deduzido a partir dela pela lógica, constitui a Palavra de Deus. Em vista de tudo isso, não é só perfeitamente justificado, mas absolutamente necessário, complementar a interpretação gramatical e histórica usual com uma terceira interpretação.

O nome "Interpretação teológica" merece preferência, uma vez que expressa o fato de que a sua necessidade parte da autoria divina da Bíblia e da consideração igualmente importante de que, em última análise, Deus é o intérprete adequado da sua Palavra. Os seguintes temas requerem discussão: (1) A interpretação da Bíblia como uma unidade; (2) O sentido místico da Escritura; (3) As implicações da Bíblia; e (4) Auxílios para a interpretação teológica.

B. A Bíblia como uma Unidade

1. A Relação Entre o Antigo e o Novo Testamento. Em vista da tendência atual de se enfatizar a diversidade dos conteúdos da Bíblia, nunca é demais chamar a atenção para o fato de que ela deve ser interpretada como uma unidade. A primeira questão que confronta o intérprete é a da relação entre o Antigo e o Novo Testamento. A história passada revelou duas visões opostas que se afirmaram e reafirmaram repetidamente de várias formas. Houve o erro antinomiano de, por um lado, atribuir muito do elemento carnal ao Judaísmo, e de outro, a falácia nomística de impor Judaísmo em excesso ao Cristianismo. O primeiro elevava o Cristianismo à custa da religião judaica, à qual atribuía um caráter temporal, externo e puramente nacional e, ao fazer isso, promovia a idéia de que o Antigo Testamento não tinha validade permanente. O outro concebia o Novo Testamento como uma *nova lex*, algo da ordem do Antigo Testamento e que, no curso do tempo, levou à instituição de um sacerdócio separado, à construção de altares nos quais os sacrifícios eram novamente apresentados e à consagração de tempos e lugares sagrados.

Em oposição a esses pontos de vista, é necessário enfatizar a unidade da Bíblia. Tanto o Antigo como o Novo Testamento, são partes essenciais da revelação especial de Deus. Deus é o autor de ambos e em ambos tem o mesmo propósito em mente. Ambos contêm a mesma doutrina da redenção, pregam o mesmo Cristo e impõem as mesmas obrigações religiosas e morais ao ser humano. Ao mesmo tempo, a revelação que eles contêm é progressiva e aumenta gradualmente em definição, clareza e concepção espiritual. Assim como o Novo Testamento está implícito no Antigo, o Antigo está explícito no Novo. Portanto, dizemos que:

a. *O Antigo e o Novo Testamento constituem uma unidade.*

1. *A doutrina da redenção era essencialmente a mesma para aqueles que viviam sob a antiga aliança como é para a Igreja do Novo Testamento.* Algumas vezes isso é esquecido por aqueles que, embora reconhecendo o elemento tipológico do Antigo Testamento, perdem de vista o caráter simbólico de muitas das suas instituições e cerimônias. Eles vêem nas instituições cerimoniais, nos ritos e nas transações do Antigo Testamento só as formas exter-

nas que não tinham significado espiritual e exercícios corporais de pouco proveito, enquanto, na verdade, essas cerimônias eram símbolos de verdades espirituais. Os sacrifícios apresentados falavam do perdão de pecados baseado no sangue expiatório de Cristo, e as constantes lavagens simbolizavam a influência purificadora do Espírito Santo. O Tabernáculo, como um todo, era uma revelação do caminho que conduzia a Deus, e a própria Canaã era um símbolo do descanso reservado para o povo de Deus. As seguintes passagens provam que os israelitas tinham algumas concepções do significado espiritual dos seus ritos e cerimônias: Lv 26.41; 20.25,26; Sl 26.6; 51.7,16,17; Is 1.16.

2. *Os verdadeiros israelitas no Antigo Testamento, assim como no Novo, não são os descendentes naturais de Abraão, mas somente aqueles que compartilham sua fé.* Na eleição de Israel, Deus, em última análise, não visou à separação de Israel como uma nação, mas à formação de um povo espiritual, primariamente reunido da raça escolhida, mas também em parte das nações vizinhas. Desde os tempos antigos, os prosélitos eram incorporados a Israel. Salomão, na sua oração dedicatória, não se esqueceu dos estrangeiros que poderiam vir adorar no templo (1Rs 8.41ss.); e os profetas ansiaram com expectativa jubilosa o tempo em que os gentios também iriam apresentar seus tesouros no templo do Senhor.

3. *A diferença entre os privilégios e as obrigações do povo de Deus do Antigo e do Novo Testamento era puramente relativa e não absoluta.* É verdade que ocasionalmente o Antigo e o Novo Testamento são contrastados na Bíblia. Isso é possível devido ao fato de um enfatizar a lei, e o outro, a graça. Mas não há antítese absoluta. Mesmo no Antigo Testamento a lei era subserviente ao pacto da graça. Ela não era puramente uma regra externa; o israelita piedoso a tinha gravada nas tábuas do seu coração (Sl 37.31; 40.8). Eles não eram salvos de uma forma diferente da dos crentes do Novo Testamento. Eles precisavam do mesmo Mediador e do mesmo Espírito Santo, e receberam as mesmas bênçãos do pacto da graça, embora não tão abundantemente nem exatamente da mesma forma. O Antigo e o Novo Testamento são relacionados um ao outro não meramente como tipo e antítipo, mas também como botão e flor, como uma revelação primitiva e uma mais perfeita.

4. *As ordenanças do antigo e do novo pacto se distinguem apenas por diferenças relativas como, por exemplo, a correspondência em natureza à mudança na economia divina e na condição espiritual daqueles colocados sob ela.* No Antigo Testamento, a circuncisão e a páscoa, os sacrifícios e as purificações não eram simplesmente instituições carnais pertinentes ao corpo, meras sombras da realidade vindoura. Eram também pertinentes à consciência; e a participação aceitável neles requeria fé por parte do adorador.

É verdade que, como a epístola aos Hebreus diz, "no tocante à consciência, sejam ineficazes para aperfeiçoar aquele que presta culto" (Hb 9.9). Mas isso não significa que eles estavam preocupados apenas com a purificação da carne. Essa purificação não teria tido significado para alguém culpado de fraude, opressão, engano e falso juramento. Porém, o perdão para esses pecados era obtido por intermédio das ofertas designadas. Elas tinham um significado espiritual, assim como o batismo e a Ceia do Senhor na dispensação do Novo Testamento, mas, naturalmente, somente em conexão com o sacrifício perfeito de Jesus Cristo que viria.

b. *Na interpretação do Antigo e do Novo Testamento em suas relações mútuas, o intérprete deve ser guiado por considerações definidas.*

1. *O Antigo Testamento oferece a chave para a interpretação correta do Novo.* Os conteúdos do Novo Testamento são o fruto de um longo desenvolvimento anterior. O Antigo Testamento, por exemplo, contém o relato da criação e da queda do homem em pecado, do estabelecimento do pacto da graça e do prenúncio da chegada do Redentor. Tudo isso é pressuposto no Novo Testamento e o conhecimento disso é pré-requisito para o seu entendimento adequado. Além do mais, o Antigo Testamento contém muitos elementos que servem para ilustrar as passagens do Novo Testamento. Cf Jo 3.14,15; Rm 4.9-13; Hb 13.10-13.

2. *O Novo Testamento é um comentário sobre o Antigo.* Enquanto o Antigo Testamento contém apenas uma representação obscura das realidades espirituais, o Novo Testamento as apresenta na luz perfeita da plenitude dos tempos. Um contém tipos, o outro antítipos; um, profecia, o outro, cumprimento. A revelação mais perfeita do Novo Testamento ilumina as páginas do Antigo. Algumas vezes, os escritores do Novo Testamento fornecem explicações explícitas e surpreendentes das passagens do Antigo Testamento e revelam profundidades que poderiam facilmente ter escapado ao intérprete. Cf. At 2.29-31; Mt 11.10; 21.42; Gl 4.22-31; e toda a epístola aos Hebreus.

3. De um lado, *o intérprete deve tomar cuidado para não diminuir a importância do Antigo Testamento.* Esse foi o erro daqueles que tinham uma concepção demasiadamente carnal de Israel e de suas instituições religiosas, dos privilégios e obrigações do povo de Deus do Antigo Testamento. Esse é o erro de muitos atualmente que consideram o Antigo Testamento simplesmente como o fruto do desenvolvimento histórico e que, em alguns casos, declaram ousadamente que ele está ultrapassado agora que temos o Novo Testamento.

4. Por outro lado, *o intérprete deve cuidar para não ver no Antigo Testamento o que não está lá.* Isso é feito, por exemplo, sempre que os detalhes da obra da redenção, como revelados no Novo Testamento, são interpretados no Antigo Testamento. Muitos intérpretes, por exemplo, já encontram em

Gn 3.15 a promessa de um Redentor *pessoal*. A grande questão para o exegeta é o quanto Deus revelou de fato em qualquer passagem particular. Isso só pode ser determinado por meio de um estudo cuidadoso da passagem em questão, do seu contexto peculiar e da sua relação com o estágio exato da revelação progressiva de Deus a que pertence.

2. O Significado dos Diferentes Livros da Bíblia no Todo da Escritura.

a. *Considerações Gerais*. A Palavra de Deus é uma produção orgânica e, conseqüentemente, os livros separados que a constituem são organicamente relacionados uns aos outros. O Espírito Santo dirigiu os autores humanos na escrita dos livros da Bíblia de tal modo que suas produções fossem mutuamente complementares. Eles são um registro da obra que Deus, na execução do seu plano divino, realizou em Cristo para a redenção de um povo que iria glorificá-lo eternamente. O Antigo Testamento revela essa obra historicamente, em primeiro lugar, na formação e direção de Israel como uma nação. Os livros poéticos e a literatura de sabedoria revelam seu fruto nas experiências espirituais e na vida prática do povo de Deus. E os profetas a viram à luz do conselho eterno de Deus, enfatizando a falha do povo em viver à altura dos requerimentos divinos e dirigindo a esperança dos piedosos para o futuro. Uma linha de desenvolvimento semelhante atravessa o Novo Testamento. Os Evangelhos e Atos contêm a história da obra da redenção em Cristo. As epístolas revelam o efeito dessa obra na vida e na experiência das igrejas. E Apocalipse expõe seu tema final nos raios da luz celestial.

b. *Exemplos Específicos*. Essas considerações gerais levam à seguinte pergunta: *Como cada livro se relaciona à Bíblia como um todo?* A resposta a essa pergunta só pode ser encontrada por meio de um estudo cuidadoso dos livros, em conexão com as idéias dominantes da Escritura. O intérprete deve almejar descobrir não só a mensagem que cada livro contém para os contemporâneos do autor, mas o seu valor permanente, a palavra de Deus transmitida para todas as gerações futuras. A título de ilustração, apresentamos em seguida as principais idéias de alguns dos livros da Bíblia. Gênesis fala da criação do homem à imagem de Deus a todas as eras até o fim dos tempos; fala da entrada do pecado no mundo e da revelação inicial da graça redentora de Deus. Êxodo dá a conhecer às sucessivas gerações de homens e mulheres a doutrina da libertação por meio do derramamento de sangue, enquanto Levítico ensina como o ser humano pecador pode se aproximar de Deus e se colocar em sua presença santa. Números retrata a peregrinação do povo de Deus e

Deuteronômio mostra as bênçãos que acompanham uma vida de obediência a Deus e a maldição que espera o infiel. O livro de Jó oferece uma solução para o problema do sofrimento na vida do povo de Deus; os Salmos fornecem um discernimento quanto às experiências espirituais do povo de Deus – suas lutas e seus triunfos, seus regozijos e suas tristezas. Se Isaías descreve o amor de Deus pelo seu povo, Jeremias oferece uma revelação da sua justiça. Enquanto Ezequiel enfatiza a santidade do Senhor, que iria santificar seu Nome entre as nações, Daniel revela a glória do Senhor, exaltado acima de todos os reis da terra. Na epístola aos Gálatas, Paulo defende a liberdade do povo de Deus em contraste com o cerimonialismo do Antigo Testamento. Enquanto, em sua carta aos Efésios, ele chama a atenção para a unidade da Igreja, na dos Colossenses ele exalta a Cristo como o cabeça da Igreja.

Se o intérprete estudar os livros da Bíblia com essas idéias dominantes em mente, isso o ajudará grandemente a ver, por exemplo, que Paulo e Tiago não ensinam doutrinas conflitantes, mas simplesmente vêem a mesma verdade a partir de aspectos diferentes e que se completam mutuamente.

C. O Sentido Místico da Escritura

O estudo do sentido místico da Escritura nem sempre tem sido caracterizado pela precaução necessária. Alguns expositores defendem a posição insustentável de que cada parte da Bíblia tem, além do seu sentido literal, também um sentido místico. Outros rechaçaram essa posição injustificada e foram para o extremo de negar completamente a existência de qualquer sentido místico. Estudiosos mais cuidadosos, no entanto, preferiram adotar uma posição intermediária de que certas partes da Escritura têm um sentido místico que, nesse caso, não constitui um segundo sentido, mas o sentido real da Palavra de Deus. A necessidade de se reconhecer o sentido místico é completamente evidente a partir do modo como o Novo Testamento freqüentemente interpreta o Antigo. As obras de Turpie, *The New Testament View of the Old* e *The Old Testament in the New*, a de J. Scott, *Principles of New Testament Quotation* e a de F. Johnson, *The Quotations of the New Testament from the Old* são instrutivas quanto a esse aspecto.

1. Elementos para se Descobrir o Sentido Místico. O Dr. Kuyper diz que o intérprete, na sua tentativa de descobrir o sentido místico, deve ter em mente que:

a. *A própria Escritura contém indicações de um sentido místico.* Por exemplo, é bem conhecido o fato de que o Novo Testamento interpreta mes-

sianicamente várias passagens do Antigo Testamento e que, ao fazer isso, não somente aponta para a presença do sentido místico nessas passagens particulares, mas também sugere que as passagens dessa categoria devem ser interpretadas de maneira semelhante.

b. *Existe uma relação simbólica entre as diferentes esferas da vida em virtude do fato de que toda a vida está organicamente relacionada.* O mundo natural está simbolicamente relacionado ao espiritual: a vida atual, com as glórias veladas da vida vindoura. Assim, Paulo em Efésios 5 mostra o casamento como um mistério indicativo da relação entre Cristo e a Igreja.

c. *A História é caracterizada pela unidade diorâmica em virtude da qual os eventos análogos reaparecem freqüentemente, embora com modificações sutis, e essas repetições são, mais ou menos, tipicamente relacionadas.* Israel foi um povo típico e a história do povo antigo de Deus é rica em elementos típicos. Isso é provado claramente por muitas citações do Antigo Testamento no Novo, por passagens como Gl 4.22-31, e por toda a epístola aos Hebreus.

d. *Uma relação íntima entre a vida individual e a comunitária claramente se revela na poesia lírica.* Nos salmos líricos, os poetas sacros não cantam como indivíduos separados, mas como membros da comunidade. Eles compartilham das alegrias e tristezas do povo de Deus que são, em última análise, as alegrias e tristezas daquele em quem a Igreja encontra seu laço de união. Isso é evidente nos salmos em que escutamos, alternadamente, o poeta, a comunidade e o Messias.

2. Extensão do Sentido Místico. O sentido místico da Bíblia não é limitado a qualquer livro da Bíblia nem a qualquer uma das maneiras fundamentais de revelação de Deus como, por exemplo, a profecia. Ele é encontrado em vários escritos bíblicos, nos livros históricos, nos poéticos e também nos proféticos. Seu caráter pode ser mais bem revelado por uma breve discussão sobre: (1) A Interpretação Simbólica e Tipológica da Escritura; (2) A Interpretação da Profecia; (3) A Interpretação dos Salmos.

D. A Interpretação Simbólica e Tipológica da Escritura

Deus se revelou não somente em palavras, mas também em fatos. Os dois caminham juntos e se complementam mutuamente. As palavras explicam os fatos e os fatos dão formas concretas às palavras. A síntese perfeita dos dois é encontrada em Cristo, porque nele a Palavra se fez carne. Todos os fatos da história da redenção registrados na Bíblia centralizam-se nesse grande fato.

As várias linhas da revelação do Antigo Testamento convergem para ele e as da revelação do Novo Testamento dele se irradiam. Só no seu centro unificador, Jesus Cristo, é que as narrativas da Escritura podem ser explicadas. O intérprete só as irá entender verdadeiramente quando discernir a sua relação com o grande fato central da História Sagrada.

Segue-se do que foi dito que o expositor não pode se acomodar com um mero entendimento das narrativas escriturísticas como tal. Ele deve descobrir o significado subjacente aos fatos como o chamado de Abraão, a luta de Jacó com o anjo, a libertação de Israel do Egito, a profunda humilhação pela qual Davi passou antes de subir ao trono. Deve-se fazer justiça total ao caráter simbólico e tipológico da história de Israel. Além disso, na interpretação dos milagres bíblicos, não se deve esquecer que eles estão intimamente associados à obra da redenção. Em alguns casos, eles simbolizam a obra redentora de Cristo; em outros, eles prefiguram as bênçãos da era vindoura. Em suma, o intérprete deve determinar o significado dos fatos da História como uma parte da revelação da redenção de Deus.

1. Os Fatos Podem Ter um Significado Simbólico. Os fatos ou os acontecimentos históricos podem servir como símbolos de uma verdade espiritual. Um símbolo (de *sun* e *ballo*) não é uma imagem, mas um sinal de alguma outra coisa. E isso, em muitos casos, é o que as narrativas da Escritura são. Alguns exemplos podem ilustrar isso. Observe a luta de Jacó revelada em Gn 32.24-32 e citada em Os 12.2-4. Qual é o significado desse incidente? Ele não pode ser entendido até que seja contemplado como um símbolo do fato de que Jacó, embora herdeiro das promessas de Deus, lutou todo o tempo com Deus e buscou alcançar o sucesso por meio da sua própria força e astúcia, sendo-lhe ensinado, ao ficar incapacitado, que sua carreira de esforço pessoal e resistência a Deus era fútil; e que ele devia recorrer ao uso das armas espirituais, particularmente a arma da oração, a fim de obter a bênção de Jeová. Sua força foi quebrada para que nele se manifestasse o poder de Deus.

Ou então, tome um dos milagres do Salvador. De acordo com Jo 6.1-13, Jesus alimentou uma multidão de mais de 5000 pessoas de forma miraculosa. Considerar esse milagre como uma mera prova da onipotência do Senhor é errar em sua interpretação da mesma maneira que erraram os judeus nos dias de Jesus. Eles não enxergaram o fato de que isso era um sinal que apontava para a suficiência de Jesus como o pão celestial, para satisfazer a alma faminta dos homens. O próprio Cristo revela claramente o significado desse milagre em seu discurso em Cafarnaum, no dia seguinte. Os milagres escriturísticos são, freqüentemente, símbolos de verdades espirituais. O próprio nome

semeia aponta para isso, e algumas das passagens dos Evangelhos indicam isso de modo muito claro. Cf. Jo 9.1-7; esp. v.5; 11.17-44, esp. vs. 25, 26.

2. Os Fatos Podem Ter Significado Tipológico. Quando Abraão ofereceu seu filho no Monte Moriá, ele realizou uma ação tipológica. Davi, como rei teocrático, foi claramente um tipo do seu grande filho. A serpente levantada no deserto apontava em direção à elevação de Cristo na cruz. E a entrada do sumo sacerdote no santo dos santos uma vez por ano para fazer expiação pelo pecado do povo prefigurava aquele que, na plenitude do tempo, entrou no santuário celestial com o seu próprio sangue, obtendo, assim, uma redenção eterna. Em relação aos tipos, que ocupam um lugar importante na Bíblia, surgem duas questões: (a) O que é um tipo? e (b) Quais são as regras que se aplicam à sua interpretação?

a. *As características dos tipos*. O que é um tipo? Uma resposta correta a essa pergunta irá nos proteger contra o erro de, por um lado, limitar demais o elemento tipológico e, por outro, ampliá-lo indevidamente. A palavra "tipo" (do grego *tupos*, derivado do verbo *tupto*), denota (1) a marca de um golpe; (2) uma impressão, a marca deixada por um molde – portanto uma figura, uma imagem; e (3) um exemplo ou modelo, que é o significado mais comum na Bíblia. Tanto os tipos como os símbolos apontam para alguma outra coisa. Eles, no entanto, diferem em pontos importantes . Um símbolo é um sinal, enquanto um tipo é um modelo ou uma imagem de alguma outra coisa. Um símbolo pode se referir a algo do passado, presente ou futuro, enquanto um tipo sempre prefigura algo da realidade futura. Davidson diz: "Um símbolo é um fato que ensina uma verdade moral. Um tipo é um fato que ensina uma verdade moral e prediz alguma realização efetiva dessa verdade" (*Old Testament Prophecy*, p. 229). Os tipos escriturísticos não são todos da mesma espécie. Há pessoas típicas, lugares típicos, coisas típicas, ritos típicos e fatos típicos. De acordo com Terry, a idéia fundamental é a da "relação representativa preordenada que certas pessoas, acontecimentos e instituições do Antigo Testamento têm com pessoas, acontecimentos e instituições correspondentes no Novo" (*Biblical Hermeneutics*, p. 246).

As três características seguintes são geralmente dadas pelos escritores de tipologia: (1) Deve haver algum ponto realmente notável de semelhança entre um tipo e seu antítipo. Quaisquer que sejam as diferenças, o primeiro deve ser um retrato verdadeiro do último em algum ponto particular. (2) O tipo deve ser designado por mandato divino para ter uma semelhança com o antítipo. A similaridade acidental entre uma pessoa ou um acontecimento do Antigo e do Novo Testamento não significa que um seja tipo do outro. Deve haver alguma evi-

dência escriturística de que isso foi assim designado por Deus. Isso não é equivalente à posição de Marsh que insistia em que nada deveria ser considerado típico se não fosse expressamente assim designado no Novo Testamento. Se esse critério estivesse correto, por que, então, não aplicá-lo também às profecias do Antigo Testamento? (3) Um tipo sempre prefigura algo futuro. Moorehead disse corretamente: "Um tipo escriturístico e a profecia preditiva são, em substância, a mesma coisa, diferindo somente na forma" (Artigo, "Type", *in The International Standard Bible Encyclopedia*). Isso o distingue de um símbolo. No entanto, é bom nos lembrarmos que os tipos do Antigo Testamento eram, ao mesmo tempo, símbolos que transmitiam verdades espirituais aos contemporâneos, uma vez que seu significado simbólico devia ser entendido antes que o significado tipológico pudesse ser determinado.

b. *A interpretação dos tipos*. Na interpretação dos símbolos e tipos se aplicam as mesmas regras gerais que regem a interpretação das parábolas. Portanto, podemos nos referir a elas. Mas há certas considerações especiais a serem lembradas.

1. O intérprete deve se proteger contra o erro de considerar uma coisa que é má em si mesma como um tipo de algo bom e puro. Deve haver congruência. A representação das roupas de Esaú, que Jacó vestia quando enganou seu pai e recebeu a bênção, como um tipo da justiça com a qual Cristo adorna seus santos, choca o nosso senso moral. Naturalmente há tipos *in malam partem* de antítipos semelhantes. Cf. Gl 4.22-31.

2. Os tipos do Antigo Testamento eram, ao mesmo tempo, símbolos e tipos; isso porque eles eram, em primeiro lugar, símbolos expressivos de verdades espirituais. A verdade representada por esses símbolos aos contemporâneos era a mesma que prefigurava como tipos, embora erguida a um nível mais elevado na sua realização futura. Conseqüentemente, o modo adequado de se entender um tipo é pelo estudo do símbolo. A primeira questão a ser decidida é sobre que verdades morais ou espirituais os símbolos transmitiam aos israelitas. Só depois que isso tiver sido respondido de forma satisfatória é que o expositor deve prosseguir para questões posteriores quanto ao modo como essa verdade foi concebida num plano mais elevado no Novo Testamento. Dessa maneira, os limites na interpretação do tipo já se encontram estabelecidos. Reverter o processo e começar com a concepção do Novo Testamento conduz a todos os tipos de interpretações arbitrárias e imaginosas. Por exemplo, alguns intérpretes encontraram no fato de a serpente de bronze ter sido feita de um metal inferior uma figura da insignificância externa de Cristo ou sua aparência humilde; na sua solidez, um sinal da sua força divina; e no seu brilho ofuscado, uma prefiguração do véu da sua natureza humana.

3. Mas, tendo aprendido os limites próprios dos tipos a partir do estudo da sua importância simbólica, a verdade exata que transmitiam ao povo de Deus do Antigo Testamento, o intérprete terá de se voltar para o Novo Testamento para um discernimento real quanto à verdade tipificada. É evidente que os tipos apresentavam a verdade de modo velado, enquanto no Novo Testamento, as realidades dispersam as sombras e apresentam a verdade com brilho resplandecente. Se as profecias só podem ser completamente entendidas à luz do seu cumprimento, isso também se aplica aos tipos. Observe quanta luz adicional a epístola aos Hebreus lança sobre as verdades incorporadas no tabernáculo e na sua mobília.

4. É princípio fundamental que os tipos que não têm natureza complexa têm apenas um significado principal. Conseqüentemente, o intérprete não tem liberdade para multiplicar seus significados e fazer, por exemplo, com que a passagem do Mar Vermelho, considerada como um tipo do batismo, se refira (a) ao sangue expiatório de Cristo que oferece um caminho seguro para a Canaã celestial e (b) às provas pelas quais Cristo conduz seu povo ao descanso eterno. Ao mesmo tempo, deve ser lembrado que alguns tipos podem ter mais de um cumprimento nas realidades do Novo Testamento, por exemplo, um em Cristo e outro no povo organicamente relacionado a ele. A habitação de Deus entre os filhos de Israel era um tipo da sua habitação temporária entre os homens em Cristo, e da sua habitação na congregação dos seus santos. As duas idéias são fundamentalmente uma e, dessa maneira, estão exatamente de acordo entre si.

5. Finalmente, é necessário considerar devidamente a diferença essencial entre tipo e antítipo. Um representa a verdade num estágio inferior, o outro, a mesma verdade num estágio superior. Passar do tipo para o antítipo é ascender daquele em que o carnal é preponderante para o puramente espiritual, do externo para o interno, do presente para o futuro, do terreno para o celestial. Roma perdeu isso de vista quando encontrou na missa o antítipo dos sacrifícios do Antigo Testamento; na sucessão apostólica de padres e bispos, o antítipo do sacerdócio; e no papa, o antítipo do sumo sacerdote.

Exercícios:

Qual era o significado simbólico dos seguintes acontecimentos ou sinais?

As colunas de nuvem e fogo (Êx 13.21); a história da incredulidade e rejeição de Israel em Cades-Barnéia (Nm 14); a travessia do Jordão (Js 3); a ressurreição dos ossos secos (Ez 37.1-14); o casamento de Oséias (Os 1); Josué vestido com roupas imundas (Zc 3); a purificação do templo (Jo 2.13-25); a cura do homem cego de nascença (Jo 9); a ressurreição de Lázaro (Jo 11); o dom de línguas (At 2).

Qual era o significado típico dos seguintes acontecimentos ou coisas? A Páscoa; o tabernáculo; o altar das ofertas queimadas; o candelabro de ouro; o sumo sacerdote; o sábado; a cerimônia especial do Dia da Expiação; Moisés; Josué; Davi; Salomão.

Bibliografia:

Fairbairn, *Typology*; Moorehead, *Studies in the Mosaic Institutions*; Schouten, *De Tabernakel, Gods Heiligdom bij Israel*; White, *Christ in the Tabernacle*; Newton, *The Tabernacle*; Atwater, *Sacred Tabernacle of the Hebrews*; Terry, *Biblical Hermeneutics*, pp. 244-303; e várias obras sobre Arqueologia.

E. A Interpretação da Profecia

No estudo da profecia, o expositor encontra alguns dos problemas mais difíceis de interpretação. Esses resultam em parte do caráter da profecia e, em parte, da maneira em que é freqüentemente apresentada. Há duas visões opostas de profecia que devem ser cuidadosamente evitadas. Uma é a promovida por Butler e adotada por muitas seitas nos dias de hoje, isto é, que "a profecia nada mais é do que a história de acontecimentos antes de eles terem acontecido". Nesse ponto de vista, a profecia deve ser estudada como História Sagrada e seu cumprimento literal pode ser confiantemente esperado. A outra visão é a de muitos racionalistas, isto é, que a profecia preditiva é simplesmente o fruto de uma intuição ou pressentimento, como os que freqüentemente caracterizam os grandes estadistas. Os extremistas chegam até mesmo a negar completamente a existência dessas profecias e consideram casos delas como *vaticinia post eventum* (predições depois do fato). *A profecia pode ser definida simplesmente como a proclamação do que Deus revelou.* O profeta recebeu revelações especiais de Deus e, por sua vez, as transmitiu ao povo. Essas revelações serviam para explicar o passado, elucidar o presente e revelar o futuro. Seu interesse estava sempre centrado no Reino de Deus ou na obra de redenção por intermédio de Cristo. Os profetas recebiam um discernimento quanto ao conselho de Deus por meio de sonhos, visões, sugestões interiores ou comunicações orais; e eles comunicavam essa mensagem ao povo por simples declarações ou pela descrição de seus sonhos e visões ou, ainda, por ações simbólicas. Dois pontos pedem consideração especial: (1) As características especiais da profecia; e (2) As regras para a interpretação da profecia.

1. Características Especiais da Profecia. As peculiaridades seguintes são as mais importantes que o intérprete deve ter em mente.

a. *A profecia como um todo tem um caráter orgânico.* É igualmente absurdo negar completamente o elemento preditivo e considerar a profecia meramente como uma coleção de predições aforísticas. Os profetas nem sempre predisseram fatos particulares, mas freqüentemente anunciavam idéias gerais que eram gradualmente cumpridas. Algumas das profecias mais importantes foram expressas primeiramente em termos gerais, mas, no curso da revelação progressiva de Deus, cresceram em minuciosidade e definição, como notamos nas de caráter messiânico. Elas lembram o botão que se abre gradualmente e se torna uma linda flor.

b. *A profecia está intimamente relacionada à História.* Para que seja entendida, ela deve ser vista no seu contexto histórico. Os profetas tinham, primeiramente, uma mensagem para seus contemporâneos. Eles eram vigias sobre os muros de Sião para guiar os destinos do povo antigo de Deus e para protegê-lo contra o perigo da apostasia. É um erro, de ocorrência freqüente no passado, considerar os profetas como personalidades abstratas que não viviam em contato com seu ambiente. No presente, o pêndulo está oscilando na direção oposta e se torna necessário prevenir contra a idéia de que a História explicará tudo sobre os profetas. O profeta antigo freqüentemente descobria ocasiões históricas que transcendiam os limites da História.

c. *A profecia tem sua própria perspectiva.* O elemento tempo é uma quantificação insignificante para os profetas. Embora as designações de tempo não estejam completamente ausentes, seu número é excepcionalmente pequeno. Os profetas comprimiam grandes eventos num breve espaço de tempo, juntavam movimentos significativos num sentido temporal e assimilavam-nos num simples relance. Isso é chamado de "perspectiva profética", ou como Delitzsch a chama, "o encurtamento do horizonte do profeta". Eles consideravam o futuro como o viajante considera uma cordilheira a distância. Imaginavam que o cume de uma montanha surgia logo atrás de outra enquanto, na realidade, estão separadas por quilômetros. Cf. as profecias a respeito do Dia do Senhor e das duas vindas de Cristo.

d. *As profecias são freqüentemente condicionais,* isto é, seu cumprimento depende, em muitos casos, das ações contingentes dos homens. Alguns estudiosos atribuíram um caráter condicional a todas as predições e encontraram nisso uma explicação pronta para o não-cumprimento de um grande número. Mas essa visão é errônea. Esse caráter condicional só pode ser atribuído às profecias que se referem ao futuro próximo e isso, conseqüentemente, poderia ser condicionado à livre ação dos contemporâneos do profeta. Segue-se, a partir da natureza do caso, que as profecias que se referem ao futuro distante não são condicionadas. Deve ser lembrado que uma profecia pode ser condicional embora a condição não seja expressa. Cf. Jr 26.17-19; 1Rs 21.17-29; Jn 3.4,10.

e. *Embora os profetas freqüentemente tenham se expressado simbolicamente, é errôneo considerar sua linguagem como sendo completamente simbólica.* Eles não elaboraram uma espécie de alfabeto simbólico ao qual recorriam habitualmente na expressão de seus pensamentos, como alguns escritores sobre profecia supõem. Até mesmo P. Fairbairn cai nesse erro quando diz que "nas profecias do Antigo Testamento e no livro de Apocalipse, as nações são uma designação comum para os reinos mundanos, as estrelas para os poderes governantes, os mares agitados e revoltos para as nações tumultuosas, as árvores para os mais altos graus da sociedade, assim como o pasto para os mais baixos, correntezas para os meios de vida e refrigério, etc." (*On Prophecy*, p. 143). É mais seguro assumir a posição de Davidson: "Quando Joel fala de gafanhotos, ele quer dizer gafanhotos. Quando ele fala de sol, lua e estrelas, refere-se a esses astros. Quando ele diz, 'Como geme o gado!', ele quis dizer gado e não, como Hengstenberg pensa, nações do mundo pagão, fora do pacto" (*Old Testament Prophecy*, p. 171). Quando os profetas se expressam simbolicamente, o contexto normalmente irá indicar isso. Algumas vezes ele o declara expressamente como em Dn 8 e Ap 17. *Como regra, a linguagem dos profetas deve ser entendida literalmente.* As exceções a essa regra devem estar fundamentadas na Escritura.

f. *Os profetas vestiram seus pensamentos com as formas derivadas da dispensação a que pertenciam,* isto é, da vida, constituição e história de seu próprio povo. Em vista desse fato, a pergunta que surge naturalmente é se a forma era essencial para que a profecia se cumprisse nos termos exatos em que havia sido pronunciada. Embora fosse natural que as profecias que se referiam a um futuro próximo se realizassem em todos os detalhes, não é de modo algum evidente que isso também deva acontecer com as profecias que apontam para uma dispensação futura. O pressuposto é que, depois de as formas de vida terem passado por mudanças radicais, não se pode esperar mais do que a realização da idéia central essencial. Na realidade, o Novo Testamento prova claramente que o cumprimento literal não deve ser esperado em todos os casos e que, em algumas profecias importantes, a forma da dispensação deve ser esvaziada. Conseqüentemente, é precário assumir que uma profecia não tenha sido cumprida porque os detalhes externos não foram realizados. Cf. Is 11.10-16; Jl 3.18-21; Mq 5.5-8; Zc 12.11-14; Am 9.11,12; At 15.15-17.

g. Sob a direção do Espírito Santo, *os profetas ocasionalmente transcenderam suas limitações dispensacionais e históricas, e falaram de maneiras que apontavam para uma dispensação mais espiritual no futuro.* Nesses casos, o horizonte profético foi ampliado, eles perceberam algo do caráter passageiro das antigas formas e fizeram descrições ideais das bênçãos da Igreja

do Novo Testamento. Esse aspecto é mais comum nos últimos do que nos primeiros profetas. Cf. Jr 31.31-34; Ml 1.11.

h. *Algumas vezes os profetas revelaram a palavra do Senhor em ações proféticas.* Isaías caminhou descalço pelas ruas de Jerusalém; Jeremias dirigiu-se às pressas para o Eufrates a fim de esconder seu cinto; Ezequiel deitou-se 390 dias no seu lado esquerdo e 40 dias no seu lado direito, suportando a iniqüidade do povo; e Oséias casou-se com uma prostituta. Alguns intérpretes agiram no pressuposto de que essas ações não foram reais, mas que aconteceram em visões.

2. Interpretação da Profecia. Às observações precedentes a respeito do caráter da profecia, acrescentamos algumas regras para a sua interpretação.

a. *As palavras dos profetas devem ser aceitas no seu sentido literal usual a não ser que o contexto ou o modo no qual foram cumpridas indiquem claramente que tenham um significado simbólico.* Essa regra é desconsiderada por Hengstenberg e Henderson, quando eles presumem que Joel, ao falar em gafanhotos, se referia ao povo pagão.

b. *Ao estudar as descrições figuradas encontradas nos profetas, o intérprete deve objetivar descobrir a idéia fundamental expressa.* Quando Isaías retrata os animais selvagens e os domésticos habitando juntos em paz e guiados por uma pequena criança, ele dá uma descrição poética da paz que irá prevalecer na terra no futuro.

c. *Na interpretação das ações simbólicas dos profetas, o intérprete deve partir do pressuposto da sua realidade, isto é, da sua ocorrência na vida real, a não ser que o contexto prove claramente o contrário.* Alguns comentaristas têm concluído rapidamente, a partir de uma suposta impossibilidade moral ou física, que elas tenham ocorrido meramente numa visão. Esse procedimento viola o sentido claro da Bíblia.

d. *O cumprimento de algumas das mais importantes profecias é germinante, isto é, foram cumpridas em etapas, cada cumprimento sendo uma garantia do que se seguiria.* Conseqüentemente, embora seja um erro falar de um sentido duplo ou triplo da profecia, é perfeitamente correto falar de um cumprimento duplo ou triplo. É bastante evidente, por exemplo, que a profecia de Joel em 2.28-32 não foi completamente cumprida no dia de Pentecostes. Observe também as predições a respeito da vinda do Filho do Homem em Mt 24.

e. *As profecias devem ser lidas à luz do seu cumprimento porque isso irá, muitas vezes, revelar profundezas que teriam, de outra maneira, escapado à atenção.* No entanto, o intérprete deve se lembrar que muitas delas

não se referem a acontecimentos especificamente históricos, mas enunciam alguns princípios gerais que podem ser realizados de várias maneiras. Se, nesses casos, ele simplesmente perguntasse a que acontecimento o profeta se refere, ele correria o risco de limitar a extensão da predição de um modo injustificado. *Além disso, ele não deve prosseguir no pressuposto de que as profecias são sempre cumpridas na forma exata em que foram proferidas. O pressuposto é que, se forem cumpridas numa dispensação posterior, a forma dispensacional deve ser desconsiderada no cumprimento.*

Bibliografia:
Fairbairn, *On Prophecy*; Elliott, *Old Testament Prophecy*; Gloag, *Messianic Prophecy*; Riehm, *Messianic Prophecy*; Edersheim, *Prophecy and History in Relation to the Messiah*; Davidson, *Old Testament Prophecy*; Girdlestone, *The Grammar of Prophecy*; Kirkpatrick, *The Doctrine of the Prophets*; Aalders, *De Profeten des Ouden Verbonds*; Terry, *Biblical Hermeneutics*, pp. 313-337.

F. A Interpretação dos Salmos

Os salmos, as canções sagradas de Israel, também formam uma parte da Palavra de Deus. Eles incluem poesia lírica e didática. Nos salmos didáticos, Deus instrui por intermédio do poeta e se dirige ao intelecto; na lírica, ele se revela por intermédio das emoções e das experiências dos poetas sacros e se dirige ao coração. A presente discussão se preocupa primariamente com a interpretação dos salmos líricos, que constituem a maior parte da nossa coleção.

1. Natureza dos Salmos. Nesses salmos, o poeta dá expressão às suas mais profundas experiências e emoções de alegria, tristeza, esperança e temor, expectativa deleitosa e desapontamento amargo, confiança inocente e reconhecimento grato. Ele expressa seus sentimentos mais íntimos e eleva sua alma a Deus. É dito freqüentemente que enquanto nas outras partes da Escritura Deus fala ao homem, nos salmos a relação é reversa e o homem fala a Deus. Mas, embora haja um elemento de verdade nessa declaração e os salmos sejam muito mais subjetivos do que outras porções da Bíblia, isso não implica que os salmos não sejam uma parte essencial da Palavra de Deus. Para que se entenda o modo como Deus se revela nesses cânticos sagrados, é necessário ter algum conhecimento sobre poesia lírica e inspiração lírica.

A poesia lírica contém, em primeiro lugar, *um elemento individual*. Os poetas cantam a partir das suas próprias circunstâncias históricas e experiências pessoais. Isso é perfeitamente evidente nos títulos dos salmos. Cf Sl 3, 6,

7, 18, 30, etc. O mesmo se pode concluir sobre os conteúdos de muitos salmos. Mas essas experiências, embora pessoais, têm também um *caráter representativo*. No recesso mais íntimo de sua alma, o poeta é consciente da sua solidariedade com a humanidade como um todo, e sente o pulso da vida comum do homem. A canção nascida dessa consciência é uma canção que, em seus crescendos e diminuendos, interpreta a alegria e a tristeza, não somente do poeta, mas do homem em geral. Devido ao fato de essa vida comunitária ter sua origem em Deus, o poeta lírico desce a profundidades ainda maiores ou sobe aos cumes mais elevados, até que descansa em Deus, em quem a vida da humanidade se origina e que controla sua alegria e tristeza. Surgindo dessas profundezas, sua canção é, por assim dizer, *nascida de Deus*.

Esse princípio geral deve ser lembrado na interpretação dos salmos. *Eles são, num sentido, universais e transcendem o histórico e pessoal. Os cantores sagrados são* membros vivos da Igreja de Deus e *são tão conscientes da sua unidade com a Igreja como um todo* que suas canções também representam os louvores e lamentos da Igreja. E, como membros da Igreja, eles também sentem *que estão unidos àquele que é o seu Cabeça glorioso*, que sofre por ela e com ela e é o autor da sua alegria. Isso explica o fato de Cristo ser, algumas vezes, ouvido nos salmos, num instante cantando uma canção triste e logo em seguida levantando sua voz num hino de vitória. Portanto, a vida do poeta em união com Cristo também tem sua *fonte em Deus. Conseqüentemente, sua canção, que é também a canção da Igreja, encontra seu motivo em Deus*. O resultado disso tudo é que, em alguns salmos, as experiências pessoais do poeta são mais proeminentes; em outros, a vida comunitária de Israel e da Igreja é percebida com maior expressão; e ainda em outros, o Cristo humilhado e exaltado é ouvido. Em todos os salmos, temos a base profunda a que nos referimos e o intérprete deve tomar cuidado para não vê-la superficialmente. Ele nunca deve se satisfazer antes de ouvir neles a voz de Deus. E o fato de que, à vista de Deus, a antítese entre pecado e santidade é absoluta, que ele ama sua Igreja, mas odeia tudo o que se opõe ao seu Reino, irá explicar as fortes expressões de amor e ódio encontradas nos salmos.

2. Regras para a Interpretação. Em relação ao que já vimos até aqui, as seguintes regras se aplicam à interpretação dos salmos:

a. *Se houve uma ocasião histórica para a composição de um salmo, ela deve ser cuidadosamente estudada.* Observe como isso ilumina os seguintes salmos: 3, 32, 51, 63.

b. O elemento psicológico é importante para a interpretação correta dos salmos, uma vez que eles são muito mais subjetivos do que outras partes da Bíblia. *O intérprete deve estudar o caráter do poeta e a disposição de espírito*

na qual compôs a sua canção. Quanto mais compreendermos Davi, melhor entenderemos seus salmos.

c. Devido ao fato de os salmos não serem puramente individuais, mas grandemente comunitários, *devem ser considerados como expressões do coração regenerado, da vida nascida de Deus; e o intérprete não deve se satisfazer até entender como eles também revelam a vontade de Deus.*

d. *Na interpretação dos salmos messiânicos, deve-se fazer uma distinção cuidadosa entre os salmos ou as partes de salmos que são diretamente messiânicos e os indiretamente messiânicos.* Enquanto os salmos 2, 22, 45, 110 são diretamente messiânicos, outros como o 72 e o 89 se aplicam primeiramente ao poeta ou a algum outro santo do Antigo Testamento e, só por meio dele como um tipo interveniente, se aplicam em segundo lugar a Cristo. Há também outros que não podem ser classificados em nenhum desses grupos, os quais Binnie prefere chamar de "salmos misticamente messiânicos" devido ao fato de a verdadeira chave para sua interpretação não ser encontrada na doutrina dos tipos, mas, sim, na união mística de Cristo com a Igreja. Cf. Sl 16, 40. *Visto que os salmos messiânicos são proféticos, deve-se prestar atenção às citações deles no Novo Testamento e no cumprimento das suas predições no Novo Testamento.*

e. *Com relação aos chamados "Salmos Imprecatórios", ou melhor, imprecações nos salmos, certos fatos devem ser levados em consideração*:

1. Os orientais gostam do que é concreto e, conseqüentemente, algumas vezes representam o pecado na forma concreta do pecador.

2. Essas imprecações incorporam o desejo dos santos do Antigo Testamento pela vindicação da justiça e da santidade de Deus.

3. Eles não são expressões do caráter vingativo pessoal, mas da aversão da Igreja ao pecado, personificado no pecador.

4. Ao mesmo tempo, eles são uma revelação da atitude de Deus para com os que são hostis a ele e a seu Reino.

Bibliografia:

Binnie, *The Psalms: Their History, Teachings and Use*; Robertson, *The Poetry and the Religion of the Psalms*; Murray, *Origin and Growth of the Psalms*; e vários comentários sobre os Salmos.

G. Sentido Implícito da Escritura

A Bíblia, como Palavra de Deus, contém uma plenitude e riqueza de pensamento inescrutáveis. Isso é evidente não somente a partir dos seus tipos,

símbolos e profecias, mas também do que contém implicitamente ao invés de declaração expressa. Mesmo nos casos de composições humanas, podemos distinguir entre o que é expresso e o que é implícito. Nos escritos de natureza superior, percebe-se freqüentemente que a linguagem sugere e envolve importantes verdades incorporadas nas palavras. Grandes mentes contêm uma riqueza de conhecimento e tudo quanto comunicam é relacionado e sugestivo desse vasto suprimento, tornando-se, assim, possível ler nas entrelinhas. Se isso é verdadeiro com relação às produções literárias dos homens, se aplica muito mais à Palavra infalível de Deus.

No entanto, há uma distinção importante. O homem só conhece em parte e não está sempre consciente do que sabe. Além disso, ele muitas vezes falha em ver as implicações do que diz ou escreve. É bem possível que suas palavras contenham implicações que ele não tenha visto e as quais não subscreveria. É possível que algo possa ser nitidamente deduzido a partir de declarações explícitas, pela inferência lógica ou comparação, e estar inteiramente fora do alcance do seu pensamento e seja, na realidade, o próprio oposto do que ele quis dizer. Assim, a regra, tão freqüentemente esquecida na prática, porém essencial a toda controvérsia legítima, que "não é lícito atribuir a um autor as conseqüências das suas declarações quando não expressamente declaradas ou admitidas, muito embora essas conseqüências possam estar necessariamente envolvidas nas declarações". Ele pode não tê-las contemplado ou mesmo visto, não sendo, assim, responsável por elas, mas só pelo uso da linguagem que, involuntariamente, as sugeriu. Pela mesma razão, não é lícito deduzir uma opinião do escritor sobre um determinado assunto a partir de expressões incidentais usadas por ele quando o assunto em questão não estava em consideração. Como regra, atribuir pensamentos ou sentimentos a um autor que não tenha feito uma declaração expressa com respeito ao assunto em pauta, é um procedimento injustificado. Quem faz isso é culpado de *consequensmacherei* (criar conseqüências).

Essas restrições não se aplicam no caso da Palavra de Deus. O conhecimento de Deus é todo-abrangente e é sempre um conhecimento consciente. Ao dar a sua Palavra ao homem, ele não estava apenas perfeitamente consciente de tudo o que foi dito, mas também de tudo o que isso implicava. Ele conhecia as inferências que seriam deduzidas de sua Palavra escrita. Bannerman diz: "As conseqüências deduzidas da Escritura por inferência inevitável e, mais ainda, as conseqüências deduzidas da comparação entre várias declarações escriturísticas foram previstas pela sabedoria infinita no próprio ato da inspiração sobrenatural dos registros do qual são inferidas: e o Revelador não somente sabia que os homens iriam deduzir tais conseqüências, mas planejou que assim acontecesse" (*Inspiration of the Scriptures*, p. 585). Assim, *não somen-*

te as declarações expressas da Escritura, mas suas implicações, também devem ser consideradas como sendo Palavra de Deus.

O próprio Jesus confirma essa posição. Quando os saduceus vieram a ele com uma pergunta que, a seu ver, claramente provava a insustentabilidade da doutrina da ressurreição, ele lhes citou a autodesignação de Jeová na sarça: "Eu sou o Deus de Abraão, o Deus de Isaque, e o Deus de Jacó"; e deduziu a partir de indispensável inferência, a doutrina que eles negavam. Além disso, ele reprovou a incapacidade que revelaram de alcançar as implicações do texto dizendo, "Errais, não conhecendo as Escrituras" (Mt 22.29-32; Mc 12.24-27; Lc 20.37, 38). Para outros exemplos, cf. Rm 4.5-12; 1Co 9.8-10; 1Tm 5.17,18; Hb 4.5-9.

Assim, nos sentimos seguros para estabelecer a seguinte regra: "*As deduções doutrinárias feitas a partir das declarações da Bíblia em uma comparação entre elas, se verdadeiramente deduzidas, fazem parte do pensamento de Deus e de sua revelação – estando, de fato, contidas virtualmente nela – tanto quanto as próprias declarações*" (Bannerman, *Inspiration of the Scriptures*, p. 587). Subentende-se que um grande cuidado deve ser tomado ao traçar tais inferências a partir da palavra escrita. As deduções devem ser boas, isto é, verdadeiramente contidas nas declarações inspiradas das quais são nitidamente derivadas; e também necessárias, como se fossem forças atuando sobre a mente que se aplica honestamente à interpretação da Escritura. Cf. Catecismo de Westminster, Art. VI.

H. Elementos para a Interpretação Teológica

Os elementos que podem ajudar o expositor na interpretação teológica são compostos de duas partes: (1) Paralelos Reais ou Paralelos de Idéias; e (2) Analogia da Fé ou da Escritura. Ambos procedem do pressuposto de que a Palavra de Deus é uma unidade orgânica na qual todas as partes são mutuamente relacionadas e, juntas, subservientes ao todo da revelação de Deus; e que, em última análise, a Bíblia é a sua própria intérprete.

1. Paralelos Reais ou Paralelos de Idéias. "Paralelos reais", diz Terry, "são aquelas passagens semelhantes nas quais a semelhança ou identidade consiste não em palavras ou frases, mas em fatos, assuntos, sentimentos ou doutrinas." No seu uso, o intérprete deve determinar, primeiramente, se as passagens citadas são realmente paralelas, se não são meramente semelhantes até certo grau, mas essencialmente idênticas. Por exemplo, Pv 22.2 e 29.13, embora revelem uma certa similaridade e sejam freqüentemente considerados

como paralelos, não são realmente paralelos. Os paralelos de idéias podem ser divididos em duas classes, *paralelos históricos e didáticos*. A esses podem ser acrescentadas as citações do Antigo Testamento no Novo, as quais, num certo sentido, também são passagens paralelas.

a. *Paralelos Históricos*. Podem ser de diferentes tipos:

1. Há alguns nos quais uma história é narrada com as mesmas palavras e com as mesmas circunstâncias concomitantes, embora possam diferir levemente quanto aos detalhes. São valiosas para a confirmação mútua. Compare 1Rs 22.29-35 com 2Cr 18.28-34; e Lc 22.19,20 com 1Co 11.24,25.

2. Também, há passagens em que as mesmas narrativas são expressas em palavras diferentes e as circunstâncias são mais detalhadas em uma do que na outra. Nesses casos, é natural esperar que a narrativa mais pormenorizada ilumine a outra. Compare Mt 9.1-8 com Mc 2.1-12.

3. Além disso, há narrativas que são indubitavelmente idênticas, mas que ocorrem em contextos completamente diferentes. Elas são mais numerosas nos Evangelhos. Nesses casos, a mais provável fornece o verdadeiro ambiente histórico e ilumina a outra. Compare Mt 8.2-4 com Mc 1.40-45 e Lc 5.12-16; e Mt 11.6-19 com Lc 7.31-35.

4. Finalmente, há passagens que não repetem um determinado acontecimento, mas juntam uma circunstância adicional e, conseqüentemente, são, num certo sentido, complementares. Compare Gn 32.24-32 com Os 12.4,5.

b. *Paralelos Didáticos*. Aqui, novamente, encontramos dois tipos:

1. Há casos em que o mesmo tema é tratado, mas não nos mesmos termos. Compare Mt 10.37 com Lc 14.26. Muitos intérpretes atenuam o significado da palavra "ódio" usada por Lucas, por meio da passagem encontrada em Mateus; e recorrem a Mt 6.24 para provar que o verbo "odiar" pode significar simplesmente "amar menos". No entanto, pode-se duvidar da exatidão dessa interpretação. Os "sacrifícios espirituais" de que Pedro fala em 1Pe 2.5 são parcialmente explicados em Rm 12.1 que, por sua vez, é explicado por Rm 6.19.

2. Há passagens paralelas que se correspondem em pensamento e expressão, mas uma não tem relação direta com o contexto precedente ou seguinte. Assim, em Mt 7.13,14, as palavras "Entrai pela porta estreita..." ocorrem sem qualquer ambiente histórico. No entanto, este é fornecido em Lc 13.23, 24. Compare também Mt 7.7-11 com Lc 11.5-13.

3. Finalmente, há também paralelos que ocorrem em contextos completamente diferentes, embora, talvez, igualmente adequados. É até mesmo possível que a ocasião para a declaração não seja a mesma em ambos os lugares. O mesmo dito pode ter sido expresso em várias ocasiões. Compare Mt 7.21-23 com Lc 13.25-28; e Mt 13.16,17 com Lc 10.23,24.

c. *Citações do Antigo Testamento no Novo.* Num certo sentido, essas citações são paralelas. Elas merecem uma atenção especial porque muitos estudiosos atuais não hesitam em dizer que os escritores do Novo Testamento, ao citarem o Antigo, freqüentemente o fazem de forma arbitrária. Immer diz: "Muito mais numerosas são as citações que tratam o Antigo Testamento de forma arbitrária, nas quais não há relação, mesmo que remota, entre o pensamento do escritor do Novo Testamento e o da passagem original. Distinguimos citações em que a concordância é apenas aparente e se encontra meramente na linguagem; citações em que a concordância é conseguida apenas por uma palavra de sentido contrário; e, finalmente, citações em que a passagem do Antigo Testamento pode ser estendida ao pensamento presente apenas pela aplicação de uma tipologia e alegorização ilimitadas" (*Hermeneutics*, p. 172). Essa declaração é baseada numa visão errônea da Bíblia como um todo, da relação profética-tipológica do Antigo Testamento ao Novo, e do sentido implícito das Escrituras. As citações no Novo Testamento não servem, todas, ao mesmo propósito.

1. *Algumas têm o propósito de mostrar que as predições do Antigo Testamento, diretas ou indiretas, foram cumpridas no Novo Testamento.* Isso se aplica a todas as citações de passagens proféticas introduzidas com a fórmula: "Para que se cumpra" e a várias outras. Cf. Mt 2.17,23; 4.14,15; Jo 15.25; 19.36.

2. *Outras são citadas para o estabelecimento de uma doutrina.* Em Rm 3.9-19, Paulo cita várias passagens dos Salmos para provar a depravação universal do homem. E também, em 4.3 ss., ele cita o exemplo de Abraão e várias declarações de Davi para provar que o homem é justificado pela fé e não pelas obras da lei. Cf também Gl 3.6 e Hb 4.7.

3. *Outras, ainda, são citadas para desmentir e repreender o inimigo.* Jesus cita as Escrituras em Jo 5.39,40 para expor a inconsistência dos judeus quando estes alegavam grande reverência pelas Escrituras, porém não acreditavam naquele de quem elas testificavam. Observe também o modo como Jesus usou as Escrituras contra eles em Mt 22.29-32, 41-46; Jo 10.34-36.

4. *Finalmente, há algumas citações com propósito retórico ou para ilustrar alguma verdade.* Nessas citações, dá-se pouca consideração ao contexto em que elas ocorrem no Antigo Testamento e freqüentemente parecem ser usadas arbitrariamente. Conseqüentemente, elas são alvos especiais de ataques dos racionalistas. Mas as críticas são totalmente injustificadas tendo em vista o propósito pelo qual foram citadas. Em Rm 10.6-8, o apóstolo adapta a linguagem de Moisés (Dt 30.12-14) ao seu propósito. Em Rm 8.36, ele aplica aos cristãos sofredores em geral uma palavra que o salmista havia escrito com

referência a outros, muito tempo antes (Sl 44.22). E em 1Tm 5.18, ele cita os regulamentos do Antigo Testamento com relação ao boi que pisava o trigo como um paralelo instrutivo, e deixa que seus leitores deduzam, por inferência *a minori ad majus*, a lição de que o trabalhador humano é ainda mais digno do seu salário.

2. A Analogia da Fé ou da Escritura. O termo "Analogia da Fé" é derivado de Rm 12.6, onde lemos: "tendo, porém, diferentes dons segundo a graça que nos foi dada: se profecia, seja segundo a proporção da fé (*kata ten analogian tes pisteos*)". Alguns comentaristas equivocadamente interpretaram "fé" aqui objetivamente, no sentido de *doutrina*, e consideraram *analogian* como a designação de um padrão externo. No entanto, corretamente interpretada, a expressão toda significa simplesmente, *de acordo com a medida da sua fé subjetiva*. Conseqüentemente, o termo derivado dessa passagem é baseado num mal-entendido.

Quando os primeiros Pais da Igreja falavam de *Analogia* ou *Regula Fidei*, eles se referiam aos princípios gerais da fé, dos quais vários sumários foram dados. No curso do tempo o nome foi aplicado aos credos aceitos pela Igreja como, por exemplo, o Credo de Nicéia. A Igreja Católica Romana até mesmo honrou a tradição como regra de fé. Mas esse é um uso errôneo do termo. É ridículo elevar as Confissões da Igreja à dignidade da *Regulae Veritatis*, pois isso faz com que o que é derivado da Escritura seja um critério da verdade da Escritura. A analogia da fé, entendida corretamente, é encontrada na própria Bíblia. Cellerier, no seu *Hermeneutics*, fala de dois graus superiores e dois inferiores dessa analogia, mas, ao mesmo tempo, declara que os graus inferiores não são realmente dignos do nome.

a. *Há dois graus de analogia da fé com os quais o intérprete da Bíblia deve se preocupar.*

1. *Analogia Positiva.* O primeiro e mais importante destes é a analogia positiva, que é diretamente baseada nas passagens escriturísticas. Consiste daqueles ensinamentos da Bíblia que são expressos de modo tão claro e objetivo, e apoiados por tantas passagens que não pode haver dúvida quanto ao seu significado e valor. Essas verdades são as da existência de um Deus de perfeição infinita, santo e justo, mas, também, misericordioso e gracioso; do governo providencial de Deus e do seu propósito salutar da existência e a hediondez do pecado; da graça redentora revelada em Jesus Cristo; e de uma vida futura e retribuição.

2. *Analogia Geral.* O segundo grau é chamado analogia geral da fé. Ela não repousa em declarações explícitas da Bíblia, mas na extensão óbvia e no

significado dos seus ensinamentos como um todo, e nas impressões religiosas que deixam na humanidade. Assim, é claro que o espírito da lei Mosaica como também do Novo Testamento é inimigo da escravidão humana. É perfeitamente claro também que a Bíblia é hostil ao puro formalismo na religião e favorece a adoração espiritual.

Esses dois graus de analogia da fé constituem um padrão de interpretação. Como um perito, ao julgar uma obra de arte de pintura, fixa a sua atenção primeiramente no objeto central de interesse e considera os detalhes em relação a ele, assim o intérprete deve estudar os ensinos particulares da Bíblia à luz das suas verdades fundamentais.

b. *A analogia da fé nem sempre tem o mesmo grau de valor evidente e autoridade*. Isso depende de quatro fatores.

1. *O número de passagens que contêm a mesma doutrina*. A analogia é mais forte quando encontrada em doze passagens do que quando baseada em seis.

2. *A unanimidade ou correspondência das diferentes passagens*. O valor da analogia será proporcional à concordância das passagens em que é encontrada.

3. *A clareza da passagem*. Naturalmente, uma analogia que repousa inteiramente, ou em grande parte, em passagens obscuras, tem um valor bastante duvidoso.

4. *A distribuição das passagens*. Se a analogia é encontrada em passagens derivadas de um único livro ou de alguns poucos escritos, não será tão valiosa como quando baseada em passagens do Antigo e do Novo Testamento, de várias épocas e de diferentes autores.

c. *Ao usar a analogia da fé na interpretação da Bíblia, o intérprete deve se lembrar das seguintes regras.*

1. *Uma doutrina claramente amparada pela analogia da fé não pode ser contradita por uma passagem obscura e contrária*. Considere 1Jo 3.6 e o ensino geral da Bíblia de que os crentes também pecam.

2. *Uma passagem não amparada nem contradita pela analogia da fé pode servir como uma base positiva para uma doutrina, desde que seja clara no seu ensino. Porém, a doutrina assim estabelecida não tem a mesma força da que é baseada na analogia da fé.*

3. *Quando uma doutrina é amparada apenas por uma passagem obscura da Escritura, e não encontra apoio na analogia da fé, só pode ser aceita com grande reserva.* Possivelmente, para não dizer provavelmente, a passagem requer uma interpretação diferente da que foi dada a ela. Cf. Ap 20.1-4.

4. *Nos casos em que a analogia da Escritura leva ao estabelecimento de duas doutrinas que parecem ser contraditórias, ambas as doutrinas devem ser aceitas como escriturísticas na crença confiante de que elas se resolvem numa unidade maior.* Considere as doutrinas da predestinação e do livre-arbítrio, da total depravação e da responsabilidade humana.

Índice Geral

Agostinho (19ss.)
Analogia da fé ou da Escritura (123); analogia positiva (123); analogia geral (123); uso na interpretação (124ss.)
Anselmo de Laon (21)
Autores de livros escriturísticos como objetos de estudo especial: seu caráter pessoal (89ss.); as circunstâncias sociais, políticas e religiosas de suas vidas (91); seus leitores e propósito dos escritos (95ss.); a serem distinguidos dos oradores apresentados (93ss.)
Auxílios: internos, para a explicação das palavras (60ss.); para a determinação do uso figurado das palavras (65ss.); para a interpretação do pensamento (78ss.); externos, para a interpretação gramatical (83ss.); internos e externos, para a interpretação histórica (98ss.); para a interpretação teológica (120ss.)

Baur, F. C. e Escola de Tübingen (29)
Beck, seu método pneumático de interpretação (31)
Bíblia e a tradição na Idade Média (20)
Calvino, seus princípios de interpretação (23)
Caraítas (15)
Citações do Antigo Testamento no Novo Testamento (43, 122); diferentes propósitos das (122ss.)
Clemente de Alexandria e o método alegórico de interpretação (17ss.)
Coccejus, seus princípios de interpretação (25ss.)
Comentários, uso correto dos (84)
Confessionalismo, exegese vinculada ao dogmatismo (24)
Contexto, sua importância no estudo exegético para determinar o significado exato das palavras (58); pode ser de diferentes tipos (80ss.)
Crisóstomo, João, seu tipo de exegese (18)
Curso do pensamento numa seção inteira, necessidade de se estudar isso (76)

Erasmo, importância para o estudo do Novo Testamento (22ss.)
Escola da Alexandria (17)
Escola da Antioquia (18)
Escola da interpretação histórica de Semler (28ss.)

Escola de Hengstenberg (30)
Escola Gramatical (28)
Escola Mediadora e sua visão da Bíblia (30)
Escritos seculares como auxílios para a interpretação histórica (98ss.)
Estilo da Escritura; sua simplicidade (48ss.); sua vivacidade (48); sua abundância de linguagem figurada (49); características especiais da linguagem do N.T. (50)
Exegese católico-romana (23)
Exegese racionalista (30)
Exegese do tipo ocidental (19ss.)
Expressões idiomáticas e figuras de pensamento (68ss.)

Farrar, sobre o método de Coccejus (25)
Figuras de linguagem, abundância na Escritura: tipos diferentes de (64ss.); como determinar se uma palavra é usada figuradamente, (66ss.); interpretação das figuras de linguagem (66ss.)

Gematria (15)
Germar e sua interpretação pan-harmônica (31)
Glossae e *Catenae* na Idade Média (21)

Haggadah (14)
Halakhah (14)
Hapax legomena (56)
Hermenêutica: definição (9); geral e especial (9); propósito da (9); necessidade da (10); lugar enciclopédico da (10)
Hiller, regras de (14)

Idade Média, exegese da (20ss.)
Inscrições como auxílio: para a interpretação do Antigo Testamento (98); para a interpretação do Novo Testamento (99ss.)
Inspiração da Bíblia: significado da (33ss.); dos órgãos da revelação (34ss.); da palavra escrita (35ss.); verbal; fatores divinos e humanos na origem da Bíblia (38ss.); objeções à (39ss.); visões diferentes da (27ss.)
Inspiração dos autógrafos (40ss.)
Inspiração mecânica (25)
Inspiração verbal e objeções a (36ss.)
Interpretação alegórica (14, 16)
Interpretação cabalística (15)
Interpretação do pensamento (68); auxílios para (78ss.)
Interpretação histórica, escola de Semler (28ss.)
Interpretação simbólica (107)
Interpretação teológica; auxílios para (120ss.)
Interpretação típica (110ss.)
Intérprete, ponto de vista necessário do (51ss.)

Jerônimo e sua tradução para o latim da Escritura (19)

Kant e a interpretação moral (31)

Ladd, sobre a inspiração das Escrituras (27)
Le Clerk e os graus da inspiração (27)
Lutero como intérprete (23)
Lombardo, Pedro e seu *Sententia* (21)

Melanchthon como intérprete (23)
Método Gramático-Histórico (28)
Midrash (14)

Nicolau de Lira, sua influência na exegese (16)
Notarikon (16)

Olshausen e o sentido profundo da Escritura (31ss.)
Ordem das palavras em uma sentença, pode ser importante e deve ser cuidadosamente observada (71ss.)
Orígenes e o sentido quádruplo (18)

Palavra, estudo da: etimologia das palavras (53); uso atual (54); sinônimos (56)

Parker, sobre inspiração (27)
Paulus de Heidelberg, seu racionalismo (29ss.)
Perspectiva profética (113)
Pietistas, sua interpretação da Escritura (26)
Princípios de interpretação: entre os judeus palestinos (13ss.); entre os judeus alexandrinos (14ss.); entre os judeus espanhóis (16); no período patrístico (17ss.); na Idade Média (20ss.); no período da Reforma (22ss.); no período do Confessionalismo (24ss.); no período crítico-histórico (27ss.)
Profecia: características especiais da (112ss.); regras para a interpretação (115ss.)
Princípio sociniano de interpretação (25ss.)

Relação lógica das orações e sentenças: a ser cuidadosamente observada (73ss.); como indicada pelos particípios (73); pelas conjunções (74ss.)
Renascença, sua influência na exegese (22ss.)
Reuchlin e sua obra veterotestamentária (22ss.)

Salmos: natureza dos (116ss.); regras para a interpretação dos (117ss.)
Schleiermacher, sobre inspiração (27, 30)
Semler, e o método histórico (28)
Sententiae (21)
Sentido místico da Escritura (106); como reconhecê-lo (106ss.)
Sentido quádruplo da Escritura, popular na igreja primitiva (20, 21, 22)
Sentido da Escritura: unidade do (45ss.); mal entendimento da (46ss.); distinções necessárias (46ss.); sentido mais profundo (46ss.)
Strauss e sua teoria mítica (29)

Temoorah (16)
Teodoro de Mopsuéstia, seu tipo de exegese (18)
Tipos, características dos (109)
Tipo de exegese ocidental (19)
Tomás de Aquino (21)
Turretin, J. A., sua influência sobre a exegese (26ss.)

Unidade da Bíblia (42); variedade na Bíblia (42ss.); significado dos seus livros separados no organismo da Escritura (105ss.)
Unidade das Escrituras (105ss.); do Antigo e Novo Testamentos (102ss.); mutuamente relacionadas (104ss.)

Walafrid Strabo e seu *glossae* (21)
Wellhausen-Kuenen, sua escola crítica (29)

Índice de Passagens Bíblicas

Gênesis
1.14 (48,78)
2.4 (96)
3.15 (105)
3.22 (69,78)
5.1 (96)
6.6 (65)
6.9 (96)
10.1 (96)
11.10 (96)
11.27 (96)
12.13 (71)
13.15 (38)
17.9 (71)
18.20 (72)
19.9 (78)
22.11 (70)
22.17 (71)
22.18 (36)
23.2 (81)
23.3-16 (100)
24.2 (61)
25.19 (96)
31.15 (78)
32.24-32 (108,121)
36.1 (96)
36.9 (96)
37.2 (96)
37.16 (71)
42.8 (59)
47.21 (71)
47.43 (78)
49.14 (68)

Êxodo
caps. 2-4 (90)
4.10 (69)
7.1 (34)
9.16 (36)
12.1-21 (98)
13.21 (111)
15.16 (65)
16.15-19 (90)
32.32 (69)
33.11 (90)
34.5-7 (90)

Levítico
4.13 (58)
18.21 (98)
20.2-5 (98)
20.25, 26 (103)
23.4-14 (98)
26.41 (103)

Números
cap. 6 (98)
12.7, 8 (90)

cap. 14 (111)
24.21 (68)
28.16ss. (98)

Deuteronômio
1.28 (71)
2.9 (93)
2.19 (93)
4.35 (71)
13.1-3 (51)
13.17 (65)
16.1-8 (98)
18.18 (35)
30.12-14 (122)
cap. 31 (97)
31.19-21 (79)
cap. 32 (79,97)
32.11 (100)
32.40 (68)
32.43 (36)
34.7-11 (90)

Josué
1.2 (71)
cap. 3 (111)

Juízes
8.28 (94)
8.33 (94)
10.6 (94)
12.7 (65)
13.5 (98)
13.7 (95)
16.15 (48)
17.6 (94)

1 Samuel
2.3 (68)
2.13-17 (94)
15.2,3 (100)
15.33 (71)
16.18 (57)
26.15 (70)

2 Samuel
1.19-27 (97)
7.14 (36)
cap. 8 (64)
8.18 (64)
13.32 (48)
16.7 (70)
20.19 (48)
21.1-6 (100)
23.1-7 (97)

1 Reis
8.41ss. (103)
9.26 (93)
10.9 (78)
11.5 (98)
11.7 (98)
11.33 (98)
14.11 (71)
18.27 (70)
18.44ss. (93)
21.17-29 (113)
22.15 (70)
22.29ss. (93)
22.29-35 (121)
22.47,48 (93)

2 Reis
5.9ss. (93)
9.16 (93)
10.12 (93)
10.15 (93)
15.19 (93)
16.7 (93)
17.4 (100)
17.24-41 (98)
18.19 (93)
18.21 (93)

1 Crônicas
18.13 (93)
18.17 (64)

2 Crônicas
8.17,18 (93)
18.28-34 (121)
28.4 (71)
30.1 (98)

Esdras
cap. 4 (98)
4.4ss. (93)
7.21 (100)

Neemias
2.10 (100)
2.19 (100)
cap. 4 (98)
5.14,15 (93)

Ester
3.8 (100)

Jó
6.5 (46)
12.2 (70,78)
34.6 (68)

Salmos
1.1,2 (50)
cap. 2 (92)
2.3 (48)
2.6 (100)
2.7 (36)
2.9 (69)
cap. 3 (116)
3.5 (78)
4.6 (49)
5.10 (43)
5.12 (48)
cap. 6 (116)
cap. 7 (117)
7.13 (62)
9.14 (100)
10.7 (43)
11.1 (100)
14.2,3 (43)
cap. 16 (118)
cap. 18 (117)
18.2 (65)
18.3 (71)
18.8 (49)
18.31 (78)
18.47, 48 (81)
18.48,49 (78)
19.2,3 (49)
cap. 22 (91)
22.16 (100)
22.27 (82)
cap. 23 (91)
cap. 24 (91)
24.2 (49)
26.6 (68,103)
27.1 (50)
28.3 (48)
29.3-9 (100)
cap. 30 (117)
30.5 (50)
30.6 (49)
cap. 32 (91)
32.5 (58)
32.9 (78)
34.16 (65)
35.26,27 (50)
36.2 (43)
37.31 (103)
cap. 40 (91,118)
40.8 (103)
44.22 (123)
44.24 (49)
cap. 45 (118)
45.6,7 (36)
46.9 (68)
cap. 51 (91)
51.7 (67,103)
51.16,17 (103)
51.17 (70)
cap. 63 (117)
63.1 (100)
cap. 72 (91)
74.7 (70)
74.17 (78)
80.8-15 (69)
82.6 (38)
cap. 89 (118)
89.13 (49)
92.12 (67)
93.3 (49)
96.12 (49)
97.7 (36)
98.8 (49)
99.1 (100)
102.6 (69)
102.7 (78)
102.24-27 (36)
103.2 (69)
104.4 (36)
104.6 (82)
108.9 (68)
cap. 110 (118)
110.1 (36)
125.1, 2 (100)
cap. 132 (91)

133.3 (93)
cap. 137 (97)
140.4 (43)
143.2 (69)

Provérbios
1.2-4 (96)
6.2 (49)
8.35 (62)
10.4,5 (50)
13.24 (50)
14.31 (58)
14.34 (50,78)
20.2 (78)
22.2 (63,120)
23.15,16 (50)
28.14 (80)
29.13 (120)
29.23 (63,100)
31.6 (80)

Eclesiastes
7.20 (43)
12.3 (68)

Cantares
2.9 (69)
2.11 (93)
4.16 (100)

Isaías
1.3 (50)
1.8 (69)
1.16 (103)
1.19, 20 (50)
3.4 (35)
3.6 (48)
3.16 (100)
5.3ss. (35)
5.10 (75)
8.11 (35)
9.6 (63)
10.5ss. (35)
10.21 (63)
11.10-16 (114)
20.1 (93,100)
22.22 (65)
27.3 (35)
30.1-7 (93)
36.6 (93)
37.22 (72)
40.1 (70)
42.3 (70,78)
46.11 (62)
52.14, 15 (81)
cap. 53 (92)
53.2 (56)
53.4 (60)
55.6,7 (50)
55.12 (49)
59.7, 8 (43)

Jeremias
1.9 (35)
2.13 (68)
3.14 (80)
3.16 (48)
5.7 (35)
7.13 (78)
7.31-33 (95)
8.7 (68)
10.6 (78)
11.20 (90)
12.3 (90)
15.10ss. (90)
15.17 (35)
16.21 (35)
17.5 (58)
17.15-18 (90)
19.6 (95)
20.7-18 (90)
26.17-19 (113)
31.31-34 (115)

Lamentações
3.56 (65)

Ezequiel
1.3 (35)
3.22 (35)
7.27 (68)
8.18 (48)
12.19 (72)
23.29 (68)
37.1 (35)
37.1-14 (111)
caps. 40-48 (91)

Daniel
cap. 8 (114)
8.2 (81)
12.2 (65)

Oséias
cap. 1 (111)
caps. 5-6 (92)
6.4ss. (35)
7.11 (100)
9.9,10 (91)
10.5 (100)
12.2-4 (108)
12.4,5 (121)

Joel
1.9 (100)
2.20 (100)
2.23 (100)
2.25 (35)
2.28-32 (115)
3.18-21 (114)

Amós
3.11 (48,135)
5.21ss. (35)
9.11,12 (114)

Obadias
10 (72)

Jonas
3.4 (113)
3.10 (113)
4.10 (62)

Miquéias
2.12,13 (81)
3.5-8 (100)
5.5-8 (114)
6.16 (95)

Habacnque
cap. 2 (92)

Zacarias
2.11 (78,81)
cap. 3 (111)
4.6 (80)
7.3-5 (93)
7.11 (68)
8.19 (93)
9.7 (35)
12.8-10 (91)
12.11-14 (114)
14.1-3 (91)
14.4 (65)

Malaquias
1.8 (93)
1.11 (115)
3.13-16 (91)

Mateus
1.19 (78,100)
1.20 (48)
1.23 (48)
2.2 (78)
2.3 (48)
2.5 (48)
2.17 (122)
2.22 (78)
2.22,23 (94)
2.23 (122)
3.5 (68)
3.13-17 (80)
4.1-11 (80)
4.4 (80)
4.14,15 (122)
5.2-11 (75)
5.3-11 (72)
5.13 (61, 68)
5.18 (75)
5.20 (100)
5.25 (78)
5.32 (75)
5.44 (73)
5.45 (78)
6.11 (56)
6.24 (121)
7.7-11 (121)
7.13 (72)
7.13,14 (121)
7.21-23 (121)
7.24-27 (78)
8.2-4 (121)
8.4 (95)
8.17 (60)

8.22 (61)
8.24 (64)
9.1-8 (121)
9.23 (95)
10.19 (80)
10.25 (75)
10.31 (75)
10.37 (121)
11.6-19 (121)
11.10 (104)
11.11 (78)
11.12, 13 (75)
12.40 (68)
13.16,17 (121)
13.28 (78)
13.31, 32 (92)
13.49 (77)
16.6-12 (66)
16.17 (64)
17.24-27 (94)
18.12ss. (77)
18.14 (77)
19.22 (73)
19.27 (77)
20.1ss. (77)
20.28 (73,78)
21.42 (104)
22.1 (74)
22.16-21 (94)
22.23 (98)
22.29-32 (120,122)
22.41-46 (122)
23.37,38 (100)
cap. 24 (115)
24.20 (93)
24.22 (69)
25.14ss. (77)
26.63 (73)
27.2 (94)
27.49 (78)
28.19 (73)

Marcos
1.39 (78)
1.40-45 (121)
2.1-12 (121)
4.37 (64)
7.13 (14)
12.18 (98)
12.24-27 (120)
13.20 (69)
14.3 (56)

Lucas
1.1-4 (96)
1.35 (64)
1.37 (69)
1.43 (75)
1.64 (70)
2.1-3 (100)
5.12-16 (121)
5.14 (81)
7.31-35 (121)
7.47 (75)
8.23 (64)
9.23 (62)
10.23,24 (121)
10.29 (77)
11.3 (56)
11.5-13 (121)
11.9 (77)
12.21 (77)
13.1 (100)
13.6-9 (92)
13.23,24 (121)
13.25-28 (121)
13.32 (65)
14.1-5 (81)
14.26 (121)
15.1,2 (77)
15.3ss. (77)
16.11 (72)
16.15-18 (75)
16.19 (77)
16.29 (65)
16.31 (77)
18.1 (77)
19.11 (77)
20.27 (98)
20.37,38 (120)
22.19, 20 (121)
22.65 (78)
24.27 (36)
24.39 (59)

João
1.3 (64)
1.13 (59)

1.16 (78)
1.21 (100)
2.11 (97)
2.13-25 (111)
2.14 (95)
2.18 (78)
2.21 (82)
cap. 3 (76)
3.1 (80)
3.2 (81)
3.13 (73)
3.14,15 (104)
3.15,16 (69)
3.16-21 (91)
3.29 (78)
4.9 (94)
4.11 (66)
4.32 (66)
4.34 (75)
4.36 (78)
5.17 (81)
5.19 (81)
5.20 (78)
5.39 (51)
5.39,40 (122)
5.41 (81)
5.42 (72)
6.1-13 (108)
6.1-14 (80)
6.26 (81)
6.26-65 (80)
6.35 (83)
6.39 (69)
6.52 (66)
6.53 (59)
6.57 (73)
6.64 (97)
6.68 (97)
7.23 (74)
7.29 (82)
7.38 (97)
8.30 (78)
8.31-37 (76)
cap. 9 (111)
9.1-7 (109)
9.30 (78)
9.31 (72)
9.39 (63)
10.1-18 (69)
10.33 (38)
10.34-36 (122)
cap. 11 (111)
11.17-44 (109)
12.3 (56)
12.16 (97)
12.33 (82)
12.46 (69)
14.1 (97)
14.16 (97)
14.26 (35)
15.1 (92)
15.25 (122)
16.31 (97)
17.4 (78)
17.8 (97)
19.36 (122)
20.21 (60)
20.29 (97)
20.31 (96)
21.15-17 (57)
21.25 (78)

Atos

1.15 (81)
1.24 (78)
cap. 2 (111)
2.13 (73)
2.26 (59)
2.29-31 (104)
4.21 (73)
4.28 (78)
7.8 (65)
7.20-35 (90)
7.29 (78)
7.58 (90)
7.60 (70)
8.1-4 (90)
9.1,2 (90)
9.22 (90)
9.26 (90)
10.33 (74)
13.46-48 (90)
15.15-17 (114)
19.22 (78)
20.29 (78)
23.6 (48, 69)
23.8 (98)
26.9 (90)
27.37 (66)

Romanos
1.2 (36)
1.17 (78)
1.22 (61)
1.32 (73)
2.1 (79)
2.13-16 (80)
2.27 (73)
2.28,29 (64)
3.1-9 (91)
3.2 (36)
3.9-19 (122)
3.10-18 (43)
3.20 (69.79)
3.25 (78)
3.28 (79)
3.30 (73)
4.3ss. (122)
4.5-12 (120)
4.9-13 (104)
4.13 (72)
5.1ss. (80)
5.6 (73)
5.12 (81)
5.18 (79)
6.4 (68.95)
6.19 (121)
7.18 (82)
7.25 (59)
8.1 (79)
8.2 (73)
8.3 (78)
8.4-9 (59)
8.17 (67)
8.18 (72)
8.19 (80)
8.19-22 (49)
8.19-23 (61)
8.21 (80)
8.22 (80)
8.23 (72)
8.24 (72,78)
8.27 (73)
8.36 (122)
9.1-3 (90)
9.6 (61)
9.17 (36)
9.29 (78)
10.4 (78)
10.6-8 (122)
10.17 (79)
11.13 (72)
11.14 (79)
11.18 (70)
11.31 (78)
11.33 (63)
12.1 (121)
12.3 (73)
12.6 (123)
12.19 (72)
14.1 (72.75)
15.15 (73)

1 Coríntios
1.9 (78)
1.29 (69)
2.7 (78)
2.7-13 (37)
3.2 (70)
3.5 (78)
3.20-23 (96)
4.5 (64)
4.6 (70)
4.7 (78)
4.8 (70, 78)
5.7 (95)
5.7,8 (68)
6.13 (69)
cap. 8 (81)
8.6 (63)
9.1 (50)
9.8-10 (120)
9.19 (78)
10.18 (59)
10.21 (100)
11.22 (78)
11.24,25 (121)
11.29 (78)
15.3 (73)
15.9 (90)
15.12-19 (80)
15.13 (78)
15.15 (72)
15.29 (95)
15.32 (96)
15.35 (78)
15.39 (59)
15.50 (64)
16.12 (78)

2 Coríntios
3.6 (80)
3.14-17 (81)
5.1 (64)
5.13 (69)
5.21 (61, 78, 83)
6.8-10 (78)
8.9 (74)
cap. 11 (90)
11.1 (78)
12.1-11 (90)

Gálatas
1.4 (73,78)
1.8, 9 (51)
1.13-15 (90)
1.16 (64)
1.22 (73)
2.6 (78)
2.11-16 (90)
2.11-21 (76)
2.16 (69,78)
2.17 (73)
3.3 (100)
3.6 (122)
3.8 (36)
3.9 (79)
3.16 (38)
4.3 (64)
4.7 (79)
4.9 (64)
4.22-31 (104,107,110)
4.31 (79)
5.2 (96)
5.16,17 (59)
5.17 (75)

Efésios
1.8 (58)
2.11-13 (59,75)
2.15 (59)
3.2-13 (81)
4.1 (81)
4.30 (65)
cap. 5 (107)
5.29 (59)

Filipenses
1.7,8 (90)
1.12-18 (90)
1.12-35 (97)
1.27 (72)
2.6-11 (79)
2.7 (58)
3.5-14 (90)
4.7 (72)

Colossenses
1.16 (63,64)
2.9 (96)
2.16-18 (100)
2.18 (78)

1 Tessalonicenses
1.3 (69)
2.9 (58)
2.13 (35)
2.15 (70)
4.16 (59)
5.4 (75,78)
5.5 (62)
5.19 (65)
5.25 (73)

2 Tessalonicenses
3.2 (70)

1 Timóteo
1.3 (81)
1.13-16 (90)
2.1 (58)
5.17,18 (120)
5.18 (123)

2 Timóteo
1.2 (58)
2.11 (72,78)
2.13 (62)
3.15 (36)
3.16 (36)
3.17 (61)
4.6-8 (100)
4.6-18 (97)
4.18 (70)

Hebreus
1.3 (64)
1.5-13 (36,43)
2.6-8,12,13 (43)

2.12,13 (43)
3.16 (72,78)
3.17 (50)
4.5-9 (120)
4.7 (122)
5.1 (78)
5.7 (73)
5.10–7.1 (81)
5.11ss. (80)
5.14 (61)
6.16 (78)
7.4 (78)
7.21 (82)
9.9 (104)
9.26 (64)
10.20 (64)
11.1 (64)
11.13 (73)
11.23-29 (90)
13.10-13 (104)
13.17 (70)

Tiago
5.4 (65)

1 Pedro
2.5 (121)
5.12 (96)

2 Pedro
1.19-21 (36)
1.21 (35)
2.4-9 (78)

1 João
1.8-10 (75)
2.21 (69)
3.6 (124)
5.9 (70)
5.9-12 (35)

3 João
2 (78)

Apocalipse
1.1 (96)
2.10 (72)
2.17 (78)
4.11 (78)
5.9 (78)
16.15 (67)
cap. 17 (114)
18.22 (69,78)
20.1-4 (124)

PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO BÍBLICA

Este estudo sobre Hermenêutica inclui:

• Um breve sumário da história dos princípios hermenêuticos. O passado pode nos ensinar muitas coisas, negativa e positivamente.

• Uma descrição das características da Bíblia determinam, em parte, os princípios a ser aplicados na sua interpretação.

• Uma indicação das qualidades do intérprete da Bíblia.

• Uma discussão da interpretação tríplice da Bíblia;

A. Gramatical, incluindo a interpretação lógica;

B. Histórica, incluindo também a interpretação psicológica;

C. Teológica.

Estudos Bíblicos/ Hermenêutica

EDITORA CULTURA CRISTÃ
Rua Miguel Teles Júnior, 394 – Cambuci
01540-040 – São Paulo – SP – Brasil
C.Postal 15.136 – São Paulo – SP – 01599-970
Fone (0**11) 3207-7099 – Fax (0**11) 3209-1255
www.cep.org.br – cep@cep.org.br